

# II SEMINÁRIO DE PESQUISA E ENSINO DA GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO IFCH



13 A 17 DE MAIO DE 2019  
UNICAMP

**ANAIS DO II SEMINÁRIO DE PESQUISA  
E ENSINO DA GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA DO IFCH - SEPEGH**

**Alysson B. N. Pereira, Augusto Antônio de Assis,  
Catherine P. Hergert, Flávia C. Daisson Santos,  
Gustavo F. dos Santos, Janaína da S. Fonseca  
Julia Aquino, Júlio M. Zampietro,  
Marina C. de Albuquerque, Noemi A. Peixoto,  
Profa. Dra. Raquel G. Alves Gomes  
(Orgs.)**

**IFCH - UNICAMP  
CAMPINAS - 2019**

---

## IFCH/UNICAMP - PUBLICAÇÕES

---

Copyright © 2022

**Reitor:** Antonio José de Almeida Meirelles

**Diretor:** Andréia Galvão

**Diretor Associado:** Michel Nicolau Netto

### Comissão de Publicações

#### Coordenação Geral:

Michel Nicolau Netto

### Comissão organizadora do evento

Adrielly Tomazia Costa

Amabile Helena Zanco

Ananda Mendes Lima

Bárbara Diniz Gonçalves

Gabriel Antonio B. Seghetto

Giovanna de Assis Bareli

Heloisa Soares da Silva Fonseca

Jaqueline Brandão Martins

Júlio Matzenbacher Zampietro

Leticia Asfora Falabella Leme

Luiza Oliveira Pereira de Andrade

Manoel Augusto Cabral

Raquel Baptista Mariani

Willian Dias

Profa. Dra. Raquel G. Alves Gomes

### Comissão de editoração e organizadora dos anais

Alysson Brenner Nogueira Pereira

Augusto Antônio de Assis

Catherine Peggion Hergert

Flávia Catusso Daisson Santos

Gustavo Fernandes dos Santos

Janaina da Silva Fonseca

Julia Aquino

Júlio Matzenbacher Zampietro

Marina Cruz de Albuquerque

Noemi Alves Peixoto

Profa. Dra. Raquel G. Alves Gomes

**Formato:** Digital (e-book) **ISBN:** 978-65-87198-22-4

**Capa desenvolvida por:** Leticia A. Falabella Leme

Imagem da obra “La Joie de Vivre” (Joy of Life)

de Suzanne Valadon

Disponível em: [www.metmuseum.org/art/collection/search/489551](http://www.metmuseum.org/art/collection/search/489551)

### Produção Editorial, Finalização e Divulgação:

Setor de Publicações - IFCH/UNICAMP

**E-mail:** [pub\\_ifch@unicamp.br](mailto:pub_ifch@unicamp.br)

**Site:** [www.ifch.unicamp.br/publicacoes/](http://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/)

**Tel.:** (19) 3521.1603

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Se52a Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História do IFCH  
Anais [do] II Seminário de Pesquisa e Ensino da  
Graduação em História do IFCH - SEPEGH / [recurso eletrônico]  
organizador Augusto Antônio de Assis, [et al.]. - Campinas, SP:  
: UNICAMP/IFCH, 2019.

Publicação digital no Formato PDF

1. História. 2. História - Pesquisa. 3. História - Estudo e ensino.  
4. Seminários. I. Assis, Augusto Antônio de. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.  
III. Título.

CDD - 900  
- 907.2  
- 907  
- 371.37

ISBN 978-65-87198-22-4



Este e-book está licenciado por Creative Commons  
Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>Apresentação</b>   | 05 |
| <b>Textos</b>   |    |
| <b>Arquivo Edgard Leuenroth, o movimento homossexual e as políticas de tratamento de documentação: experiências de uma aluna de graduação em História</b><br><i>Amanda da Silva Marques</i> | 07 |
| <b>Lendo as mulheres na construção de uma nova Argélia: a obra de Ássia Djebar durante a Guerra de Independência (1954-1962)</b><br><i>Bruna Perrotti</i>                                   | 17 |
| <b>Contestações e defesas sobre o uso do sobrenome do marido pela mulher: o debate da década de 70</b><br><i>Christiane Kozesinski</i>  | 32 |
| <b>Republicast: pesquisa e divulgação científica nas mídias digitais</b><br><i>Daphiny Lisboa de Santana e Lucas Gomes Liça</i>   | 39 |
| <b>Os reis e a moeda na Francia Ocidental Carolíngia (séculos VIII-IX)</b><br><i>Eric Cyon Rodrigues</i>  | 50 |
| <b>Educomunicação: surdez e ensino de História</b><br><i>Gabriela de Aguiar Gotardi e Rodrigo Gomes Pinto</i>   | 61 |
| <b>Antialcoolismo: um estudo do caso canadense</b><br><i>Guilherme Rodrigues Soares</i>   | 69 |

|  |     |
|--|-----|
| <b>A ruptura com o eurocentrismo: um estudo a partir de São Tomé e Príncipe do século XX</b>                       |     |
| <i>Jéssica Cristina Rosa</i>   | 77  |
| <b>O trabalhador rural e o parlamento: direitos e política (1945-1963)</b>   |     |
| <i>Julio Capelupi</i>  | 92  |
| <b>Questões iniciais sobre a interpretação das leis no tratado sobre <i>Las Leyes de Rodrigo de Arriaga</i></b>    |     |
| <i>Julio Cesar Aquino Teles Ferreira</i>   | 109 |
| <b>Indo além das evidências: dois casos de inferência histórica injustificada</b>                                  |     |
| <i>Júlio Matzenbacher Zampietro</i>  | 124 |
| <b>Soberanias negociadas: paz inquieta e protetorado francês nos “Estados de Samory” (1885-1891)</b>               |     |
| <i>Rafaél Antônio Nascimento Cruz</i>  | 136 |
| <b>Relações entre a prostituição masculina e o movimento homossexual brasileiro no século XX</b>                   |     |
| <i>Rodrigo Gomes Pinto</i>   | 145 |
| <b>O recurso à violência e seus significados na sociedade senhorial do século X: o caso de Geraldo de Aurillac</b> |     |
| <i>Vitor Boldrini</i>  | 152 |
| <b>A morte de Atala de Rodolpho Amoêdo e os diálogos entre os romantismos francês e brasileiro</b>                 |     |
| <i>Vitoria Amadio de Oliveira</i>  | 166 |

## APRESENTAÇÃO

Organizado por estudantes de graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH – Unicamp), o Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História (SEPEGH) é um evento bienal cujo objetivo central é proporcionar um espaço no qual alunos de graduação possam apresentar e publicar trabalhos que vêm desenvolvendo, tanto em termos de pesquisas de iniciação científica e produções resultantes de disciplinas específicas, quanto de experiências de ensino. Para muitos, esta é uma rara oportunidade de vivenciar parte da experiência acadêmica antes da pós-graduação. Por ser aberto para estudantes de graduação de outras instituições de ensino, a comissão da SEPEGH acredita que o evento permite a expressão de uma maior abrangência de pontos de vista, seja em termos teórico-metodológicos, seja pela ampla variedade de temáticas presentes no evento.

Desta feita, a comissão organizadora do Seminário tinha em mente alguns objetivos com sua realização, dentre os quais se destacam: a formação e ampliação de laços entre alunos e grupos de diferentes universidades; o alargamento de horizontes metodológicos e temáticos para além do que é possível em grades curriculares de cursos individuais; a oportunidade de participação em um evento acadêmico. Os resultados deste esforço coletivo foram bastante positivos, como demonstrado pela qualidade dos artigos publicados abaixo.

A segunda edição do Seminário foi realizada entre os dias 13 e 17 de maio de 2019, nas dependências do IFCH – Unicamp, e contou com um total de 62 comunicadores da graduação, distribuídos em 17 mesas de comunicação. Estas foram mediadas por pessoas do mestrado, doutorado e professores do Departamento de História do IFCH. Para além disso, três oficinas foram ministradas pelos professores do Departamento, e houve um total de seis mesas realizadas por professores, uma delas contando com a professora convidada dra. Paulina Alberto (*University of Michigan*).

Foi dada aos comunicadores a oportunidade de publicar textos relativos às suas apresentações, que se encontram abaixo.

A comissão do segundo Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História agradece novamente aos envolvidos no esforço coletivo que resultou em um evento acadêmico de sucesso. Agradecemos em particular à professora dra. Raquel Gryszczenko Gomes pelo apoio institucional, aos professores Silvia Lara, Aldair Rodrigues, Josianne Cerasoli e Camila Loureiro Dias pelas oficinas ministradas, e aos professores Raquel Gryszczenko Gomes, Paulina Alberto, Juliana Videira, Elton Rigotto Genari, Luiz Leite, Neri de Barros Almeida, Marcos Tognon, Cristina Meneguello, Rui Luis Rodrigues, Thiago Lima Nicodemo e Pedro Paulo Funari por sua participação. Agradecemos também aos alunos de graduação cuja participação foi imprescindível para o sucesso do evento. Por fim, agradecemos ao SAE/Unicamp pelo apoio fundamental à realização do evento.

A comissão organizadora

# ARQUIVO EDGARD LEUENROTH, O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL E AS POLÍTICAS DE TRATAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE UMA ALUNA DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

*Amanda da Silva Marques<sup>1</sup>*

O presente texto tem como objetivo apresentar um pouco sobre o histórico do movimento homossexual brasileiro e, principalmente, contar um pouco sobre a minha trajetória e experiência enquanto bolsista e estagiária no Arquivo Edgard Leuenroth e meu contato com os acervos do movimento. A partir disso, espero conseguir pontuar algumas críticas e perguntas à produção historiográfica recente.

O movimento homossexual brasileiro teve início em 1978, com a criação do jornal *Lampião da Esquina* e com a fundação do Grupo Somos de Afirmação Homossexual. Existiram, antes do *Lampião* e do *Somos*, iniciativas de organização homossexual, e a própria homossexualidade não é, de nenhuma maneira, algo recente. Existem trabalhos, na área da medicina no Brasil, sobre a temática que datam desde o início do século XX. No mundo inteiro existem trabalhos que remontam a épocas bem anteriores, sendo esta uma discussão abordada por Michel Foucault (2014). Mas, enquanto movimento social, dotado de recursos e organização (ALONSO, 2009, p.49-86), estes dois marcos em 1978 foram fundamentais e abriram um caminho sem precedentes para a história da homossexualidade no país.

O *Somos* é, até o momento presente, tratado como um paradigma no Movimento Homossexual, sendo protagonista nos trabalhos realizados

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. E-mail: a165536@dac.unicamp.br

sobre o assunto<sup>2</sup>. O momento de criação do grupo também é fundamental para se compreender como este se tornou tão importante e como o movimento passou a ter grande adesão: o período da Ditadura Civil-Militar, momento histórico em que o Somos foi criado, permitiu que diversos grupos se organizassem em busca da redemocratização, lutando contra o sistema autoritário implantado no Brasil.

Regina Facchini divide o movimento homossexual em três momentos, nomeados pela autora de *ondas*, a primeira

corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de abertura política e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema. [...] O período que se segue [*a segunda onda*] e compreende o restante da década de 1980 foi bem pouco tratado pela bibliografia específica, tendo sido anunciado como correspondendo a um declínio do movimento. [...] Nos primeiros anos da década de 1990, a ausência de referências bibliográficas sobre a continuidade das atividades desse movimento no Brasil era capaz de produzir a sensação de que, de fato, o início da década de 1980 tivesse assistido ao apogeu e fim de uma significativa, mas curta trajetória. No entanto, por volta do início dos anos 1990, houve um re florescimento das iniciativas militantes [*terceira onda*]. [*grifo nosso*] (FACCHINI, 2003, p.84).

O movimento homossexual brasileiro - MHB - então, se caracterizou por diversas lutas durante o seu período de atividade, o que garantiu um enorme avanço em relação à algumas discussões que legitimam o movimento até os dias atuais. Dentre tais lutas, se destaca a busca pela despatologização da homossexualidade<sup>3</sup>. Compreender a homossexualidade, que na época

---

<sup>2</sup> GREEN, James. “Grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura”. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCar, 2015.

<sup>3</sup> XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH). A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). 2015. (Simpósio).

ainda era chamada de “homossexualismo”<sup>4</sup>, como algo normal e saudável se tornou umas das principais pautas dos grupos que se formavam. Desta forma, o Grupo Gay da Bahia encabeçou uma das principais mobilizações acerca da despatologização, dando importante enfoque ao Código 302.0 do Código Internacional de Doenças, adotado pelo INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

O Código 302.0 da CID, no parágrafo “sobre a homossexualidade”, descrevia a homoafetividade como desvio e transtorno sexual, dando à homossexualidade um caráter médico, seja ele clínico ou psiquiátrico. No embate contra o Instituto, o GGB procurou intervir em diversas instâncias, como por exemplo, na 34ª Reunião da SPBC. Com as fissuras que se abriam no governo brasileiro causadas pela distensão política e as primeiras eleições diretas para governadores, senadores e deputados federais e estaduais desde o golpe civil-militar, o Grupo se aproximou de partidos progressistas e negociou a inserção da luta contra o Código 302.0 e o suporte às minorias sexuais em troca do apoio aos candidatos, ampliando dessa forma o alcance do debate que o MHB promovia.

Em 1985 o Código 302.0 foi retirado da classificação de doenças do INAMPS, no entanto, o MHB enfrentava outro grave problema envolvendo a saúde pública: em 1982 surge no Brasil os primeiros casos da Síndrome da Imunodeficiência Ativa - SIDA, ou como foi conhecida nos EUA, AIDS.

A doença, que ficou conhecida como “peste gay” ou “câncer gay”, demonstrou mais uma barreira a ser vencida pelo Movimento Homossexual, que inicialmente procurou se distanciar dos debates. No entanto, o Grupo Outra Coisa - Ação Homossexualista se associou ao Ministério da Saúde e lançou, em 1983, um “Informe à comunidade homossexual de

---

<sup>4</sup> O sufixo - ismo possui diversas interpretações, contudo, aplicado à palavra “homossexual”, promove uma conotação patológica. Parte do trabalho do movimento em busca da despatologização da homossexualidade envolveu a luta pela substituição da palavra “homossexualismo” por “homossexualidade”. O sufixo - dade promove um substantivo abstrato, expressando uma ideia de estado ou situação.

São Paulo”<sup>5</sup>, na qual possuía as principais informações conhecidas até o momento sobre a doença.

Para Richard Parker (1994), “foi dada relativamente pouca atenção pública à doença, que era vista como afligindo apenas a população homossexual rica dos Estados Unidos”. A categorização das vítimas da doença era o principal foco ao se tratar a AIDS, que ganhou maior destaque no Brasil em 1983, com a morte de um famoso estilista, Markito. Contudo, pelo estilista ser assumidamente homossexual, a atenção sobre o caso foi direcionado à sua sexualidade e não para o “entendimento da doença” (PARKER, 1994, p.25). Até então, acreditava-se que as pessoas que contraíam a AIDS viviam em uma “pista de alta velocidade”<sup>6</sup>, modo como era descrito um estilo de vida categorizado como promíscuo.

Diversas foram as lutas do MHB, que se tornou, a partir de meados da década de 1990, Movimento GLS, e depois, LGBT. O movimento, como um todo, possuiu e possui diversas fases, sejam elas de maior envolvimento político, como atualmente, em que pessoas transsexuais como Erica Malunginho são eleitas para cargos públicos, ampliando o envolvimento LGBTQ+ no cenário político brasileiro, quanto de maior atuação nas ruas, como aconteceu no momento em que se iniciaram as Paradas LGBT’s pelo país.

Todavia, as lutas pelos direitos à cidadania e ao reconhecimento da homossexualidade são atuais, de modo que há a reprodução de discursos como o da “cura gay” no âmbito político e religioso, hospedando-se sob o espectro da patologização.

Cabe salientar também que existe a proibição da doação de sangue por parte de homossexuais<sup>7</sup>, sendo esta uma herança da construção da memória da “peste gay”, que caracterizou o surgimento da AIDS no país.

---

<sup>5</sup> ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Fundo Outra Coisa. Sem catalogação. Acesso em 2019.

<sup>6</sup> ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Fundo Outra Coisa. Sem catalogação. Acesso em 2019.

<sup>7</sup> BRASIL. Portaria n. 1.353, de 13 de junho de 2011. **Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos**, Brasília, DF, jun 2011.

Diante deste cenário, no final da década de 1980, o centro de documentação Arquivo Edgard Leuenroth, pertencente à Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) passou a acolher o diversos acervos do movimento homossexual brasileiro e recebeu grandes volumes de materiais destes grupos. A documentação pertencente ao Grupo Outra Coisa, por exemplo, chegou em duas levadas: uma em 1988 e outra em 1990.

Contudo, deve-se considerar a realidade do trabalho em arquivo, que é lento. O volume documental do AEL é muito grande e os acervos do movimento homossexual começaram a ser organizados recentemente. É nisso que meu contato com o AEL e com a história do movimento homossexual e LGBTQ+ se inicia.

Uma vez contemplada com a Bolsa de Auxílio Social pelo SAE, optei por trabalhar com o AEL e fui escalada para organizar o acervo do grupo Outra Coisa no projeto PRESERVAR DIREITOS E GARANTIR CIDADANIA: OS ACERVOS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL na área do Processamento Técnico. É um trabalho que vem sendo desenvolvido há pouco mais de um ano (período de 2018/2019) e que me permitiu uma imersão na temática. Dentre as várias etapas desse trabalho, é necessária a leitura da bibliografia sobre o tema, sobre o grupo, o doador, ler toda a documentação do acervo e realizar pesquisas para compreender do que se trata este ou aquele documento. É um trabalho lento, que precisa ser feito com atenção, e que necessita de adaptação, seja uma adaptação física - documentos de um arquivo possuem cheiros muito fortes, muito pó, etc - e até uma adaptação emocional, uma vez que muitos documentos são relatos de violência física e verbal.

Contudo, com a disciplina de Estágio Supervisionado em História do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Unicamp, optei por também desenvolver o estágio no AEL, mas dessa vez na área da Difusão. Eu e mais três estagiários decidimos, com o apoio das funcionárias Maria Dutra, Marina Rebelo e Castorina Madureira, realizar uma exposição virtual. A partir de então, para o processo de curadoria, meu contato deixou de ser apenas com a documentação do grupo Outra Coisa e se estendeu a materiais de outros grupos.

A exposição recebeu o nome “Trilha do Arco-íris: uma exposição sobre as lutas do movimento homossexual e LGBT+”<sup>8</sup> e conta com duas grandes seções, uma de apresentação do movimento, sua fundação, primeiros grupos etc. e uma com foco nas principais lutas travadas pelo movimento durante estas quatro décadas de existência. Optamos por também adicionar uma listagem de leituras fundamentais para quem gostaria de se aprofundar no tema.

Ambas as experiências me permitiram ter contatos diferentes com o tema e a me desdobrar para lançar olhares diferentes sobre cada documento, cada grupo: o trabalho de organização é completamente diferente do trabalho da difusão que exige uma atenção e um cuidado diferente, uma vez que você pretende atingir um público maior, que representa todo o corpo de funcionários do centro de documentação e os valores do local. Em suma, são trabalhos com objetivos diferentes que necessitam estratégias de desenvolvimento diferentes.

Como resultado, adquiri um importante conhecimento sobre o assunto que me permitiu refletir sobre a documentação que eu lido diariamente, assim um dos meus maiores incômodos passou a ser sobre a falta de produção historiográfica sobre o assunto: por que os historiadores não se debruçam sobre o movimento homossexual e LGBTQ+ e quais as consequências disso para a sociedade? Uma vez que as produções historiográficas são, ou pelo menos deveriam ser, voltadas à sociedade.

Outro ponto importante para reflexão: têm-se, no mínimo, uma lacuna de 25 anos para que essa documentação começasse a ser organizada no AEL. Existe alguma relação entre a falta de interesse dos historiadores na temática com a demora para tratar a documentação, visto que o volume documental do AEL é enorme e é muito dependente das demandas da sociedade, mas principalmente da produção acadêmica? E qual a relação dessa falta de produção com a negativa em relação à história do tempo presente, ou com a *história [do passado] recente*? Essa questão é fortemente pautada em um suposto distanciamento histórico e temporal que o historiador precisa ter do objeto estudado.

<sup>8</sup> A exposição pode ser acessada através do link [www.difuael.wixsite.com/expotrilhadoarcoiris](http://www.difuael.wixsite.com/expotrilhadoarcoiris) e se encontra sob a responsabilidade do Arquivo Edgard Leuenroth.

Quando eu comecei a me questionar sobre, iniciou-se uma procura e tentativa de contabilização dos trabalhos existentes sobre o assunto, uma vez que era necessário ter um embasamento empírico para o que estava sendo proposto como discussão, compreender se o incômodo era pertinente. Assim, o contato com a “bibliografia anotada sobre homossexualidade”, organizada por James Green e Marisa Fernandes, dois historiadores, e publicada no *Cadernos AEL* de 2003, foi essencial. Os autores criaram uma relação com as publicações desde o início do século passado até o ano de publicação da listagem. Optei por um recorte temporal de 25 anos - ou seja, publicados entre 1978 e 2003 - e, considerando um total de 126 publicações acadêmicas, apenas 11 trabalhos foram realizados na área de história. Como comparativo, pode-se observar que a área das Ciências Sociais produziram mais de 60 trabalhos, a grande maioria pela antropologia.

Estes resultados demonstram a dificuldade em se estabelecer a história recente enquanto campo de estudo. Deve-se compreender que a história recente passa, assim como qualquer outra área de estudo dos historiadores, por discussões acerca seus métodos e resultados: um historiador não pode cometer o erro de tentar prever o futuro, um problema muito presente no trabalho do estudioso do passado recente ou da história do tempo presente (o estudo do imediato, do que está acontecendo, do que acaba de acontecer). A negação de que cada área possui suas dificuldades específicas e o desenvolvimento de metodologias próprias viabiliza apenas uma tensão desnecessária, que é seletiva e autoritária, impedindo que diversos agentes históricos tenham seu percurso estudado e analisado. Desta forma, a afirmação de Rafael Saraiva Lapuente se apresenta como profundamente pertinente:

Além disso, qual historiador acadêmico, minimamente familiarizado com sua profissão, faria uma análise, seja no tema que for, prejulgando o futuro? Afora que, se o presente é provisório e as pesquisas podem passar por revisões e correções no futuro, sabe-se que, mesmo os trabalhos com recortes afastados, vivem sob a mesma tensão. Toda a pesquisa é datada, independente do período analisado.

E isso ocorre seja pelo descobrimento ou disponibilização de arquivos ou por novos aportes teóricos. [...] De todo modo, a assertiva tanto de Sirinelli (1999) quanto de Serge Berstein e Pierre Milza (1999) são convergentes: o historiador trabalha sobre o passado, mesmo que próximo. A HTP (*história do tempo presente*) é, antes de tudo, história. Sem negar suas especificidades, seus objetivos, métodos e fontes, pode-se afirmar que em nada diferem da história do século XIX. [*grifo nosso*] (LAPUENTE, 2017)

A história recente têm sido apresentada, discutida e analisada em diversas publicações, como os *Cadernos do Tempo Presente*, o *Boletim Eletrônico do Tempo Presente* e em diversos Congressos e Seminários, gerando debates importantes e difundindo a área no meio acadêmico, o que se apresenta como essencial para a desmistificação acerca esse ramo de estudo.

Outro questionamento que começou a surgir nos meus estudos foram voltadas à questão do ensino: o movimento homossexual foi marcadamente uma consequência da Ditadura Civil-Militar, surgindo em um cenário de resistência. Mas, uma vez que a história do movimento homossexual passa pela história da ditadura e da redemocratização, porque não se busca métodos e formas de ensino que se utilizam a história desses movimentos sociais? E até que ponto isso não está relacionado com a pouca produção existente sobre o assunto? Todavia, é perceptível que a demanda está aumentando, sendo o próprio AEL um medidor, uma vez que os acervos estão abertos e sendo trabalhados e cada vez mais se recebe pesquisadores em busca destes fundos.

Até o começo de 2018, jamais pensei em começar a desenvolver uma pesquisa em torno deste tema, mas que foi uma realidade que mudou muito drasticamente neste período de tempo. O volume documental que tenho acesso diariamente, juntamente às reflexões aqui apresentadas, permitiram o início de projetos de pesquisa e iniciativas na área do ensino, fundamentais para a vivência de um estudante de graduação na universidade pública. É interessante perceber também, como as políticas de permanência se apresentam como um espaço para o desenvolvimento do aluno de graduação dentro do ambiente universitário, permitindo um

acesso à materiais, grupo de pessoas e realidades, que não seriam acessadas sem a disponibilização de bolsas.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp.49-86.
- BRASIL. Portaria n. 1.353, de 13 de junho de 2011. **Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos**, Brasília, DF, jun. 2011.
- CARNEIRO, Ailton J. dos Santos. *A morte da Clínica: Movimento Homossexual e Luta pela Despatologização da Homossexualidade no Brasil (1978-1990)*. **XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios**. 27 a 31 de jul. de 2015, Florianópolis – SC. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235\\_ARQUIVO\\_Artigo-Amortedaclinica.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf). Acesso em: 23 out. 2018.
- FACCHINI, Regina. “Movimento Homossexual no Brasil: Recompondo um histórico”. In: *Cadernos AEL: Homossexualidade, Movimento e Lutas*. Campinas: Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), v.10, n. 18/19, 2003.
- FRANCO, M; LEVÍN, F. (org). *Historia reciente : perspectivas y desafios para un campo en construccion*. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade do saber*, volume 1. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GREEN, J; FERNANDES, M. Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada. In: *Cadernos AEL: Homossexualidade, Movimento e Lutas*. Campinas: Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP), v. 10, n.18/19, 2003.
- Green, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e busca da verdade*. São Carlos: EDUFSCar, 2015.

- LAPUENTE, Rafael Saraiva. Como é possível escrevermos a história do nosso tempo. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo. (Orgs.). *Diálogos do Tempo Presente: historiografia e história*. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 7ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- PARKER, Richard G. *A construção da solidariedade: AIDS, sexualidade e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA: IMS, UERJ, 1994.
- PARKER, Richard G. *Na contramão da AIDS: sexualidade, intervenção, política*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Ed. 34, 2000.
- VIANNA, Cláudia P. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, jul./set. 2015.
- ZANATTA, E. Documento e identidade: o movimento Homossexual no Brasil na década de 80, pp.194. In: *Cadernos AEL: Arquivos e Memória*. Campinas: Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/ UNICAMP), n. 5/6, 1996/1997.

## FONTES

- ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Fundo Outra Coisa. Sem catalogação. Acesso em 2019.
- ARQUIVO EDGARD LEUENROTH. Fundo Outra Coisa. Sem catalogação. Acesso em 2019.
- BRASIL. Portaria n. 1.353, de 13 de junho de 2011. **Aprova o Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos**, Brasília, DF, jun. 2011.

# LENDO AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ARGÉLIA: A OBRA DE ÁSSIA DJEBAR DURANTE A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA (1954-1962)

*Bruna Perrotti<sup>1</sup>*

A revolução argelina é lembrada como um dos mais violentos processos revolucionários de independência africana, tendo como marco inicial outubro de 1954, quando o movimento da Frente de Libertação Nacional (FLN) dá início a ataques sistemáticos aos edifícios coloniais. A guerra duraria oito anos até o início das negociações de paz e o reconhecimento da independência argelina pela França em 1962. Os cento e trinta anos de colonização francesa na Argélia tem muito a responder pela violência deste processo. A colonização argelina ficou marcada pelos grandes contingentes populacionais que imigravam da França, conhecidos como “*pied-noirs*”. Para o povo argelino, essa imigração massiva significou uma ameaça em diferentes esferas aos seus modos de vida: sofreram com a perda das terras cultiváveis, foram marginalizados espacialmente dos centros urbanos para as periferias<sup>2</sup>, incentivados a renunciar ao estatuto muçulmano em troca da cidadania francesa e assistiram a uma imposição do francês como língua única e oficial no sistema de ensino.

Além da violência social e simbólica, o povo argelino enfrentava um aparato forte de repressão física. O massacre de Setif, em maio de 1945, pode ser citado como um marco dessa violência na memória social desta população, ponto verificável pela reincidência do episódio em diversas fontes literárias do período.<sup>3</sup> Yasbeck destaca esse momento da história

---

<sup>1</sup> Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Raquel Gryszczylenko Alves Gomes. E-mail: bruuperrotti@gmail.com

<sup>2</sup> YASBECK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Edusp, 2008. p. 24 e 25.

<sup>3</sup> O episódio de maio de 1945, é citado em *Les Enfants du Nouveau Monde*. Lila, uma das personagens centrais, se lembra de suas conversas com Ali, seu marido, e a narrativa se dá a

argelina, assim como os desenvolvimentos políticos e diplomáticos que sucedem o massacre, como responsáveis pela percepção da impossibilidade da conquista da autonomia argelina pela via legislativa.

A emergência dos primeiros discursos nacionalistas remonta ao final do século XIX, associada ao refluxo das primeiras gerações da elite argelina que retornavam após estudos universitários na França. Mas é só a partir de 1947, que as resistências armadas emergem como solução. O destaque é para a FLN que, criada em 1947, consegue aglutinar outros movimentos<sup>4</sup> e iniciar ações políticas contra as instituições coloniais, em outubro de 1954, marcando o início da Guerra da Argélia.

A literatura argelina francófona no período da guerra se engaja profundamente na construção de nacionalismos e propagação ideológicas anti-coloniais, a essa altura ela já vem se desenvolvendo há três décadas, desde meados de 1920, quando uma primeira geração de escritores que havia crescido sob a influência do sistema educacional francês começa a se diferenciar da literatura colonial até então praticada. A questão da busca identitária começa a se constituir logo no início e atinge uma expressão mais madura a partir de uma segunda geração, que publica no período da Segunda Guerra e da Guerra de Independência da Argélia, chamando atenção da crítica internacional.<sup>5</sup> Mohammed Dib, Malek Haddad, Mouloud Faraoun, Kateb Yacine e Assia Djebar são alguns dos nomes que marcaram esse momento histórico de construção de um corpus literário argelino de expressão francesa em sua segunda geração.

Esses escritores eram frequentemente convocados a esclarecer, antes de mais nada, qual a legitimidade de uma escrita na língua do colonizador na tentativa de criticar essa mesma colonização e criar uma consciência

---

partir da presença deste nas manifestações, o episódio ainda é lembrado por Youssef que foi a julgamento e por pouco escapou da prisão por sua participação. Em *Nedjma* (1956), obra do mesmo período de Kateb Yacine, o episódio também aparece e é recontado sob perspectivas de diferentes personagens. Os dois casos evidenciam a capacidade da literatura como fonte da memória social do período.

<sup>4</sup> Para mais sobre o processo de ascensão da FLN, ver: HARBI, Mohammed. **Aux origines du FLN: Le populisme révolutionnaire en Algérie**. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1975.

<sup>5</sup> HARDI, Ferenc. **Le Roman Algérien de langue française de l'entre-deux-guerres: discours idéologique et quête identitaire**. Paris: Editions L'Harmattan, 2005, p. 8 e 9.

e identidade nacionais. A questão, é claro, não é uma particularidade da Argélia, boa parte da intelectualidade da África em descolonização a enfrentava e os estudos pós-coloniais se debruçaram sobre ela sob inúmeras perspectivas.<sup>6</sup> Na verdade, a questão linguística é apenas o sintoma em maior evidência de um problema mais profundo. Vítimas de um intenso projeto assimilacionista empreendido pela colonização francesa, na Argélia esses autores viveram uma dicotomia cultural que causou inevitavelmente crises identitárias e, nesse sentido, a literatura se tornou também um espaço de resolução dessas questões.

A romancista Assia Djebar, cujas obras analisaremos, não foi a primeira argelina a publicar um romance, mas foi a primeira mulher a começar suas publicações nesse período da guerra de independência.<sup>7</sup> A publicação de seu primeiro romance *La Soif* (1957) a insere no mesmo período dessa segunda geração de escritores que já chamavam atenção por uma escrita mais engajada na causa anticolonialista durante a guerra. A comparação era inevitável e foi um dos motivos pelos quais *La Soif* e *Les Impatients*, (1958) foram tão mal recebidos pela crítica argelina da época. Em relação aos seus contemporâneos que escreviam romances diretamente ligados aos conflitos políticos que o país vivia<sup>8</sup>, dois romances centrados na experiência cotidiana de mulheres argelinas ocidentalizadas pareceram aos críticos nacionalistas da época um exemplo de alienação política. Muito provavelmente, parte dessa “alienação” apontada pela crítica resultava dos anos de exposição da autora a um projeto de educação e colonização assimilacionista, mas também há uma recusa da crítica da

---

<sup>6</sup> Ver primeiro capítulo (The language of African Literature) em: Wa Thiong'o, Ngugi. *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. East African Publishers, 1992; e também: ACHEBE, Chinua. Language and the destiny of man. In: *Morning Yet on Creation Day: essays*. London: Heinemann, 1975.

<sup>7</sup> “Taos Amrouche and Djamila Debeche had already published literary works. But Djebar was the first-and undoubtedly the only-woman to begin her career as a writer during this period of historical rupture.” In: TAHON, Marie-Blanche. *Women Novelists and Women in the Struggle for Algeria's National Liberation (1957-1980)*. *Research in African Literatures*, 23:2 (Summer 1992), p. 40.

<sup>8</sup> Para exemplificar, *Nedjma*, de Kateb Yacine, foi publicado apenas um ano antes de *La Soif*, em 1957, e é tido como um dos textos mais icônicos da construção identitária argelina no período.

época em considerar como *político* temas da esfera privada ou que dizem respeito apenas à situação das mulheres.

A preocupação central de Djebbar em retratar os conflitos em que se encontrava a mulher argelina na situação colonial é inicialmente uma questão autobiográfica, e, apesar desse caráter autobiográfico marcar de uma forma ou outra toda sua obra nas décadas seguintes, aos poucos, sua motivação passa a ser maior do que isso. De acordo com a crítica Evelynne Accad<sup>9</sup>, faz parte do seu processo de maturação como romancista o deslocamento do *Eu* para uma abrangência que a permite dar voz às mulheres que compõem, em sua pluralidade, a sociedade em que se insere. É nos primeiros anos de sua carreira que vemos a construção inicial desse processo, Djebbar passa a deslocar os temas que envolvem as mulheres, da esfera privada para a esfera pública, conciliando-os com o contexto histórico das lutas de independência de seu país e garantindo o espaço feminino na construção da identidade nacional argelina. A primeira obra que mostra esse movimento da autora é justamente a segunda a ser analisada por essa pesquisa: *Les Enfants du nouveau monde* (1962).

Atualmente é um consenso crítico a grande contribuição da obra de Djebbar para a literatura. Não só na Argélia, como internacionalmente, Djebbar é tida como uma das maiores escritoras do Magrebe. Sua verdadeira contribuição, entretanto, é mais profunda do que os títulos que adquiriu ao longo de sua carreira como romancista e acadêmica. Suas obras demandaram a elaboração de um novo olhar, sob o viés do gênero, às questões que já se colocavam aos intelectuais no período da descolonização argelina.<sup>10</sup> Isso pois acreditamos que as situações e opressões particulares

<sup>9</sup> ACCAD, Evelynne. **Assia Djebbar's Contribution to Arab Women's Literature: Rebellion, Maturity, Vision.** World Literature Today, Vol. 70, No. 4, Assia Djebbar: 1996 Neustadt International Prize for Literature (Autumn, 1996), p. 802.

<sup>10</sup> Um bom exemplo: "Although critics have examined the writers' attitude to language, none, so far, has addressed the question from the standpoint of sex. [...] Assia Djebbar is a good case in point because her decision to give up writing had primarily to do with her self-image as a woman and a writer." In: ZIMRA, Clarisse. **In Her Own Write: The Circular Structures of Linguistic Alienation in Assia Djebbar's Early Novels.** *Research in African Literatures*, 1980, vol. 11, no 2, p. 206.

que as *mulheres* sofrem no contexto colonial atuam em uma diferenciação de suas respostas e modos de engajamento.

No contexto colonial, a mulher é tida como objeto de disputa entre os colonizadores e a resistência nacionalista. Enquanto os primeiros tentam forçar um processo de ocidentalização, que supostamente viria para salvar as mulheres dos costumes “bárbaros” patriarcais<sup>11</sup>, os nacionalistas, buscando resistir a esse discurso de superioridade civilizacional, tendem a reafirmar práticas que levam as mulheres ao isolamento e ao silenciamento, justificando-as como elementos culturais tradicionais.<sup>12</sup> A análise de Gayatri Spivak sobre a situação das mulheres indianas em relação ao ritual *satti* pode bem ser aplicada em comparação à situação das mulheres islâmicas e às práticas de enclausuramento<sup>13</sup>, silenciamento e invisibilização:

A abolição desse ritual pelos britânicos foi geralmente compreendida como um caso de “homens brancos salvando mulheres de pele escura de homens de pele escura”. (...) Em oposição a essa visão está o argumento indiano nativo – uma paródia nostálgica das origens perdidas: “As mulheres realmente queriam morrer”. (SPIVAK, 2010, p. 94)

As vozes dessas mulheres, entretanto, nunca são ouvidas. E quando Djebbar publica seus dois primeiros romances, as respostas críticas às obras naquele período refletem isso. Durante toda a sua carreira, a autora tentará atingir essas mulheres e contemplar aquilo que Spivak considera como a maior função da intelectual pós-colonial: a criação de espaços de fala para que as mulheres sejam realmente ouvidas.<sup>14</sup> Assia Djebbar teve suas obras traduzidas para mais de vinte idiomas, entretanto, a autora ainda é consideravelmente mais conhecida pelo público francófono e anglófono

<sup>11</sup> Ver: FANON, Frantz. **L'Algérie se dévoile**. Dans: *L'an V de la Révolution algérienne*. Paris: Présence Africaine 1959.

<sup>12</sup> Sobre a reação dos colonizados em direção a um tradicionalismo extremado, ver: MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado**: precedido do Retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>13</sup> Restrição da presença de mulheres desacompanhadas por homens nos espaços públicos.

<sup>14</sup> ALMEIDA, Sandra R. G. Prefácio – Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *op. cit.* p. 14 e 15.

(já que passou um período de sua vida nos Estados Unidos).<sup>15</sup> Em Portugal, teve uma única de suas obras traduzida *A Mulher sem sepultura* (2008) e, no Brasil, apenas seu primeiro romance (*La Soif*) ganhou tradução<sup>16</sup>, permanece então pouco lida em nosso meio.

A proposta desse projeto é que a análise se concentre em apenas dois romances escritos no período da Guerra de Independência no chamado primeiro tempo da autora<sup>17</sup>: *La Soif* (1957) e *Les Enfants du nouveau monde* (1962). Durante a Guerra na verdade, a autora escreveu três obras, *La Soif*, *Les Impatients* (1958) e *Les Enfants du nouveau monde*, porém é possível dizer que os dois romances selecionados por essa pesquisa podem ser considerados representativos do período, já que houve poucas alterações estilísticas e temáticas nos dois primeiros romances da autora. Tanto *La Soif* como *Les Impatients* contam a história de protagonistas argelinas que manifestam um descontentamento com a situação em que se encontram e tendem à ocidentalização.

Com a publicação de *La Soif*, em Paris, 1957, Fathma Zohra estréia seu pseudônimo *Assia Djebar* que adotaria pelo resto de sua vida. A publicação era em si uma transgressão em relação à vida que a esperava de volta na Argélia, uma vez que a escrita feminina era considerada como um ato de *provocação* na cultura tradicional islâmica<sup>18</sup> - particularmente na primeira pessoa. No romance, em que observamos uma nítida influência autobiográfica, acompanhamos um verão de Nadia, uma argelina de classe média, educada em escola francesa, que descreve sua própria vida como tranquila, superficial e vazia. A protagonista aproveita seu verão sem grandes perturbações até encontrar sua amiga de infância Jedla, agora sua vizinha e que

<sup>15</sup> VON KEMNITZ, Eva-Maria. **Assia Djebar (1936-2015):** Uma voz insubmissa da Argélia. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, 2015, n 34, p. 21.

<sup>16</sup> DJEBAR, Assia. **A Sede.** Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1958.

<sup>17</sup> “[...] tanto em *Les Enfants du nouveau monde* quanto em *Les Alouettes naïves*, Assia Djebar nos dá um perfil dessa pluralidade de modelos femininos que compunham a sociedade argelina na época: mulheres emancipadas, mulheres tradicionais, esposas, mães, avós, militantes, prostitutas, cada qual vivendo à sua maneira as descobertas inerentes a esse tempo de revolução.”. Em: SOARES, Vera Lúcia. *Op. Cit.* p. 53.

<sup>18</sup> REDOUANE, Najib; BÉNAYOUN-SZMIDT, Yvette. **Parole plurielle d’Assia Djebar sur son œuvre.** Assia Djebar, Paris: Éditions Harmattan, 2008, p. 17.

parece estranhamente distante. O enredo do romance explora a relação das duas amigas, trabalhando temas como depressão, casamento, traição, maternidade e aborto. Ao tentar ajudar na recuperação da amiga que havia acabado de tentar suicídio, Nadia se apaixona pelo marido de Jedla e começa a descobrir segredos passados do casal. O desfecho do romance é trágico. Jedla perturbada por seus problemas psicológicos, pelos eventos passados que ameaçaram seu casamento, e ainda por uma pressão social em torno do que se espera do *casamento* e do *ser mãe* em uma sociedade islâmica, busca, com a ajuda de Nadia, uma clínica clandestina para abortar e morre durante o processo. Nadia acaba aparecendo como uma protagonista egoísta, que, visando seus próprios interesses, mais atrapalhou a vida do casal do que ajudou. Sua participação na morte da amiga a atormenta por pouco tempo, mas logo a protagonista supera seu verão sombrio e segue sua vida, casando-se com um ex-namorado.

O romance foi bem acolhido pela crítica francesa. A interpretação de Hannouche é de que a crítica parisiense, na verdade, abordou o romance de maneira positiva pois ele era como uma das provas do sucesso da missão civilizatória.<sup>19</sup> O crítico Mildred Mortimer tem postura similar e ressalta a diferença da recepção francesa e argelina do romance<sup>20</sup>, tendo essa última repudiado o romance por sua *falta de engajamento*. Tanto as críticas que repudiaram o romance quanto aquelas que o elogiaram pareciam fazê-lo pelo mesmo motivo: uma constatação da assimilação da autora a cultura francesa. Khatibi foi um dos primeiros críticos que já em 1968 reconheceu um potencial distinto no romance<sup>21</sup>: a descoberta do corpo também é uma revolução importante. Em *La Soif*, são enunciados muitos dos temas que serão desenvolvidos posteriormente pela autora, as crises identitárias da protagonista, o desconforto de se situar entre dois paradigmas culturais,

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 344.

<sup>20</sup> MORTIMER, Mildred. **La Soif d' Assia Djébar**. Exercice de style ou air de flûte. Assia Djébar, Paris: Éditions Harmattan, 2008, p. 92.

<sup>21</sup> “[...]Des révolutionnaires algériens ont trouvé indécent le fait que Djébar ne se préoccupe dans ce livre que du problème sexuel alors que l’Algérie était en proie à une guerre effroyable. A-t-on vraiment compris que la découverte du corps pour le personnage de La Soif est aussi une révolution importante?”. In: KHATIBI, Abdelkabar. **Le Roman magrèbin**. Paris: François Maspero, 1968, p. 62.

a relação das mulheres entre si, entre outras questões ligadas a realidade das mulheres naquele contexto.

Em 1958, Djébar publica seu segundo romance *Les Impatients* e se casa com um integrante da resistência procurado pela polícia francesa. Os dois mudam-se para a Tunísia, onde a romancista passa a trabalhar como jornalista no *El Mondjahid*, um jornal filiado à FLN, e que, na época, era coordenado por Frantz Fanon. Durante os dois anos que passou no jornal, entrevistou refugiados da Guerra da Argélia, principalmente mulheres, colhendo depoimentos que certamente influenciaram a composição de suas obras seguintes. Seu terceiro romance, *Les Enfants du nouveau monde*, publicado em 1962, já após essa experiência, retrata em Bilba, uma vila argelina, o ano de 1956, lidando com questões diretamente relacionadas à guerra. É forte também a influência dos escritos de Fanon no romance.

A obra é escrita e publicada no último ano da guerra de independência. O vilarejo Bilba, cenário do romance, se situa perto de uma montanha onde se travavam batalhas da resistência. Sofre, portanto, as consequências da guerra que começa a interferir diretamente no cotidiano das personagens. Djébar destaca nove personagens cujos nomes dão títulos aos nove capítulos do romance. A narração, em terceira pessoa, assume a perspectiva de cada uma dessas personagens para acompanhar seus acontecimentos cotidianos durante dois dias. Esse enredo em primeiro plano ganha uma profundidade temporal muito maior a medida que cada personagem acessa suas lembranças e conta histórias paralelas que resgatam não só suas experiências como as de seus familiares. A preocupação em diversificar a perspectiva da narrativa confere à obra uma pluralidade de vozes, na qual há claramente uma busca por representatividade. Das nove personagens destacadas por Djébar, cinco são mulheres e quatro homens. O protagonismo de personagens mulheres é uma constante na obra de Djébar desde *La Soif*, e é também uma das particularidades da escrita feminina mais imediatamente perceptível em sua obra. As mulheres falam, agem e a inovação de *Les Enfants du nouveau monde* é que elas são, aos poucos, capazes de transformar a realidade que as cercam.

A recepção do romance foi de um tom consideravelmente distinto do das críticas de *La Soif* e *Les Impatients*, muitas menções sobre a “tomada

de consciência” da autora.<sup>22</sup> Fica claro que ao menos nas duas décadas seguintes à publicação do romance, a ruptura entre essas obras foi muito mais enfatizada do que as continuidades, o que certamente prejudicou uma leitura mais completa da construção política e intelectual da autora nessa fase inicial. É a partir da década de 80 com o florescimento da questão do gênero nos estudos pós-coloniais que as leituras críticas de sua obra ganham novas perspectivas.

*La Soif* permite acessar as angústias, inquietudes e sentimentos de revolta das mulheres que retrata, e é perceptível que a autora testa soluções nas ações de suas personagens. *Les Enfants du nouveau monde*, ainda tem como tema central, essas mesmas mulheres e questões, a diferença é que agora a autora apresenta um projeto mais definido, e com certeza, muito marcado por seu momento histórico. O romance mostra como gradativamente a guerra propõe às mulheres situações cotidianas que as levam a atos de transgressão em relação a conduta esperada por elas do ponto de vista tradicional. Essa mensagem central do romance pode ser sintetizada através de um trecho de uma das cenas mais icônicas do romance, quando Cherifa descobre que seu marido, Youssef, um dos líderes da resistência em sua cidade, corre perigo e decide atravessar a cidade sozinha para avisá-lo. Como, tradicionalmente, as mulheres não podem sair de casa desacompanhadas, fazê-lo sugere uma transgressão em direção a construção de uma agência feminina, que é recebida pelo mal-estar da sociedade masculina nas ruas:

Chérifa dont la démarche lente légèrement balancée, va attirer les regards des hommes qui jouent sur les terrasses, bavardent ou boivent thé e café, Cherifa dont le cœur bat de hâte, de honte, s'avance, pour la première fois, dans cette

---

<sup>22</sup> Tahon que defende que até 1980 os escritos de mulheres argelinas pareciam só ser notados se lidassem com a guerra, afirma que houve um tom paternalista e moralizante nas críticas do romance que dificilmente era utilizado em relação aos escritos de homens. A autora cita uma passagem de Bonn como exemplo: *Il faut attendre Les Enfants du nouveau monde pour voir les héroïnes de Djebar chercher leur liberté ailleurs que dans un égotism*. BONN, Charles. La Littérature algérienne et ses lectures. ;Sherbrooke: Naaman, 1972, p. 135. Citado em: TAHON, Marie-Blanche. *op. cit.*, p. 41.

rue longue dont elle fixe le coût comme s'il était celui de sa délivrance. Elle voudrait pouvoir, comme autrefois dans les fêtes, passer sereine et indifférente; mais son voile ne la protège pas. (DJEJAR, 1962, p.122)

Como o próprio título do romance sugere, Djebbar adere ao discurso otimista de construção de uma nova Argélia propagado pela resistência nacionalista. Quando consideramos a distribuição de protagonismo no romance fica claro ainda que, em sua visão, as mulheres também fazem parte das *crianças* que construirão esse *novo mundo*. A promessa de melhora da condição das mulheres após a independência fazia parte do discurso da resistência anticolonial no período, e Djebbar, que na época trabalhava no jornal vinculado a FLN, *El Moudjabid*, certamente estava exposta a ele. A influência na autora dos textos de Fanon também é muito válida de ser explorada. No mesmo período, apenas poucos anos antes, o autor se debruçou sobre a inovação do engajamento feminino nos conflitos: *A iniciativa das reações do colonizado escapa aos colonialistas. São as exigências de combate que provocam na sociedade argelina novas atitudes, novas condutas, novas modalidades de apresentar-se* (FANON, 1959, p. 49).

Em *L'an V de la Révolution algérienne* há ainda outros ensaios do autor sobre a Guerra da Argélia que podem fornecer pontos de convergência interessantes na análise da obra de Djebbar. As obras certamente não devem ser reduzidas à influência desses discursos.<sup>23</sup> Porém, analisá-las como fontes históricas passa por considerar seus contextos de produção: os aspectos biográficos da autora e os discursos e influências aos quais estava submetida fazem parte de tal análise.

<sup>23</sup> Em TAHON, Marie-Blanche. "Women Novelists and Women in the Struggle for Algeria's National Liberation (1957-1980). Research in African Literatures, 23:2, 1992, p. 44, a autora afirma que a obra pode ser considerada praticamente uma ilustração dos escritos dessa obra de Fanon. Tendemos mais a postura de Zimra de considerar que a autora se inspirou sim em seus escritos, mas os superou em diversos momentos. Na análise da cena acima mencionada, por exemplo, em que Cherifa atravessa a cidade, Zimra considera que além da construção de uma agência feminina podemos ver uma verdadeira crítica a ideia de que o véu e os costumes tradicionais teriam as mulheres em uma zona de conforto e proteção, posição que Fanon não questiona. Em: ZIMRA, Clarisse. **Afterword to Children of the New World**. Em: Djebbar, Assia. *Children of the New World*, 2005, p. 221.

## TRAJETÓRIA DA PESQUISA, FONTES E REFERÊNCIAS METODOLÓGICAS

Esse texto voltado para a publicação no contexto da Semana de Ensino e Pesquisa da Graduação do IFCH é baseado em um projeto de pesquisa, não traz, portanto, conclusões finais, mas, ao apresentar e justificar a pesquisa permite um vislumbre do contexto da Guerra de Independência, da situação das mulheres no período, quais eram os locais atribuídos a elas e como elas desafiavam de diferentes maneiras esses lugares. O projeto resulta de mais de um ano de familiarização com o tema, com o qual tive um primeiro contato, por meio de um dos textos de Fanon, apresentado na disciplina de História Contemporânea II: *A Argélia se desvela*. A ênfase em Assia Djebar logo surgiu como uma possibilidade, uma vez que, a escolha de abordar fontes literárias nas disciplinas de Contemporânea sob orientação da professora Raquel Gomes era incentivada. Encontrei algumas dificuldades iniciais nesse primeiro momento: apesar de nos últimos anos termos assistido a um forte desenvolvimento dos estudos africanos no Brasil, o tema específico da Argélia permanece pouco explorado e as fontes e referências bibliográficas frequentemente são de difícil acesso, além de não possuírem tradução.

Felizmente, na oportunidade de realizar um intercâmbio à Université Sorbonne Nouvelle – Paris III, no departamento de Literatura e Linguística Francesas e Latinas, pude ficar mais confortável para trabalhar com os textos literários originais, além de poder cursar disciplinas relacionadas ao tema deste projeto.<sup>24</sup> Esses cursos foram essenciais no processo de levantamento bibliográfico do projeto, assim como foi indispensável o acesso às bibliotecas da Sorbonne e a Biblioteca Nacional da França, onde pude acessar obras e textos que acredito que serão de grande importância no decorrer da pesquisa.

---

<sup>24</sup> *Literatura da Revolta* ministrada pela professora Catherine Brun, que tem por especialidade a Guerra da Argélia, e duas disciplinas ministradas pelo professor Xavier Garnier, coordenador do percurso de estudos gênero e literaturas francófonas do Master 2: uma *Introdução às Literaturas Francófonas* e uma disciplina da pós-graduação sobre intelectuais do pós-colonialismo, da qual participei como ouvinte.

No que concerne à leitura das obras literárias como fontes históricas, entendemos que assim como o caso singular e excepcional de Djebar e sua trajetória biográfica e profissional não escapam às contingências e causalidades históricas<sup>25</sup>, também o artístico e o ficcional são passíveis de historicização. As obras não só apresentam um contexto histórico em suas narrativas, mas foram produzidas por tal contexto e dizê-lo significa afirmar que qualquer indivíduo tem seu imaginário dado pelas condições de possibilidade de sua época. Nesse sentido, temos como inspirações metodológicas, pesquisas mais recentes, feitas na própria Unicamp<sup>26</sup>, além de clássicos na área de História Social que analisaram historicamente fontes literárias.<sup>27</sup>

O projeto tem ainda como influência o grupo de estudos *Mulheres de Letras*: escritoras do século XIX e XX, Brasil, Europa e África, que vem colaborando para o florescimento de debates no IFCH sobre a especificidade da literatura feminina e a abordagem dessas obras como fontes históricas. Quando nos deparamos com a expressão *literatura feminina*, surge a questão da definição. Para Lucia Castello Branco, uma das primeiras a cunhar o termo, não podemos reduzir a resposta a simplesmente

<sup>25</sup> GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 27.

<sup>26</sup> A publicação de Sidney Chauloub: Machado de Assis, historiador. Editora Companhia das Letras, 2003 é uma referência na utilização de obras literárias como fontes históricas. Cruzando as obras de Machado com documentos do Arquivo Nacional, Chauloub afirma ter encontrado naqueles textos exposição detalhada das políticas de dominação social que buscava reconstituir a partir de outras fontes históricas; perplexo, percebia ali muita alegoria e reflexão sistemática sobre a experiência social de escravos, dependentes e outros sujeitos. (p. 2). Do mesmo autor: CHALHOUB, Sidney. Apresentação. Unicamp: História Social, 2012, n. 22 e 23, p. 9-15, traz uma breve reflexão sobre a abordagem da História Social às fontes literárias. A mesma revista ainda traz publicações de pós-graduandos da Unicamp que seguiram a mesma linha interpretativa.

<sup>27</sup> Em *Educação e Experiência*, por exemplo, Thompson é capaz de explorar a relação entre as elites vitorianas e o povo comum, evidenciando como essa elite, temerária da espontaneidade popular, busca moldar o desenvolvimento cultural do povo comum de acordo com seus próprios propósitos socioeconômicos. Sua metodologia envolve o cruzamento das fontes literárias com cartas, publicações em periódicos da época sempre citando as passagens em que se baseia. Em: THOMPSON, Edward Palmer. *Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

uma literatura feita por mulheres: apesar de não ser uma ciência exata, é possível identificar características mais frequentes na literatura feminina, ela gozaria de um *tom*, de um *ritmo* e de uma *respiração* própria.<sup>28</sup> Os temas por ela abordados também a diferem da literatura tradicional, a tendência a discorrer sobre a vida privada e adentrar o campo do autobiográfico é marcante e está fincada em razões históricas e sociológicas que são observáveis em diferentes meios culturais. Pretendo explorar melhor essa bibliografia e os temas que ela levanta, sendo já perceptível como ela pode enriquecer a observação das obras de Djébar.

## FONTES

DJEBAR, Assia. *La soif*. Paris: Julliard, 1957.

DJEBAR, Assia. *Les Enfants du nouveau monde*. Paris: Julliard, 1962.

## REFERÊNCIAS

ACCAD, Evelyne. *Assia Djébar's contribution to arab women's literature: rebellion, maturity, vision*. World Literature Today, 1996, vol. 70, no 4, p. 801-812.

ACCAD, Evelyne. *Veil of Shame: Role of Women in the Contemporary Fiction of North Africa and the Arab World*. Al-Raida Journal, 1978, p. 3-5.

ACHEBE, Chinua. *Language and the destiny of man*. In: Morning Yet on Creation Day: essays. London: Heinemann, 1975.

ALMEIDA, Sandra R. G. **Prefácio** – Apresentando Spivak. Em: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. op. cit. p. 14 e 15.

BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

---

<sup>28</sup> BRANCO, Lúcia Castello. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 13.

- CHALHOUB, Sidney. Apresentação. Unicamp: **História Social**, 2012, n. 22 e 23, p. 9-15.
- DJEBAR, Assia. *L'Amour, la fantasia*. Paris: Albin Michel, 1985.
- FANON, Frantz. L'Algérie se dévoile. Em: *L'an V de la Révolution algérienne*. Paris: Présence Africaine 1959.
- GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**: O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HARBI, Mohammed. *Aux origines du FLN*: Le populisme révolutionnaire en Algérie. Paris: Christian Bourgois Editeur, 1975.
- HARDI, Ferenc. *Le Roman Algérien de langue française de l'entre-deux-guerres*: discours idéologique et quête indentitaire. Paris: Editions L'Harmattan, 2005.
- KHATIBI, Abdelkabar. **Le Roman magrèbin**. Paris: François Maspero, 1968.
- MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado**: precedido do Retrato do colonizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- REDOUANE, Najib; BÉNAYOUN-SZMIDT, Yvette (coord.). *Assia Djébar*. Paris: Éditions Harmattan, 2008.
- SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Editora Companhia das Letras, 2007.
- SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n.2, p.71-99, 1995.
- SOARES, Vera Lucia. **A escritura dos silêncios**: Assia Djébar e o discurso do colonizado no feminino. Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

- TAHON, Marie-Blanche. **“Women Novelists and Women in the Struggle for Algeria’s National Liberation (1957-1980)”**. Research in African Literatures, 23:2, 1992, pp. 39-50.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Os românticos: a Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- VON KEMNITZ, Eva-Maria. **Assia Djebbar (1936-2015): Uma voz insubmissa da Argélia**. Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher, 2015, no 34, p. 19-33.
- WA THIONG’O, Ngugi. *Decolonising the mind: The politics of language in African literature*. East African Publishers, 1992.
- YACINE, Kateb. *Nedjma*. Paris: Seuil, 1956.
- YASBECK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. São Paulo: Edusp, 2008.
- ZIMRA, Clarisse. *Afterword to Children of the New World*. Em: Djebbar, Assia. Children of the New World, 2005.
- ZIMRA, Clarisse. *In Her Own Write: The Circular Structures of Linguistic Alienation in Assia Djebbar’s Early Novels*. Research in African Literatures, 1980, vol. 11, no 2, p. 206-223.

# CONTESTAÇÕES E DEFESAS SOBRE O USO DO SOBRENOME DO MARIDO PELA MULHER: O DEBATE DA DÉCADA DE 70

*Christiane Kozesinski<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Dentre os modos diretos e indiretos de construção e modelação da identidade pessoal do indivíduo, o direito ao prenome e ao sobrenome, dispostos na lei, consagram nominal e simbolicamente o sujeito no seio da sociedade. Inalienável, o sobrenome assume distintas funções dentro de um corpo social: a priori, associa indivíduos a seu grupo familiar de origem ao indicar pertencimento e filiação. Ainda que seja elemento compartilhado dentro de um grupo familiar, e por vezes homônimo entre distintos, a composição do nome e do sobrenome não deixa de conformar individualidade a cada sujeito.

Nesse sentido, a abrangência de significação do sobrenome para o sujeito extravasa o campo técnico ou prático de registro e classificação, mas alcança prontamente uma dimensão simbólica e identitária no presente existência do indivíduo, quanto no horizonte histórico na medida que o nome é uma forma de memorialização do indivíduo dentro da sociedade. Nesse sentido, o registro de nomeação consagra e oficializa um patrimônio particular e exclusivo do indivíduo - a enunciação da identidade. As práticas de nomeação construídas no seio social, particularmente sobre o sobrenome, carregam potenciais recortes de gênero, classe, idade e região e portanto são historicidades interseccionais. As convenções de leis de registro civil, e portanto a forma de averbação do indivíduo podem ser pensadas como historicamente situadas e construídas e nesse sentido,

---

<sup>1</sup> Graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas. Pesquisa desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Raquel Gryszczenko Alves Gomes. E-mail: ckozesinski@gmail.com

a legislação invariavelmente espelha traços da sociedade, ainda que por vezes largamente desatualizados e incompatíveis.

O costume da adoção do sobrenome do marido pela mulher somente é firmado como obrigatoriedade do regime conjugal (excluindo portanto concubinatos) com a institucionalização normativa dessa prática de nomeação, a partir da promulgação do artigo 240 do Código Civil de 1916, que dispõe que “a mulher assume, pelo casamento, os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família (BRASIL, 1916, Capítulo III; Dos Direitos e Deveres da Mulher). Os debates subsequentes ao código e as alterações determinadas no corpo do texto legal ao longo dos anos revelam contestações e rompimentos com essa prática obrigatória.

Em relação a questão do sobrenome do marido, foram duas as interferências legais significativas que refundaram essa obrigatoriedade: a lei nº 4.857 de Registros Públicos 9 de novembro de 1939, que ao dispor sobre as normativas dos registros públicos, admite a possibilidade da alteração do nome no registro civil “por exceção e motivadamente sendo permitida” e abriu brechas para reclames na alteração do sobrenome por mulheres e homens casados em ações de desquite. A Lei do Divórcio de 1977 e o Estatuto da Mulher Casada, em 1962 contribuíram de forma significativa para alterar a disposição da adoção compulsória do sobrenome.

## OBJETIVO

As questões que envolvem o uso do sobrenome do marido ainda foram pouco estudadas a nível nacional e as pesquisas existentes, embora relevantes, tendem para análises dentro da área do direito, psicologia e antropologia<sup>2</sup>. A contraponto, são significativamente mais abundantes

---

<sup>2</sup> CANTARELLI, Aline Luisiane Camboim; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro; MARIN, Angela Helena. **Eu não alterei o Meu nome: O que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do Marido/Parceiro no Casamento ou União Estável**. Revista Pensando Família, nº 17.

GIACOMETTI, Fabiana Aparecida Penhaca; LEÃO, Andreza Marques de Castro. **Pedagogia**

os trabalhos norte-americanos<sup>3</sup>, que podem contribuir com diferentes abordagens e horizontes de análise relevantes para tentar entender essa questão no Brasil. Levando em consideração a relevância atual da discussão, que circunda o tema das identidades, sobre o uso do sobrenome do marido ou mulher (no caso de relações homoafetivas atualmente) e a ausência de uma reflexão mais profunda de um ponto de vista histórico sobre o dinamismo das discussões e contestações quando a obrigatoriedade do uso, este estudo se propõe a investigar os tensionamentos e defesas realizados no entremeio da década de 70, período de extrema relevância no nível legislativo e social com a promulgação da Lei do Divórcio em 1977, e a construção do Anteprojeto do Código Civil, em 1975. Ciente dessa evolução jurídica, se objetiva compreender quais exigências da sociedade civil levaram a essas novas formulações legais.

## METODOLOGIA

Foram levantados um conjunto de documentos da imprensa da década de 70 extremamente relevantes para entender a questão. Edições de periódicos como *Manchete* (RJ), *O jornal* (RJ), *Jornal do Brasil* (RJ), *O Fluminense*, *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados* (PR), *Jornal do Commercio* (RJ) entre outros, ampliaram ao público o tema do uso do sobrenome do marido sob diversas abordagens e são fontes centrais para essa investigação. Nas páginas destes jornais, juristas, professores, acadêmicos, advogados e o público geral veiculam visões de contestação ou concordância com esse costume marital estabelecido e naturalizado.

Os posicionamentos de mulheres sobre a questão são particular-

---

legislativa acerca do uso do sobrenome no matrimônio: reflexões políticas.

<sup>3</sup> SHIM, Maria; GOLDIN, Claudia. **Making a Name: Women's Surnames at Marriage and Beyond.** *Journal of Economic Perspectives.* Vol. 18, n°2, 2004; SNYDER, Kelly. **All Names Are Not Equal: Choice of Marital Surname and Equal Protection.** *Washington University Journal of Law & Policy.* Vol. 30, 2009; NUGENT, Colleen. **Children's Surnames, Moral Dilemmas: Accounting for the Predominance of Father's Surnames for Children.** *Gender and Society.* Vol. 24, n°4. Sage Publications, Inc. 2010; EMENS, Elizabeth F. **Changing Name Changing: Framing Rules and The Future of Marital Names.** *The University of Chicago Law Review.* Vol. 74, n° 3. 2007.

mente significativos. A exemplo de citação, são importantes publicações como *Apreciações sobre o anteprojeto do Código Civil* da professora Zéia Pinho Rezende em 22 de novembro de 1975 no Diário do Paraná,<sup>4</sup> bem como a crítica feita por Miriam de Abreu Machado e Campos em sua tese de doutoramento pela UFMG sobre a análise do anteprojeto do Código Civil, segundo o qual a “mulher é mantida como uma propriedade do marido” pelo anteprojeto do Código Civil.<sup>5</sup>

Políticos também se debruçaram sobre o tema, frequentemente entrando em conflito de posicionamento com outras esferas sociais, sobretudo eclesiásticas. A defesa do deputado Nelson Carneiro sobre a adoção do sobrenome do homem pela concubina (mulher não casada oficialmente) é citada em edições do *Jornal do Commercio* (RJ) e na edição de 8 de março de 1970 no Diário do Paraná onde o senador pronuncia sua confiança no sucesso de sua campanha<sup>6</sup>. São revelados embates públicos sobre a questão, entrevistado por exemplo, na manchete de 6 de setembro do Diário de Notícias *Deputado dá resposta aos ataques do Bispo de Campos*,<sup>7</sup> em réplica a publicação do bispo em outra publicação<sup>8</sup>. O debate mereceu apreciação até mesmo do poeta Drummond, segundo publicação de 13 de dezembro de 1977 “*Divorciou? Tire o nome.*”

Ainda, o Diário Oficial fornece documentos úteis de análise pois permitem entender as demandas apeladas por membros da sociedade por meio de advogados contestando ou defendendo o uso do sobrenome do

---

<sup>4</sup> REZENDE, Zéia de Pinto. *Apreciações sobre o anteprojeto do Código Civil*. Diário do Paraná: **Órgão dos Diários Associados**. Paraná, ano 75, Edição 06130, Caderno 2, 22, novembro, 1975.

<sup>5</sup> CAMPOS, Miriam de Abreu Machado. *Mulher é mantida como uma propriedade do marido pelo anteprojeto do Código Civil*. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1976, Edição 00010, Caderno 1, s/p., 18, abril, 1976.

<sup>6</sup> SEM AUTOR. *Sobrenome do Pai no Registro de Nascimento*. Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados. Paraná, ano 70, Edição 04384, 8, março, 1970.

<sup>7</sup> SEM AUTOR. *Deputado dá resposta aos ataques do Bispo de Campos*. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 1970, edição, 6, setembro, 1970.

<sup>8</sup> SEM AUTOR. *Cardenal pede: assinem o apelo contra o divórcio*. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 1976, 1º sessão, 8, junho, 1976.

<sup>9</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *Divorciou? Tire o nome*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 77, Edição 00249, caderno B, 13, dezembro, 1977.

companheiro(a), bem como o tratamento do debates por juristas e as diferentes argumentações e interpretações jurídicas de cada juiz, para diferentes casos, frente a latente ausência de uma legislação divorcista. Esses documentos revelaram dois padrões de ocorrência nesse período: em primeiro, mulheres apelantes pelo desquite contra os maridos apelados por abandono parental e formação de nova família, casos estes onde a mulher escolheu ou foi obrigada a abrir mão do uso do sobrenome do marido. Em segundo, homens apelantes contra suas mulheres por abandono do lar e prejuízo da reputação pelo uso indevido do sobrenome do ex-marido, então apelante.

A fonte bibliográfica principal tomada neste estudo para inteligir os debates que promoveram alterações no Código Civil para esta questão é o livro de Divaldo Montenegro, *“O uso, pela mulher, do sobrenome do companheiro”* (Editora Rio, maio de 1977), escrito dois anos após a promulgação da mudança no Código e que traz pontos de vistas significantes daquele momento. Por fim, apesar do enfoque temporal da década de 70, é relevante que o estudo a ser realizado, considere as origens do costume da adoção do sobrenome do marido pela mulher, analisando para isso os volumes das Ordenações Filipinas sob a hipótese do traslado desse traço cultural e costume social europeu para a colônia.

O projeto de pesquisa apresentado ainda está em fase inicial de desenvolvimento. Foram levantadas fontes documentais de naturezas jornalísticas e jurídicas que deverão ser analisados dentro da metodologia adequada. A base bibliográfica permite aprofundar essa discussão a partir do âmbito jurídico, antropológico, da psicologia familiar, sob perspectivas as performances de poder e identidades de gênero associadas a escolha, reivindicação, uso ou negação do sobrenome do marido com o casamento pela mulher.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. Divorciou? Tire o nome. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 1977, edição 00249, caderno B, 13, dezembro, 1977.
- CAMPOS, Miriam de Abreu Machado. Mulher é mantida como uma propriedade do marido pelo anteprojeto do Código Civil. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ano 1976, edição 00010, Caderno 1, s/p., 18 abril, 1976.
- CANTARELLI, Aline Luisiane Camboim; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro; MARIN, Angela Helena. Eu não alterei o Meu nome: O que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do Marido/Parceiro no Casamento ou União Estável. **Pensando famílias**, v. 17, n. 1, Porto Alegre, jul. 2013
- GIACOMETTI, F. A. P. ; LEÃO, Andreza Marques de Castro. Pedagogia legislativa acerca do uso do sobrenome no matrimônio: reflexões políticas. *In*: Andreza Marques de Castro Leão; Luci Regina Muzzeti. (Org.). **Perspectivas, práticas e reflexões educacionais**. 1º edição, São Paulo, Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 265-277.
- EMENS, Elizabeth F. Changing Name Changing: Framing Rules and The Future of Marital Names. **The University of Chicago Law Review**, vol. 74, n. 3. p. 761-863. 2007.
- FINE, Agnès; ZUBER-KLAPISCH, Christiane. Editorial. The Naming of Women. **Women, Gender, History**. v. n. 45, 2017.
- MONTENEGRO, Divaldo. **O uso, pela mulher, do sobrenome do companheiro**. Edição 1, Editora Rio. Rio de Janeiro, 1977.
- NOGUEIRA, Clayton Ritnel. A mulher e o direito: Um estudo dos direitos da mulher na sociedade conjugal. **Revista Âmbito Jurídico**. Caderno Família, n. 28, abr. 2006

- NUGENT, Colleen. Children's Surnames, Moral Dilemmas: Accounting for the Predominance of Father's Surnames for Children. **Gender and Society**. v. 24, n.4. p. 499-525, ago. 2010
- REZENDE, Zélia de Pinto. Apreciações sobre o anteprojeto do Código Civil. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**. Paraná, ano 1975, edição 06130, Caderno 2, 22, novembro, 1975.
- SEM AUTOR. Deputado dá resposta aos ataques do Bispo de Campos. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, ano 1970, edição, 6, setembro, 1970.
- SHIM, Maria; GOLDIN, Claudia. Making a Name: Women's Surnames at Marriage and Beyond. **Journal of Economic Perspectives**. vol, 18, n. 2, pp. 143-160, 2004.
- SNYDER, Kelly. All Names Are Not Equal: Choice of Marital Surname and Equal Protection. **Washington University Journal of Law & Policy**. vol. 30, p. 568-587, jan. 2009.

# REPUBLICAST: PESQUISA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NAS MÍDIAS DIGITAIS

*Daphiny Lisboa de Santana<sup>1</sup>*

*Lucas Gomes Lizza<sup>2</sup>*

A apropriação da História pelas mais diversas mídias para a produção de diferentes narrativas não é novidade. Essas narrativas, ocasionalmente rebatidas ou criticada por historiadores, são utilizadas para enaltecer perspectivas e consolidar perspectivas teóricas e ideológicas e, ao mesmo tempo, são pontos de tensão ao produzirem disputas em torno destes pontos.

Com o surgimento das mídias mediadas pela Internet, como é o caso do *podcast*, esse movimento se intensificou; a título de exemplo, vimos nas eleições brasileiras de 2018 uma acirrada disputa por uma narrativa histórica, especialmente em torno do período da ditadura militar brasileira e da escravidão. Nesse exemplo, a disputa foi travada nos mais diversos meios, mas a Internet ocupava lugar de destaque devido às discussões e conteúdos gerados para as redes sociais, como o *Facebook*.

Nesse sentido, a primeira observação a se fazer e que, seguramente, foi uma premissa para o desenvolvimento do projeto de podcasts pelo L3 é a de que esses conteúdos criados, que propõem uma narrativa histórica – intencionalmente ou não –, não eram criados por historiadores, ou seja, muitas vezes se afastam da metodologia e aparatos teóricos que configuram a História como ciência e disciplina. Portanto, se mostram problemáticos devido à sua divulgação como saber histórico formal, mas,

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Josianne Francia Cerasoli (IFCH/Unicamp). E-mail: daphinylisboas@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Josianne Francia Cerasoli (IFCH/Unicamp). E-mail: lucaslizza@gmail.com

ao mesmo tempo, não seguem as diretrizes teórico-metodológicas básicas da disciplina. Tal situação frequentemente contribui para um discurso revisionista, ou no melhor dos casos, extremamente simplista.

Assim, surge o questionamento: quais os impactos das narrativas históricas produzidas por não-historiadores nos espaços públicos digitais? E como os historiadores podem ocupar esses espaços? A relação entre História e os meios digitais é complexa e diversos campos da historiografia têm analisado essa relação a partir de definições teóricas distintas.

Sem dúvida essa relação desafia as formas tradicionais do ofício do historiador. Com o surgimento da Internet, o historiador encontrou não apenas um novo meio de divulgação de suas pesquisas, mas também novas formas e ferramentas de produção. A Internet e suas redes digitais alteraram os modos de produção historiográfica ocasionados principalmente pelo surgimento da hipertextualidade, ferramenta que permite o acesso direto de um documento a outro por meio da web.

Foi nesse contexto de observação do discurso histórico nas mídias digitais e a percepção que estes espaços não estão ocupados por historiadores de formação – fazendo com que as informações propagadas muitas vezes careçam de embasamento científico – que o projeto *RepubliCAST* surgiu. Pensado enquanto proposta avaliativa pela professora Josianne Cerasoli na disciplina de História do Brasil III em 2018, a ideia era criar uma solução não-ortodoxa para enfrentar a problemática da divulgação científica e que preenchesse essa lacuna identificada nas mídias digitais.

Nesse cenário, várias possibilidades de mídia foram consideradas, entretanto, o formato do podcast se sobressaiu. Numa terminologia didática, o podcast é uma mídia, em formato de áudio, cujo conteúdo é oferecido sob demanda, ou seja, permite ao usuário que escolha seus programas preferidos sem depender de conteúdos previstos em uma grade de programação. Considerando a duração de um semestre letivo para o desenvolvimento da iniciativa, provou-se ser uma das mídias com a menor curva de aprendizagem, o que significava que poderíamos nós mesmos aprender a elaborar o roteiro, editar as faixas de áudio, entre outras coisas, num tempo mais curto, além de possuir uma ampla possibilidade de acesso.

A atividade evoluiu e se tornou parte integrante do quadro de projetos mantidos pelo Laboratório de Licenciaturas do IFCH (L3), onde estagiamos durante o segundo semestre de 2018. Com isso, foi possível também a elaboração de projeto de Bolsa BAEF, que possui o mesmo intuito do RepubliCAST: democratizar o acesso aos resultados de pesquisas realizadas no curso de História da UNICAMP a partir da integração do historiador e da pesquisa científica às mídias digitais.

Esse texto, então, se caracteriza enquanto um compilado dessas experiências previamente adquiridas e busca não só introduzir, mas também destrinchar as diversas etapas envolvidas na divulgação científica através da mídia digital do podcast. Nesse sentido, é possível dizer que o esforço empreendido aqui é o de responder a seguinte pergunta: como transformar uma pesquisa científica em um podcast?

A primeira coisa a se pontuar é que não há uma fórmula fixa para esse procedimento. O que será desenvolvido e descrito a seguir se configura mais como um partilhar de nossa experiência com a disciplina e do desenvolvimento de outros podcasts que fizemos após esse primeiro contato, a partir do estágio que realizamos no L3, do que um tutorial a ser fielmente seguido. De qualquer forma, configura um bom ponto de partida para os inexperientes e que posteriormente pode ser adaptado às suas necessidades.

Dividimos este processo em três etapas, utilizando como critério os diferentes esforços mentais e habilidades envolvidos em cada uma, a de pesquisa e elaboração do roteiro, a gravação e a edição. Essa metodologia foi pensada para que tanto pesquisas já desenvolvidas quanto pesquisas futuras fossem contempladas.

## **1. PESQUISA E ELABORAÇÃO DO ROTEIRO**

### **1.a PÚBLICO**

Pensar no público para o qual o programa será direcionado deve ser de suma importância uma vez que dita os próximos caminhos a serem seguidos e as adequações que deverão ser feitas para uma melhor com-

preensão do assunto que será discutido. A intenção do RepubliCAST é ser uma fonte de conhecimento acessível: com embasamento científico, certamente, mas que traga uma mensagem capaz de ser compreendida por qualquer pessoa, independente do seu contexto individual, a partir da desconstrução de preconceitos perpetuados durante anos quanto a história brasileira republicana.

## **1.b FORMATO**

Tendo definido o público, o formato que o podcast adquirirá é bastante significativo. As possibilidades estão limitadas somente à imaginação, tanto que nos projetos elaborados durante a disciplina não houve uma repetição. Nesse amplo espectro encontramos conversas de bar, programa de entrevistas, roteiro de atuação teatral e rodas de conversa tradicionais.

Entretanto, alguns são mais adequados a uma temática ou a um limite de tempo, ou ao público desejado. Por exemplo, ao concebermos um podcast sobre as memórias da ditadura achamos desnecessário, e até desrespeitoso, o uso constante de humor ou informalidades. Se pensarmos no tempo disponível, roteirizar um podcast de 1h30min é muito difícil, então redigir pautas para uma roda aberta de conversa, por exemplo, pode funcionar melhor. Da mesma forma, a roteirização pode otimizar o tempo reduzido. Essa etapa serve também para padronizar o podcast, criar uma identidade – caso o plano seja criar uma série – de forma com que seus ouvintes se habituem e se atraiam pela produção. Assim, pode-se estabelecer como serão os efeitos sonoros, a ordem da vinheta, se há ou não músicas de fundo, entre outros elementos que caracterizariam e tornam única a sua produção.

## **1.c LINGUAGEM**

A linguagem é, sem sombra de dúvida, um dos elementos mais difíceis do processo. Como historiadores em formação, estamos acostumados a redigir nossos trabalhos finais, artigos e pesquisas a partir de uma lógica já predeterminada pela academia. Como todo discurso, o nosso não deixa

de ser direcionado: com um linguajar conceitual específico, uso de digressões e outros elementos argumentativos que fazem com que seu texto se enquadre no *ball* da academia, estamos falando, muito provavelmente, com outras pessoas já inseridas nesse mesmo contexto. Sendo assim, é claro que a linguagem dos artigos acadêmicos, por conta da sua inacessibilidade, pode não ser adequada ao podcast se a intenção for atingir um público mais amplo.

Percebemos, entretanto, que esse vício é bastante difícil de ser quebrado ainda na disciplina de História do Brasil III após a entrega do roteiro parcial, quando as orientações para melhora em sua maioria se direcionavam a linguagem: “está muito formal”, “a fala está muito longa, fica confuso para quem está ouvindo”, “troquem tal expressão por uma coisa mais próxima da oralidade”, entre outras coisas.

Sendo assim, algumas estratégias que adquirimos e que podem ser recomendadas são principalmente a utilização de palavras como *porém*, *portanto*, *entretanto* para ênfases; repetição da hipótese central a ser defendida após as longas explicações, para que o ouvinte seja sempre lembrado daquilo que está sendo defendido no podcast; utilizar sinônimos para palavras que não estão presentes no vocabulário usual – como usar *deduzir* em vez de *depreender* ou *sobre* no lugar de *no que tange* à – entre outros exemplos.

Dessa forma, considerando a escolha de público do RepublicAST e o formato pretendidos, criamos um roteiro que tentava imitar uma conversa descontraída, como se alguns amigos estivessem se encontrando para discutir algum assunto e um deles não tivesse domínio sobre a temática. Assim, seria possível discutir academicamente aquele assunto, mas a partir de elementos discursivos e relações conceituais mais palpáveis ao público geral.

## 1.d RECURSOS UTILIZADOS

Alguns recursos podem ser utilizados para que o programa produzido se torne mais atrativo para o público. As entrevistas com especialistas nas temáticas trabalhadas mostram-se bastante pertinentes porque, enquanto

quebram com a possível monotonicidade produzida pelo narrador, são capazes de sustentar a argumentação a partir de sua posição de autoridade. Nos podcasts produzidos para o RepubliCAST foram convidados José Claudinei Lombardi, professor do departamento de História e Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP; Márcio Seligmann-Silva, professor do departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem também da UNICAMP; Deborah Neves, historiadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, vinculada ao Condephaat; entre outros.

Além disso, a utilização de citações – de livros acadêmicos e literários, de discursos, de notícias de jornal – são também apropriadas, porque dinamizam a narrativa que está sendo construída e permitem a criação de um paralelo com elementos que estejam próximos ao cotidiano dos ouvintes. Para tal, faz-se importante a distinção dessa fala dentro do discurso, seja por meio da utilização de efeitos sonoros, pela troca de narradores ou pela dramatização, para que o recurso não se perca no meio da narrativa principal.

## **2. GRAVAÇÃO**

### **2.a LOCAL**

Embora um local especialmente projetado para a gravação de áudio seja recomendado, como um estúdio com isolamento acústico, seu uso não é obrigatório. É necessário pontuar, entretanto, que as escolhas tomadas nessa etapa impactam as posteriores, especialmente a edição do material produzido. Ao gravar em locais com o mínimo ruído, ausência de eco e interferências, as demais etapas são impactadas positivamente, de forma que a edição se torna mais simples e a qualidade do áudio melhor.

Gravar em locais abertos, com eco ou não isolados acusticamente afetam o som captado de forma negativa, deixando-o repleto de ruídos – como vento, sons do ambiente externo, entre outros. Para resolver tais questões a edição precisará ser mais intensa e, embora com ela seja

possível atenuar a maioria das imperfeições nos áudios, é importante demarcar que a sua qualidade final está intimamente ligada com a qualidade original. Tais atributos são diretamente proporcionais, ou seja, um áudio original de maior qualidade de captação terá, ao final do processo de edição, uma qualidade maior se comparado a um mesmo áudio com captação inferior.

## 2.b APARELHOS

Quando a Prof. Dra. Josianne Cerasoli propôs a elaboração dos podcasts no primeiro semestre de 2018, a turma ficou receosa quanto a parte técnica da gravação. Inicialmente a ideia era que utilizássemos o estúdio do GGTE<sup>3</sup>, já que contaríamos com o apoio de Valdir Junior, técnico do estúdio. Entretanto, devido a alguns problemas, deparamo-nos com o desafio de gravar e editar vários podcasts quando a grande maioria da sala possuía experiência nula com o assunto. Cada grupo, então, gravou da forma como pôde: alguns utilizando os aparelhos celulares, outros o microfone do fone de ouvido ou *headset*.

Entretanto, em um segundo momento, os alunos foram convidados pela professora a regravar os podcasts no estúdio primeiramente pretendido, porque a intenção era que estes fossem disponibilizados na página do Laboratório com maior qualidade. Lá, utilizamos microfones condensadores que permitiram a captação das vozes em grupo, além de possibilitarem gravações ainda mais limpas e precisas. No fim, apesar das adversidades do primeiro momento — como alguns ruídos e problemas com a baixa captação, conseguimos resultados que comprovam que não são necessários equipamentos profissionais para a obtenção de bons produtos finais.

---

<sup>3</sup> Grupo Gestor de Tecnologias Educacionais. Pertencente à UNICAMP, o grupo é subordinado às Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Graduação e tem como objetivo propiciar, apoiar, articular e promover ações institucionais relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias educacionais e educação a distância, nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão da UNICAMP.

### 3. EDIÇÃO

#### 3.a SOFTWARE

Outro medo recorrente entre aqueles que estão iniciando ou que pretendem iniciar projetos relacionados à criação de conteúdo via podcasts é a edição das mídias. É popularmente difundido que os *softwares* de edição de áudio são extremamente difíceis de manusear e que só os programas pagos podem trazer bons resultados. No decorrer do projeto descobrimos que, na prática, há uma diversa gama de softwares livres disponíveis que podem ser utilizados, dentre os quais destacamos o *Audacity*. O programa está disponível para *download*, em português, nas principais plataformas (Windows, Linux e Mac) e é bem completo em suas funcionalidades.

Mesmo assim, apresenta uma *interface* do usuário bastante intuitiva, o que torna sua curva de aprendizagem menor se comparada à de outros programas como *Adobe Audition* ou *Sound Forge*, *softwares* proprietários e comumente utilizados para uso profissional. Tanto que no estágio realizado no L3, quando tivemos que editar os podcasts regravados no GGTE, apesar da maior experiência continuamos utilizando o *Audacity* e temos obtido bons resultados.

#### 3.b EFEITOS SONOROS

Um podcast não se resume somente às vozes dos participantes. A presença de outros elementos auditivos é bem-vinda não só pelo seu uso retórico, mas também para captar e manter a atenção do ouvinte. Neste momento, modificamos o balanceamento entre a forma e o conteúdo do podcast. Por exemplo, se utilizamos, com frequência citações, ou referências no podcast em vez de citarmos oralmente os trechos durante toda a sua duração, podemos utilizar outras alternativas como: aplicar efeitos na voz – como se ouvidos de um telefone ou rádio, inserir sons que indiquem a fala a seguir é uma citação – como as teclas de uma máquina de escrever batendo, entre outros.

Uma vez que o recurso auditivo é o único elemento a disposição no podcast, ele deve contribuir, então, para manter a atenção do público, seja ressaltando pontos importantes do argumento ou auxiliando na construção de sua linha de raciocínio – fitas rebobinando, por exemplo, costumam indicar uma retomada do raciocínio ou uma retrospectiva.

## COMO PUBLICAR UM PODCAST?

Passadas essas etapas, a pesquisa estará mais próxima de um formato propício à ampla divulgação científica. Só resta a sua publicação em algum veículo e é provável que esse último passo seja o mais intimidador, uma vez que a oferta de serviços é vasta, deixando-nos muitas vezes indecisos. Além disso, conhecer as diversas características oferecidas por cada serviço é fundamental para a escolha e, naturalmente, não é todo mundo que detém esse conhecimento. Sendo assim, para publicar um podcast são necessários basicamente dois requisitos: um espaço para hospedar<sup>4</sup> e um *Feed RSS* para ser lido pelos aplicativos agregadores de podcasts.

Detalharemos a última devido a sua especificidade, uma vez que configura a essência do que é um podcast:

RSS é a sigla em inglês para Rich Site Summary ou Really Simple Syndication, ou seja, uma forma simplificada de apresentar o conteúdo de um site. Um documento RSS é feito na linguagem XML e geralmente exibe o grande volume de informações existente em uma página na internet de forma resumida. Pela característica de alimentar de notícias, os documentos RSS também são chamados de Feeds (RUBINO, 2006).

É possível fazer tudo isso manualmente com o devido conhecimento técnico, mas é extremamente trabalhoso para um iniciante. Por isso, há diversos serviços que prometem simplificar essas etapas de publicação

---

<sup>4</sup> O termo hospedar se relaciona, ao menos digitalmente, ao servidor que armazena e disponibiliza conteúdo na Internet. Assim, o podcast para ser distribuído precisa ser hospedado em algum servidor, preferencialmente especializado no conteúdo.

de podcast e ressaltamos, assim, a importância do “Comparativo de hosts para Podcast”<sup>5</sup> como referencial. Não há espaço hábil para detalhar seus aspectos aqui, sendo assim, o levantamento é disponibilizado gratuitamente e online para consulta. Ressaltamos, entretanto, que apesar da efemeridade do levantamento, uma vez que as tecnologias e serviços estão em constante mudança, trata-se ainda de uma base ao menos referencial de serviços confiáveis e sérios para a divulgação científica.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fábio Chang de. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*, Porto Alegre, v. 3, n. 8, Janeiro – Junho 2011, pp. 9-30.
- ARAÚJO, George Zeidan. Ler, pesquisar e escrever história em tempos de internet: desafios e possibilidades. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 12, mai./ago. 2014, pp. 151 – 164.
- BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: conceitos, história e perspectivas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 30, n. 109, set./dez. 2009, pp. 1081-1102.
- GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; COSTA, José Wilson da; SANTOS, Ademir José dos. A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no Brasil. *Nuances: estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, maio/ago. 2013, pp. 68-85.
- LUCCHESI, Anita. Por um debate sobre História e historiografia digital. *Boletim Historiar*, Sergipe, n. 2, mar./abr. 2014, pp. 45-57.
- NAPOLITANO, M. A História depois do papel. *In: PINSKY, Carla. Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

---

<sup>5</sup> Trabalho obtido como resultado secundário dos trabalhos de criação do RepubliCAST no L3. É um estudo acerca das principais plataformas de hospedagem de podcasts e seus planos, assim como detalhamento das características encontradas. Disponível em: <https://tinyurl.com/y466hybc>. Acesso em: 15 jul. 2019.

- PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. *On the Horizon*, NCB University Press, v. 9, n. 5, out. 2001, pp. 1-6.
- RUBINO, Luis Carlos. O que é RSS?. Web UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/web/arquivos/003127.shtml>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 72, Julho 2005, pp. 101-117.
- STERNFELD, Joshua. Archival Theory and Digital Historiography: Selection, Search, and Metadata as Archival Processes for Assessing Historical Contextualization. *The American Archivist*, v. 74, Outono/ Inverno de 2011.

# OS REIS E A MOEDA NA FRANÇIA OCIDENTAL CAROLÍNGIA (SÉCULOS VIII-IX)

*Eric Cyon Rodrigues<sup>1</sup>*

Neste texto, introduzirei o levantamento de informações realizado durante os seis primeiros meses da pesquisa, que contou com uma bolsa PIBIC do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Primeiramente, abordarei o tema do projeto; em seguida, os meus recortes e as minhas fontes; e por último, os objetivos. Pela pesquisa estar em desenvolvimento, as questões sobre o objeto de estudo serão tratadas de maneira não conclusiva.

Entre os anos de 751 e 877, quatro reis reinaram na França Ocidental: Pepino, o Breve (751-768), Carlos Magno (768-814), Luís, o Piedoso (814-840) e Carlos, o Calvo (840-877). Embora essa porção do continente europeu seja chamada por “França” somente a partir de 843 – referente a fatia territorial recebida por Carlos, o Calvo, na divisão com seus irmãos –, usarei este nome para denominar o Ocidente do Império Carolíngio em caráter de praticidade. Durante esse período, os governantes realizaram reformas monetárias. Os especialistas usam esse termo ao se referirem às normas ou leis reais que diziam respeito à produção de moedas. Uma reforma monetária podia ser uma mudança no peso, na liga metálica, nas legendas ou também nas imagens que seriam impressas em suas faces (anverso e reverso). Essas alterações estão presentes em documentos escritos como também estão nas próprias moedas.

Os textos onde encontramos referências às reformas monetárias são tradicionalmente chamados pelos historiadores de “capitulares”. Esse nome é uma criação moderna vinda do século XVII e foi reutilizado em edições mais recentes em que se reuniu uma série desses documentos.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Marcelo Cândido da Silva (USP). E-mail: cyon.eric@usp.br.

Contudo, essa denominação possui problemas, pois considera fontes muito diversas entre si dentro de uma mesma categoria. Os capitulares estão no formato de cartas, decretos ou anúncios. Eles dizem respeito a assembleias ou concílios onde questões administrativas e religiosas eram discutidas pelos governantes e aristocratas. Há debates em torno da melhor categorização desse vasto corpo documental, mas para a minha pesquisa basta considerar que essas fontes textuais possuem instruções dos reis de como e onde as moedas deveriam ser cunhadas. Assim, consultar esses documentos textuais é uma forma de visualizar aspectos sobre os padrões monetários e como eles eram seguidos pelas oficinas de cunhagem. Ao todo, são dezoito capitulares que mencionam, mesmo que brevemente, a produção e circulação de moedas.

Em relação às fontes numismáticas, há milhares de moedas catalogadas que foram produzidas no século VIII e IX. Graças ao seu peso e às suas faces, é possível definir com mais precisão sua data de fabricação e a sua oficina de origem. Elas são encontradas em tesouros enterrados, ao lado de moedas de outras regiões, ou isoladamente, sendo, talvez, um item que caiu do bolso de seu dono. Por meio de quatro catálogos, possuo acesso às descrições e às imagens dessas moedas, permitindo-me analisá-las mesmo sem o contato direto com elas nos museus e coleções particulares mundo afora. A seleção e separação de quais delas seriam parte das minhas fontes será detalhada mais à frente.

Os reis permitiam a cunhagem e circulação de dois tipos de moeda na Francia Carolíngia: o denário e o obol (meio-denário), cuja liga era feita predominantemente de prata. Vale destacar que o denário foi a moeda de maior circulação no Império Romano, e a sua reintrodução na Europa como principal moeda ocorreu aproximadamente em 670, após um longo intervalo desde o século III. Foi Pepino, o Breve, quem tornou o denário a moeda oficial do reino. De acordo com os capitulares, era proibido utilizar outras moedas que não fossem essas. Sendo assim, as moedas estrangeiras deveriam ser levadas a uma oficina autorizada pelo rei a fim de serem detritadas e transformadas em denários. Essas regras eram diferentes no território correspondente a Península Itálica, mas não entraremos em maiores detalhes aqui.

A produção monetária não foi homogênea em todo o Império Carolíngio (DEVROEY, 2015, p. 177-178). Selecionei a porção ocidental do Império, pois nela observa-se uma produção ininterrupta e relativamente grande de moedas em relação ao restante do território imperial, ocorrida entre os anos 751 e 877. O número de oficinas e a produção monetária eram grandes ao ponto de precisar restringir o recorte ao norte da Francia, selecionando apenas algumas localidades, que já nos apresentam um corpo numismático suficiente para o estudo.

Escolhi esse intervalo de pouco mais de cem anos devido à padronização das moedas carolíngias, que não se encontra nos tipos monetários do período merovíngio. Estes, por sua vez, eram extremamente variados, sem nenhum poder central para regular sua produção, o que resultou em oficinas cunhando moedas com ligas de menor qualidade metálica, com formatos irregulares e com impressões a gosto dos senhores locais. Igualmente, após as tensões e os conflitos entre os netos de Carlos Magno e a quebra do Império (843), não levou mais do que décadas para que a produção monetária retornasse ao molde descentralizado do período pré-carolíngio.

Por que estudar as moedas na Alta Idade Média? Diferentemente do que defendeu Henri Pirenne (1937), Robert Fossier (1992) e George Duby (1973), a economia europeia não estava em decadência no período carolíngio. Historiadores e arqueólogos como Chris Wickham (2005), Michael McCormick (2001), Adriaan Verhulst (2002) e Jean-Pierre Devroey (2015), entre outros, publicaram diversos trabalhos em que sustentaram teses sobre a existência de um comércio regular e de produções artesanais e agrícolas, que seriam suficientes para gerar excedentes. Embora não fossem tão grandes como seriam na Baixa Idade Média, havia cidades e vilas com participação expressiva na atividade comercial. Não nos esqueçamos de que o comércio também estava presente no campo, onde os camponeses vendiam sua produção e compravam mercadorias uns dos outros, além de terem contato com mercadores vindos de outras regiões.

Não somente a economia, mas foram também revisadas a própria produção e circulação de moedas na Europa Ocidental. Chegou-se a conclusões que, embora houvesse vários meios de troca, as moedas ainda

desempenhavam um papel relevante na esfera comercial. Os historiadores e numismatas passaram a dar maior ênfase às funções dos denários e obols ligados a vida política e social do Império Carolíngio.

A associação do obol com a vida religiosa, por exemplo, é observada em dois elementos. O primeiro deles é a denominação “obol” para a moeda, equivalente ao meio-denário, foi retirada do léxico bíblico. O segundo está relacionado com a tradição carolíngia de utilizar essas moedas de menor valor como viáticos, além de distribuí-las nas portas das igrejas, das abadias e dos palácios como atos de caridade (DEVROEY, 2015, p. 207). Consideremos também os símbolos de cruzes e templos e as inscrições com a palavra “Deus” dividindo espaço com informações dos governantes. Essa última característica reafirma o caráter religioso exercido pelo rei carolíngio, que seria considerado “o responsável pela salvação espiritual de seus súditos” (CÂNDIDO, 2008, p. 26) e deveria zelar pelas boas condutas dentro de seus territórios.

**Figura 1:** Denário de Pepino, o Breve. No anverso, à esquerda, as letras R e F de *Rex Francorum*; no reverso, à direita, o nome da oficina de Quentovic (*qUUCH/UUI*).



Fonte: Retirado do catálogo de Guillaume Sarah (2008).

Em relação a função política, observamos a afirmação de poder real por meio dos títulos, bustos e nomes dos governantes. Moedas padronizadas, com as imagens e os nomes do rei, com peso regular e com alto grau de prata serviam como um meio de demonstrar o controle do regente sobre as suas moedas. Adicionalmente, essas características conferiam aos denários prestígio e garantia de valor nas trocas comerciais

ao lado de outros tipos monetários. Uma segunda função era a de usar os denários para presentear outros aristocratas e construir vínculos diplomáticos (GRIERSON, 1959). Por último, um governante podia pagar a invasores para evitar problemas, como foi no caso dos povos Vikings, em que Carlos, o Calvo, autorizou a abertura de uma série de oficinas de cunhagem e reuniu altas somas de prata para pagar aos invasores que avançavam no norte do Império Carolíngio (VERHULST, 2002, p. 119).

O denário também era utilizado como ferramenta administrativa pelos reis. Em duas ocasiões (793 e 806), Carlos Magno estabeleceu os preços de produtos agrícolas utilizando os denários como unidades de medida. No primeiro caso, em 793, teoriza-se que essa intervenção nos preços teve como objetivo prover aos mais pobres o acesso de alimentos, pois em 791/92 ocorreu uma crise alimentar no Império (DEVROEY, 2015, p. 204-205).

O uso das moedas no pagamento de alugueis, no comércio e na propaganda política e religiosa é encontrado em outros períodos da Alta Idade Média. Contudo, a padronização das moedas e a sua aplicação na administração pública por um poder central são elementos específicos do recorte temporal da pesquisa. Pepino, o Breve, dessa maneira, iniciou um movimento de controle monetário real que se manteve até Carlos, o Calvo. O último tipo monetário introduzido por este governante permaneceu após a sua morte, mas não há registros de novas reformas. Portanto, o estudo das moedas e de seu contexto de produção é essencial para compreender o desenvolvimento da economia, para atestar a existência de rotas entre regiões e para se pensar o papel do dinheiro nos últimos séculos da Alta Idade Média.

**Figura 2:** Denário de Carlos, o Calvo. No anverso, à esquerda, a legenda “*Gratia Dei Rex*” em torno do monograma central de *Karolus*. No reverso, à direita, o nome da oficina de Quentovic em torno de uma cruz ao centro.



Fonte: Retirado do catálogo de Guillaume Sarah (2008).

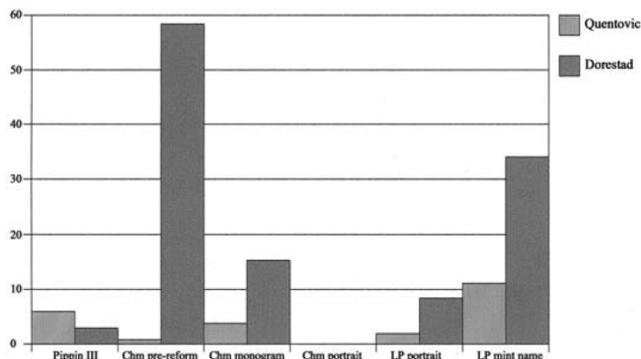
Após os primeiros meses da pesquisa, optei por restringir o recorte geográfico a uma só região. Inicialmente, recolhi dados das oficinas nas regiões de Chartres, Orléans, Paris, Quentovic, Reims, Sens e Tours e confirmei um padrão monetário bem estabelecido dentre os quarenta exemplares selecionados. Entretanto, a fim de utilizar a atividade monetária para observar o desenvolvimento econômico de uma região, dei ênfase ao porto comercial de Quentovic. Esse sítio de escavação se encontra no norte da França, ao sul do Vale de Canche, localizado na década de 1980 (HILL, BARRETT e MAUDE, 1990). Por que essa escolha?

Segundo autores como Adriaan Verhulst (1999) e Richard Hodges (2000), Quentovic foi um aglomerado urbano de extrema importância nos séculos VII, VIII e IX. O porto comercial possuía o tamanho estimado de quarenta hectares, contendo uma ampla produção artesanal, seja com cerâmica, vidro ou pedra, e possuindo ininterrupta produção monetária durante esses séculos. Sua localização dava-lhe acesso a rotas comerciais e marítimas, fazendo com que a atividade comercial entre o continente e o Mar do Norte passasse mais facilmente pelo porto. Quentovic é chamado pelos especialistas de “*emporium*”, nome esse dado a outros portos comerciais de vultosa atividade econômica que estavam presentes

no norte da Europa no mesmo período. Os *emporía* teriam declinado na primeira metade do século IX, sendo substituídos por aglomerações urbanas que, futuramente, se tornariam cidades.

Porém, Simon Coupland (2008), através de dados numismáticos, defendeu uma diferente tese. Realizando comparações entre Quentovic e Dorestad, outro porto comercial, este localizado na Frísia, Coupland demonstrou em seus gráficos que Quentovic não possuía tanta atividade econômica nos séculos VII e VIII. A sua ascensão econômica ocorreria apenas na segunda metade do século IX e, a partir de então, o porto teria mais relevância comercial. Dorestad, por outro lado, teria atingido o seu ápice econômico por volta de 820 e entraria em rápido declínio nas próximas décadas. Então, o numismata chegou a duas conclusões: Dorestad e Quentovic trocaram de lugar, tendo o primeiro atuado significativamente antes de o segundo crescer e substituí-lo como ponto comercial de importância no Norte da Europa. A segunda conclusão diz respeito à ascensão econômica de Quentovic, que teria ocorrido a partir de 864, e se prolongado até o próximo século. Isso permite ao autor inferir que a atividade econômica dos *emporía* não teria cessado no século IX, indo, na realidade, até o século X ou mesmo até o século XI. Menciono esse debate para demonstrar que fontes numismáticas permitem revisar os estudos de uma determinada região e contribuem para melhor compreensão do crescimento econômico do Império Carolíngio. Estudar esse sítio utilizando as moedas ajudará a elucidar o problema e compreender melhor o papel econômico de Quentovic.

**Figura 3:** Gráfico de achados numismáticos de Quentovic e Dorestad (751-823) da coroação de Pepino, o Breve, até o segundo tipo monetário de Luís, o Piedoso.



Fonte: Retirado de Coupland (2002).

A restrição da pesquisa para um único ponto geográfico possuiu duas finalidades: permitir o aprofundamento da pesquisa nos relatórios de escavação e fornecer um corpo documental com boa quantidade de fontes, pois, ao todo, são vinte e três exemplares monetários, que já totalizam em torno de 150 moedas. Se houvesse mais regiões a considerar, a duração da Iniciação Científica não seria o suficiente para todas as análises. Logo, Quentovic é uma escolha que se encaixa dentro do cronograma do projeto e é um bom ponto de partida para futuras questões sobre a economia do Mar do Norte na Alta Idade Média. Um tema que, considerando a maior abrangência de um projeto de mestrado, poderá ser trabalhado com mais profundidade.

São necessárias novas leituras e novas reflexões para delimitar precisamente os objetivos desta próxima etapa de investigação. Entretanto, com base em discussões e leituras já realizadas, pretendo analisar a atividade econômica a partir das moedas encontradas e no sítio arqueológico e, inclusive, das produzidas na oficina durante o Império Carolíngio. Análises da liga metálica, dos locais de achados e das faces de cada moeda revelarão novos detalhes para compreender a importância e o desenvolvimento econômico de Quentovic.

## REFERÊNCIAS

### CATÁLOGOS NUMISMÁTICOS

BLACKBURN, Mark; GRIERSON, Philip. *Medieval European Coinage: The Early Middle Ages (5th-10th centuries)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MORRISON, KARL F.; GRUNTHAL, HENRY. *Carolingian Coinage. Numismatic Notes and Monographs*. N. 158, p. III–465, 1967.

PROU, M. Maurice. *Catalogue des monnaies françaises de la Bibliothèque nationale: les monnaies carolingiennes*. Londres: C. Rollin & Feuarent, 1896.

SARAH, Guillaume. *Caractérisation de la composition et de la structure des alliages argent-cuivre par ICP-MS avec prélèvement par ablation laser. Application au monnayage carolingien*. Tese (Doutorado em Química), Université d'Orléans, Orleans, 2008.

### FONTES

Capitularia regum Francorum I. BORETIUS, Alfred (ed.). *MGH Leges*, Capit. 1. Hannover, 1883.

Capitularia regum Francorum II. BORETIUS, Alfred & KRAUSE, Victor (ed.). *MGH Leges*, Capit. 2. Hannover, 1897.

### ARTIGOS, LIVROS E TESES

COUPLAND, Simon. *Carolingian Coinage and the Vikings: Studies on Power and Trade in the 9th Century*. Aldershot: Ashgate Publishing Limited, 2007.

COUPLAND, Simon. Charlemagne's Coinage: Ideology and Economy. *In: Charlemagne Empire and Society*. Manchester: Manchester University Press, 2005, p. 211–229.

- COUPLAND, Simon. The Vikings on the Continent in Myth and History. *History*, v. 88, n. 2, p. 186–203, 2003.
- COUPLAND, Simon. Trading places: Quentovic and Dorestad reassessed. *Early Medieval Europe*, v. 11, p. 209-232, 2002.
- DEVROEY, Jean-Pierre. Activité monétaire, marchés et politique à l'âge des empereurs carolingiens. *Revue Belge de Numismatique et de sigillographie*, v. CLXI, p. 177–232, 2015.
- DUBY, GEORGES. *Guerriers et Paysans (VIIe-XIIe siècle): premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.
- FOSSIER, Robert. Les tendances de l'économie: stagnation ou croissance? *In: Hommes et villages d'Occident au Moyen Âge. Des Carolingiens à l'an mil*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 341-350.
- HILL, David; BARRETT, David; MAUDE, Keith; et al. Quentovic defined. *Antiquity*, v. 64, p. 51–8, 1990.
- HILL, David; WORTHINGTON, Margaret; WARBURTON, Julia; et al. The definition of the Early Medieval site of Quentovic. *Antiquity*, v. 66, p.965-969, 1992.
- HODGES, Richard. *Towns and Trade in the Age of Charlemagne*. Londres: Duckworth, 2000.
- MCCORMICK, Michael. *Origins of the European Economy. Communication and Commerce*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MORRISON, Karl F. Numismatics and Carolingian Trade: A Critique of the Evidence. *Speculum*, v. 38, n. 3, p. 403–432, 1963.
- NAISMITH, Rory. The Social Significance of Monetization in the Early Middle Ages. *Past & Present*, v. 223, p. 3–39, 2014.
- PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno. O Impacto do Islã Sobre a Civilização Europeia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

- SILVA, Marcelo Cândido da. *A realeza cristã na Alta Idade Média. Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008.
- VERHULST, Adriaan. *The Carolingian Economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- VERHULST, Adriaan. *The Rise of Cities in North-West Europe*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1999.
- WICKHAM, Chris. *Framing the Early Middle Ages*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005.

# EDUCOMUNICAÇÃO: SURDEZ E ENSINO DE HISTÓRIA

*Gabriela de Aguiar Gotardi<sup>1</sup>*

*Rodrigo Gomes Pinto<sup>2</sup>*

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Até o século XV os surdos eram mundialmente considerados como ineducáveis e somente a partir do século XVI, com os avanços das ideias e práticas pedagógicas europeias que essa forma de pensamento foi sendo deixada de lado. Em 1778, na Alemanha, criou-se a primeira instituição para surdos. Nesta escola surgem as primeiras ideias sobre a educação oralista, também conhecida como filosofia oralista, ela focava em aspectos clínicos em vez de pedagógicos nas escolas, ou seja, julgava que os sinais atrapalhavam a fala dos sujeitos surdos. Segundo essa pedagogia, o oralismo seria capaz de fazer com que os surdos se tornassem ouvintes e interagissem com o mundo negando o uso da leitura labial e da fala.

Em 1855, a convite de Dom Pedro II, Ernest Huet, um professor surdo francês chega ao Brasil com o objetivo de fundar uma escola para surdos e em 26 de setembro de 1857 foi inaugurado o então chamado Imperial Instituto de Surdos Mudos, cuja proposta era a inclusão de alunos surdos por meio de uma educação bilíngue. Posteriormente, com a queda do termo Surdo-Mudo, a escola passou a ser denominada como Instituto Nacional de Educação de Surdos. Popularmente conhecida como INES, esta escola tornou-se uma referência na educação de surdos. Foi no INES, com a combinação entre a Língua Francesa de Sinais trazida por Ernest

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida sob orientação da Lilian Cristine Ribeiro Nascimento (FE - Unicamp).  
E-mail: gabriela.gotardi441@gmail.com

<sup>2</sup> Pesquisa desenvolvida sob orientação da Lilian Cristine Ribeiro Nascimento (FE - Unicamp).  
E-mail: rodrigo.gomes95@gmail.com

Huet e os gestos já utilizados pelos surdos no Brasil que surgiu a língua brasileira de sinais (Libras).

Apesar de todos esses avanços, em 1880 ocorreu o *Congresso de Milão*, que contou com a presença de diversos oralistas e pessoas defensoras do aparelho auditivo como uma solução para a “cura” da surdez. Esse congresso proibiu o uso da língua de sinais nas escolas de surdos na Europa. A partir de então, houve cem anos de domínio do oralismo na educação de surdos no mundo. E, obviamente, que o Brasil aderiu a esse modelo. Nesse período muitos surdos tinham suas mãos amarradas e eram proibidos de gesticular para se comunicar e caso o fizessem sofriam agressões físicas como punição.

A partir da década de 1960, ouvintes, pesquisadores e governantes mundiais do mundo todo passaram a reconhecer que as línguas de sinais possuíam aspectos linguísticos e isso mudou o paradigma do ensino para surdos. Entre 1970 e 1980, surgiu, em diversos países, em especial nos Estados Unidos, a filosofia da comunicação total. Ela, ao contrário do oralismo, defende o uso de diversas formas de comunicação e interação no processo de ensino-aprendizagem, dentre eles a linguagem oral, leitura labial, gestos e alfabetos manuais, ampliações sonoras, e leitura e escrita.

Entre 1980 e 1990 as escolas Brasileiras passaram a utilizar novamente os sinais como recurso para o ensino de sujeitos surdos. E, com a Constituição Brasileira de 1988, a área da educação especial, assim como, os movimentos surdos no Brasil passaram a reivindicar a acessibilidade e a inclusão como uma realidade concreta. A lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 estabeleceu as normas gerais e os critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida e a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 definiu a Libras como uma língua oficial do país.

E, por fim, o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005 reconheceu publicamente que a Libras precisava ser pesquisada nas universidades e devia ser ministrada em cursos formais de licenciatura. O decreto também regulamentou a profissão de tradutores e intérpretes de Libras a nível superior e garantiu e como direito dos sujeitos surdos o acesso à educação,

à saúde e a cursos de formação, cuja acessibilidade deve ser feita com profissionais tradutores/intérpretes de Libras.

Diferentemente de outrora, atualmente os debates não estão mais centrados no oralismo ou na comunicação total. Hoje, os estudos atentam-se ao bilinguismo, que, por sua vez, diz respeito à necessidade da constituição do sujeito surdo por meio de duas línguas: no caso do Brasil, a Libras como a língua de instrução dos alunos surdos e o Português como língua que deve ser lida, interpretada e escrita por parte dos surdos, porém, não falada.

A surdez, vista de uma perspectiva socioantropológica, tem sido objeto de estudo no Brasil. No entanto, os trabalhos são oriundos, em sua maioria, da Fonoaudiologia, da Pedagogia e da Antropologia. A própria dificuldade em encontrar historiadores que abordam o tema foi notada na construção deste trabalho.

Dentre os poucos artigos historiográficos que tratam a surdez, destaca-se o artigo intitulado “Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas”. De autoria da pedagoga e doutora em educação Patrícia Bastos de Azevedo e da historiadora e doutoranda em educação Camilla Oliveira Mattos, o trabalho aponta a escassez de estudos sobre a surdez na área de ensino de História

Esta produção acadêmica, entretanto, vem se mostrando desigual. O que se percebe é que as pesquisas acerca da educação e inclusão de indivíduos surdos concentram-se em determinadas áreas de conhecimento, sendo as áreas da Educação e Linguística responsáveis por mais da metade dos resultados em pesquisa empreendida no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Nenhuma das dissertações e teses encontradas refere-se ao ensino de história para surdos. (AZEVEDO & MATTOS, 2017, p. 114).

Dentro desse cenário, de leis e decretos sobre a educação de surdos com a participação de intérpretes e tradutores de Libras e sobre o bilin-

guismo que o Projeto Educomunicação se insere. Pensando em alternativas de construir o ensino para surdos em escolas inclusivas de Campinas.

## O PROJETO

As práticas debatidas neste trabalho são vinculadas ao Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Denominado Educomunicação, o projeto vem sendo desenvolvido desde 2014, no Centro Educacional Municipal de Educação de Jovens e Adultos Sérgio Rossini e desde 2016 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Júlio de Mesquita Filho, ambas localizadas na cidade de Campinas - SP.

Atualmente, o Educomunicação conta com a orientação da professora da Faculdade de Educação da Unicamp Lilian Cristine Ribeiro Nascimento e com a participação de estudantes de Letras, Ciências Sociais, Fonoaudiologia, Matemática, Pedagogia, Dança e História.

## A ESCOLA

Localizada na região central de Campinas, a escola funciona com Ensino Supletivo na educação de Jovens e Adultos e é um pólo de educação bilíngue que inclui alunos surdos, tendo em seu corpo docente, além de professores das disciplinas do Ensino Fundamental II, intérpretes de Língua de Sinais (LACERDA, SANTOS e MARTINS, 2016).

Os bolsistas acompanham as aulas durante a noite e, após conversa com o docente responsável, levam os *tablets* para a sala de aula. Assim, propõem atividades que dialoguem com o conteúdo a ser ensinado pela professora ou professor.

## AS ATIVIDADES

Os graduandos desenvolveram atividades didáticas visando a apresentação e fixação de conteúdos curriculares com o uso de *tablets* nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia nos quatro termos do Ensino Fundamental II. As atividades são aplicadas em sala de aula por duplas ou trios, juntamente aos professores responsáveis pelas disciplinas, em horário de aula.

As atividades se utilizam de jogos e aplicativos e têm como foco o conteúdo desenvolvido pelo professor.

### *AIR PANO*

O site permite ao usuário navegar por ambientes em 360°. Na aula utilizada, os estudantes conheceram o interior de edifícios religiosos ao redor do mundo, de templos budistas até terreiros umbandistas.

### *GAME PASS SHELTER*

O aplicativo consiste em uma tour virtual em uma caverna rupestre. À medida que o estudante movia o *tablet*, a visão da caverna também era alterada. A aula dizia respeito aos estudos arqueológicos dentro e fora do Brasil.

### *ESCRITAS ANTIGAS*

Na aula que tratava de escritas antigas, foram utilizados dois sites que possibilitam ao estudante escrever seu nome em escrita hieroglífica e em cuneiforme. Dando visualidade às diferenças entre as tais formas de alfabeto e as atuais.

## **KAHOOT**

O Kahoot é uma plataforma de game show onde é possível criar uma série de perguntas com respostas alternativas a serem selecionadas pelos jogadores. Os alunos devem logar no sistema com um código que é gerado para o professor – idealizador das perguntas – quando ele inicia uma partida, os estudantes inserem seus nomes ou nomes das equipes e, quando o grupo está inscrito no jogo, o professor inicia a série de perguntas.

A plataforma permite que os alunos tenham de 15 segundos a 2 minutos para responder a questão e cabe ao idealizador do jogo selecionar quanto tempo deseja disponibilizar. Quanto mais rápido o aluno responder mais alta será sua pontuação e quanto mais respostas corretas ele tiver maior serão suas chances de vencer a partida. Após o final das questões, aparece uma tabela classificatória dos alunos que jogaram.

Utilizando dessa plataforma em sala de aula, foram feitas duplas de jogadores onde após cada casa pergunta feita os graduandos pediam para que os grupos que acertaram explicassem para os grupos que erram o porque de suas respostas estarem corretas., esse exercício fez com que os alunos que optaram pela resposta correta pudessem assimilar os mecanismos e saberes que o fizeram resolver a questão, assim como faz com que os estudantes que erraram entendam o motivo de terem optado pela alternativa incorreta e que aprendam como resolver questões similares.

## **CONCLUSÃO E RESULTADOS**

A realização dessas atividades permitiu que houvesse uma elevação da motivação dos estudantes ao prestarem atenção na aula e aprenderem os conteúdos abordados. Também fomentou do uso da informática em sala de aula, permitindo que alunos mais velhos, que não conheciam ou não tinham acesso a aparelhos eletrônicos aprendessem minimamente a utilizar o *tablet* e tivessem a autopercepção de que as tecnologias são para todos e não apenas para os jovens.

A vivência dos alunos e professores da rede com novas propostas metodológicas e práticas de ensino que inseriram a tecnologia no processo de aprendizagem, mostra que recursos digitais podem ser utilizados em favor da educação.

O projeto Educomunicação promoveu também a melhora na comunicação entre alunos surdos e ouvintes, quebrando a barreira que separa o eu do outro diferente de mim e permite que os graduandos aprimorem seus conhecimentos sobre Libras.

Há muito potencial em uma sala de aula de EJA situada dentro de uma escola inclusiva. Lecionar em uma instituição de ensino com idades, trajetórias de vidas e necessidades específicas, colabora para a formação do licenciando. Com a experiência adquirida, o estudante estará mais preparado para lidar com as questões que a educação traz, além de auxiliar na reflexão das práticas docentes.

Por fim, estar nesse ambiente faz com que se reconheça quanta falta faz a presença de docentes bilíngues, que sejam capazes de atender diretamente as necessidades dos alunos surdos, assim como também começa a valorizar os profissionais intérpretes, que, diante do desafio de terem que lidar com diferentes temas e disciplinas, diferentes professores e ritmos de aula, fazem todo o possível para melhor ajudar os sujeitos surdos. Uma vez que uma pessoa ouvinte passa a integrar o Educomunicação sai do projeto carregando uma experiência única, podendo compreender a luta e defender a existência das escolas bilíngues para surdos do mundo todo.

## APLICATIVOS E SITES

AIR PANO. Air Pano: A virtual journey around the world. Site que permite realizar visitas 360° em diferentes pontos turísticos e históricos do mundo. Disponível em: <http://abre.ai/airpano>. Acesso em: 28 mar. 2022.

Game Pass Shelter

KAHOOT!. Kahoot!, c2022. Kahoot! é uma plataforma de aprendizado baseada em jogos de múltipla escolha, usada como tecnologia educacional em escolas e outras instituições de ensino. Disponível em: <https://kahoot.com/>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PENNMUSEU. Escreva seu nome em cuneiforme. Aplicativo transcreve o nome de português para cuneiforme. Disponível em: <http://abre.ai/cuneiforme>. Acesso em: 28 mar. 2022.

PROJETO PGL. Como escrever seu nome em HIERÓGLIFOS! Aplicativo que transcreve o nome de português para hieróglifo. Disponível em: <http://abre.ai/hieroglifo>. Acesso em: 28 mar. 2022.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Patrícia Bastos de; MATTOS, Camilla Oliveira. *Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas*. Revista PerCursos, Florianópolis, set./dez. 2017, v. 18, n. 38, pp. 112-133.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos; MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira (org.) *Escola e diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos*. São Carlos: EDUFscar, 2016.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. *História da Educação dos Surdos no Brasil*. Universidade Estadual de Maringá, Seminário de Pesquisa do PPE, de 02 a 04 de Dezembro de 2015.

# ANTIALCOOLISMO: UM ESTUDO DO CASO CANADENSE

*Guilherme Rodrigues Soares<sup>1</sup>*

As bebidas alcoólicas milenariamente “constituem-se como um capítulo extremamente importante da vida econômica, social e cultural do mundo ocidental” (CARNEIRO, 2018, p. 127). A ideia de regulação do uso dessa droga se fez presente desde a antiguidade via ideias de temperança e moderação que, nesse contexto, serviriam para diferenciar homens de bárbaros. O caminhar histórico trouxera, então, ao século XIX um ideário regulacionista perante o álcool com ingredientes inéditos, cenário o qual, antes,

a noção do beber excessivo existia como algo que podia ocorrer devido à fraqueza de caráter dos indivíduos, não havendo nenhuma noção patológica associada ao hábito da bebida. Tal ideia começou a mudar no início da época moderna, quando a embriaguez passa a ser descrita não só como uma causa de doenças, mas como um estado enfermo em si mesmo. (*Ibid.*, p. 131)

O século XIX colocara, assim, o álcool como um elemento de degeneração social. Dentro desse universo temporal emergiram, então, diversos movimentos antialcoolistas em todo o mundo europeizado, tendo como grandes exemplos a França, os Estados Unidos, a Escandinávia e o Canadá, onde, simplificando comparativamente em dois grandes modelos da época,

---

<sup>1</sup> Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof. Henrique Soares Carneiro (USP). E-mail: guilherme.rodrigues.soares@usp.br.

O antialcoolismo europeu, em contraste [com o norte-americano], se revestiu de um caráter muito mais pretendidamente científico, como uma doutrina médica higienista, ao invés de adquirir os traços do puritanismo religioso evangélico que foi tão característico no movimento antialcoólico da América do Norte e, especialmente, nos Estados Unidos. (*Ibid.*, p. 145)

Para compreender o caso canadense dentro dessa perspectiva é necessário, antes de tudo, compreender brevemente a formação desse país e, conseqüentemente, a formação de sua população. O Canadá, localizado nas terras mais ao norte da América, foi colonizado desde o século XVI por franceses católicos (sobretudo na região da província atual do Québec), bem como por ingleses protestantes (anglicanos, batistas, entre outros troncos), sendo que estes, a partir da guerra dos 7 anos, tomaram o controle político de toda a região até a independência do país em 1867. As bebidas alcoólicas tiveram na região, por todo o período colonial, grande importância: seja no comércio de peles com as populações arborígenes, seja como fonte segura para hidratar-se (água, muitas vezes, não era ideal para consumo), seja como grande fonte tributária. Era comum, inclusive, o consumo alcoólico até mesmo nos ambientes de trabalho, fazendo isso parte da cultura da classe trabalhadora masculina.

Até aproximadamente a década de 1820, assim, os habitantes da região tinham acesso fácil às bebidas alcoólicas; após isso, o álcool começa a mudar de lugar na sociedade canadense, surgem questionamentos sobre o lugar do álcool na sociedade, ele sai do ambiente de trabalho – passando agora apenas às horas livres. A partir daí, então, observa-se que o lugar do álcool “vai estar na agenda social e política do país pelos próximos cem anos”<sup>2</sup> (HERON, 2003, p.51). Nas palavras de Desmond Morton (1989, p. 141),

---

<sup>2</sup> “would be on the country’s social and political agenda for the next hundred years.”

em uma sociedade em que se bebia tanto como a do Canadá, a sobriedade necessitava ajuda adicional. A temperança, pouco a pouco transformada em abstinência e proibição, fora a única grande cruzada reformista social do século XIX no Canadá.

Dessa forma emerge o movimento de temperança canadense. Como pontuou o historiador Henrique Carneiro (2018, p. 187),

a dificuldade em analisar o movimento de temperança na América do Norte, no século XIX, é que ele extravasa as tentativas de reduzi-lo a uma determinação principal ou exclusiva. Era puritano e feminista, de valores das classes médias, mas, ao mesmo tempo, também com participação operária, assim como de grandes industriais. Foi um movimento com grande participação evangelicalista, especialmente metodista e também com adesão de católicos.

Num primeiro momento, assim como em emersão no país ao sul, os Estados Unidos da América, vai se consolidando um movimento propagado pelas igrejas – tanto protestantes quanto a igreja católica do Québec – e grandemente endossado pelas mulheres – que viam, em geral, no destempero alcoólico a ruína de seus lares<sup>3</sup> – que visou combater o excesso alcoólico, a embriaguez, condenando então os destilados e considerando ainda os fermentados como “saudáveis” e “higiênicos” se consumidos em moderação. Nesse contexto, disseminam-se pelo Canadá ideias e literatura advindas da *American Temperance Society*, fundada em 1826 nos Estados Unidos. Nessa fase, propagava-se via programas educacionais das igrejas, bem como via propagandas, um reforço da importância da autoindulgência perante a questão, ou seja, acreditava-se que o caminho seria o

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que as mulheres tinham, nessa sociedade, importante papel de protetoras do lar, dos filhos, da família em geral. O ideal feminino da época era este e, assim sendo, um ataque ao lar como o era o excesso alcoólico dos maridos – que gastavam por vezes grande parte de suas rendas em tavernas bebendo – seria, então, um ataque ao ideal feminino. Como disse Desmond Morton (1989, p. 141), “a causa da proibição lançou as mulheres à vida política como defensoras da sagrada instituição da família.”

autocontrole individual perante o consumo alcoólico, não uma coerção legal-estatal.<sup>4</sup>

A partir da metade da década de 1830, porém, o cenário começa a ganhar tons mais dramáticos: aparecem nesse período os chamados *teetotallers*, com metodistas e batistas na linha de frente, pregadores por completa abstinência alcoólica. Esse grupo acreditava que beber, mesmo que em moderação, era maléfico para o indivíduo, para as famílias como para a sociedade em si – atrelavam a bebida a mazelas como roubos, pobreza e tristeza na família; para eles, então, o dever seria educar os indivíduos para uma total abstinência alcoólica, para que se mantivessem sóbrios, racionais e pudessem, assim, rumar com a sociedade ao progresso melhorando a si mesmo, atacando diretamente, dessa forma, a cultura tavernesca, dos *saloons*, pertencente a grande parte da classe trabalhadora masculina. Esse movimento cresceu tanto que “mais de meio milhão de colonos tomaram o partido de parar de beber em 1855. [...]. Então, pela definição de qualquer um, a campanha se tornou um movimento de massas”<sup>5</sup> (HERON, 2003, p. 54). Essa virada de fase, porém, foi ponto de tensões na sociedade canadense; havia um problema bíblico, onde para anglicanos e católicos havia a sacralização do vinho e, assim sendo, tornava-se difícil a pregação pela total abstinência de algo sagrado. Então nesse momento, resumidamente, postaram-se grupos representantes de uma corrente evangelicalista pela total abstinência de um lado, e grupos católico-anglicanos pela moderação de outro<sup>6</sup>. No meio do século XIX, os denominados *teetotallers* tiveram muito a celebrar: disseminou-se a ideia do consumir álcool como um mal social e moral e este sai do ambiente de trabalho; parafraseando Craig Heron (*Ibid.*, p.72),

<sup>4</sup> Como pontuou Craig Heron, “In these early years the movement’s methods were moral suasion through example and education, not legal coercion.” HERON, Craig, **Booze: a distilled history**. Toronto: Between the Lines, 2003, p. 55.

<sup>5</sup> “more than half million colonists [...] had taken the pledge to stop drinking by 1855. [...]. Yet, by anyone’s definition, the campaign had become a mass movement.”

<sup>6</sup> Claramente, isso é um reducionismo considerando o que majoritariamente ocorreu. Houveram exceções à regra como por exemplo o padre franco-canadense católico Charles Chiniyue que, em seu *Manuel de la Société de tempérance: dédié a la jeunesse canadienne* de 1847 expressa uma ideologia de total abstinência alcoólica, e não moderação como a maioria de seu tronco étnico-religioso.

Aproximadamente a partir de 1850, beber álcool era claramente uma atividade fora do ambiente de trabalho, uma experiência para o tempo livre parte da nova e mais rígida distinção entre tempo de trabalho e tempo livre que veio com a administração industrial capitalista.<sup>7</sup>

A face mais feroz desse movimento, porém, vem no final do século XIX, onde o movimento para de focar-se na autorregulação individual e passa, então, a demandar intervenção estatal no comércio/distribuição de bebidas alcoólicas; passa-se a querer, então, o fim do chamado tráfico de bebidas, pois já não acreditavam que o foco no indivíduo seria suficiente e que o consumo alcoólico não seria somente um mal ao próprio indivíduo, mas para a sociedade como um todo. Assim, “o tráfico de bebidas foi constituído como um inimigo da liberdade e uma influência corruptível no corpo político de uma sociedade verdadeiramente democrática”<sup>8</sup> (*Ibid.*, p. 146-147).

Fruto dessa nova forma de lutar contra o consumo alcoólico na sociedade canadense, surgem, portanto, respostas políticas à questão. Em 1878 é aprovado pelo parlamento canadense o chamado *Scott Act*, ou *Canada Temperance Act*, o qual permitia às localidades decidirem se proibiriam ou não o consumo alcoólico em seus municípios; essa política criou uma grande anomalia na onde coexistiam zonas “secas” – onde o álcool era proibido – e zonas “molhadas” – onde não era proibido<sup>9</sup>. Em 1898, onde já haviam diversos locais “secos” pelo país, realizou-se um plebiscito a nível nacional sobre proibir ou não as bebidas alcoólicas em todo o país, sendo o primeiro plebiscito federal da história do Canadá; nele pôde-se

<sup>7</sup> “From about 1850 onward, drinking was clearly an off-job, leisure-time experience, part of the new, more rigid distinction between work time and non-work time that came with industrial capitalist management.”

<sup>8</sup> “the liquor traffic was thus construed as an enemy of liberty and a corrupting influence within the body politic of a truly democratic society.”

<sup>9</sup> Tal dinâmica causou grande impacto na geografia dos espaços distribuidores de bebidas alcoólicas. Onde, por exemplo, haviam dois municípios vizinhos e em um era legalizada e no outro proibida a venda de bebidas alcoólicas, certamente se encontrariam bares e outros distribuidores de bebidas alcoólicas na região fronteira entre eles ao lado legalizado, visando claramente fornecimento à população sob restrição.

observar grandes disparidades regionais e um acirrado resultado final – onde 51% votou a favor da proibição e 49% contra. Apesar da vitória pela proibição, a decisão do governo naquele momento – um governo liberal, encabeçado pelo primeiro ministro Wilfrid Laurier – foi de não implementá-la, pois, além da forte rejeição na província francófona do Québec – onde 81% da população *quebecois*<sup>10</sup> votou contra a proibição<sup>11</sup> –, segundo o governo menos de um quarto de diferença da população nos votos não seria suficiente para implementar uma medida tão drástica. Resolveu-se, por fim, deixar que as províncias decidissem de proibiriam ou não o álcool em seus territórios.

Com esse episódio, então, os proibicionistas voltaram suas energias para o âmbito provincial. Eclodem, então, proibições provinciais por todo Canadá nas duas primeiras décadas do século XX que acentuam-se grandemente com a Primeira Guerra Mundial chegando a um ponto onde, em 1918 – e conseqüente final da guerra – quase todo o país estava “seco”. Apesar do aparente sucesso proibicionista ao olhar para esses dados, havia parcela da sociedade muito descontente com esse tipo de política; além de muitos conclamarem por seus direitos de beber – como parte da classe trabalhadora, veteranos de guerra e a indústria do álcool em si –, também passou-se a contestar os efeitos colaterais da política proibicionista, a qual fez emergir um comércio ilegal atrelado a *gangsters*, o qual gerou diversos problemas para ser combatido – e também gerou grande corrupção dos agentes responsáveis por aplicar a lei –, além da perda de uma grande fonte fiscal que era o álcool num momento de depressão econômica.

Tendo em vista esses problemas ocorreu, ao fim e ao cabo, uma baixa do proibicionismo no ideário social canadense na década de 1920, onde a palavra da vez seria “moderação”. O modelo que inspirou as demais províncias canadenses foi o adotado pelo Québec em 1919, no qual a distribuição, tanto no atacado como no varejo, de bebidas alcoólicas seria

---

<sup>10</sup> Gentílico para referenciar os habitantes da província do Québec.

<sup>11</sup> Para acessar os dados gerais desse plebiscito, ver o artigo DUPRÉ, Ruth e VENCATA-CHELLUM, Désiré. **Canadians and Prohibition: An Analysis of the 1898 Referendum**. Canadian Network for Economic History Conference, Queen's University, Kingston, April 15-17, 2005.

feita a partir de lojas estatais, as chamadas *liquor stores*, com um controle estrito dos locais onde poderia se consumir álcool bem como dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda alcoólica. A idéia central seria restringir o acesso às bebidas a apenas alguns locais e, também, educar o consumidor. O sentido de regular e não proibir o álcool seria, logo, de evitar o consumo pesado, tirar a substância da obscuridade do mercado negro e propor modelo diferente das tavernas existentes antes da Primeira Guerra Mundial. Esse modelo contaminou então a maioria das províncias canadenses nas próximas duas décadas. Craig Heron (*Ibid.*, p.295), pontuou que esse foi “um novo regime legal tinha assim definido os marcos da cultura alcoólica [no país] pelo próximo meio século.”<sup>12</sup>

Depois de passar brevemente sobre algumas fases do movimento de temperança canadense, pontuar suas aspirações gerais e, por fim, estabelecer as conseqüências políticas emergentes dele, vale lembrar que recentemente, com inspiração nesse modelo regulatório sobre o consumo alcoólico canadense que tomou forma um século atrás, o Canadá, desde outubro de 2018, legalizou a maconha a nível nacional, sendo esta vendida também em lojas provinciais, dando um novo panorama sobre o consumo dessa droga e um novo capítulo para um modelo regulatório que tem em sua essência a moderação, não a abstinência. Por fim, então, parafraseando o historiador Henrique Carneiro (2018, p.64),

é preciso lembrar sempre que a abstinência não é uma moderação, mas um excesso. É preciso moderar ambos, tanto o excesso como a própria moderação. Um excesso moderado, de qualquer forma, parece sempre melhor do que a moderação excessiva. É preciso temperar a temperança e moderar a moderação, para não cometer um paradoxo.

---

<sup>12</sup> “A new legal regime had thus set the boundaries of drinking cultures for the next half-century.”

**REFERÊNCIAS**

- CARNEIRO, Henrique S. **Drogas: A história do proibicionismo**. São Paulo, Autonomia Literária, 2018.
- CHINIQUEY, Charles T., **Manuel de la Société de Tempérance (1847)**, apresentação Serge Bouchard. Bibliothèque Québécoise, 2012.
- DUPRÉ, Ruth e VENCATACHELLUM, Désiré. **Canadians and Prohibition: An Analysis of the 1898 Referendum**. Canadian Network for Economic History Conference, Queen's University. Kingston, April 15-17, 2005.
- HERON, Craig, **Booze: a distilled history**. Toronto, Between the Lines, 2003.
- MORTON, Desmond, **Breve História do Canadá**. São Paulo, Alfa Omega, 1989.

# A RUPTURA COM O EUROCENTRIMOS: UM ESTUDO A PARTIR DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE DO SÉCULO XX<sup>1</sup>

*Jéssica Cristina Rosa<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Neste texto pretende-se apresentar a pesquisa desenvolvida sob orientação da professora Lucilene Reginaldo, a respeito de São Tomé e Príncipe, no século XX. O estudo, que começou com a análise da legislação trabalhista, atualmente se preocupa com o estudo da imprensa são-tomense. Objetiva-se apresentar algumas conclusões iniciais e refletir sobre a importância de uma produção historiográfica a respeito do colonialismo que o analise de forma dialética.

**PALAVRAS-CHAVE:** Colonialismo. Imprensa. São Tomé e Príncipe.

## 1) INTRODUÇÃO

Neste artigo pretendo fazer o esforço de pensar de onde vim, onde estou e para onde quero ir em relação ao meu trabalho acadêmico. Ele está dividido em duas partes: primeiro, vou apresentar a pesquisa desenvolvida entre 2016 e 2017, sob orientação da professora Lucilene Reginaldo, cujo objetivo foi mapear o discurso do colonialismo sobre o arquipélago, entre 1945 e 1961, a partir da legislação trabalhista, com o foco em São Tomé e Príncipe. Depois, apresentarei minha pesquisa atual, onde trabalho com a imprensa feita por são-tomenses negros e letrados, a partir de novos ca-

---

<sup>1</sup> Esse texto, escrito em meados de 2019, é resultado de uma apresentação que fiz nas fases iniciais da minha pesquisa de monografia. Desta forma, muitas das conclusões são bastante imprecisas e rasas. Para o trabalho final, acessar <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detail/1161870>. Destaco que resolvi manter as conclusões iniciais, por serem fiéis à apresentação da época na SEPEGH. Três anos depois, teria apresentado muitas das questões de maneira distinta. Contudo, achei por bem manter o texto, como forma de apresentação para o texto completo e de registro do crescimento e evolução da pesquisa.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucilene Reginaldo. E-mail: [jessicarosa1996@gmail.com](mailto:jessicarosa1996@gmail.com).

minhos de análise e outro recorte temporal, ainda sob orientação da professora Reginaldo, e, agora, sob coorientação de Matheus Serva Pereira.

## 2) A LEGISLAÇÃO E O DISCURSO COLONIAL SOBRE O ARQUIPÉLAGO

Meu primeiro contato com a pesquisa em História da África começou em 2016, com a alimentação da Base de Dados **Legislação: Trabalhadores e Trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa**, (disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/cecult/lex/web/>), cuja ideia principal é juntar documentações legislativas referentes ao trabalho em diferentes períodos e locais do mundo. Meu objetivo em específico foi ler e inserir na base a documentação sobre as colônias portuguesas na África, entre 1910, começo da Primeira República Portuguesa, e 1975, data da independência das colônias. A partir da leitura desses documentos, tive meu interesse despertado por São Tomé e Príncipe. A legislação encontrada possuía como tema principal a saída dos trabalhadores de Angola, Moçambique, Guiné em direção a São Tomé e Príncipe, tendo como destino o trabalho nas *roças*.<sup>3</sup> Porém, a bibliografia sobre o arquipélago deu pouca atenção para a vida desses trabalhadores quando chegavam nesses lugares, as relações sociais que estabeleciam com a população local, seus modos de vida, lazer, culturas, línguas e espaços de sociabilidade.

Grande parte dos textos que tratam do arquipélago elencam dois momentos essenciais para se pensar a história do arquipélago: o primeiro é o início da colonização, no século XVI, que povoa efetivamente a ilha, com um contingente reduzido de europeus e uma infinidade de escravizados africanos, estes empregados, principalmente, nas plantações de cana de açúcar. O outro momento é aquele que se inicia em meados do século XIX (SEIBERT, 2015). Ainda que cronologicamente muito distintos, a especificidade do povoamento das ilhas que atualmente compõem São

---

<sup>3</sup> Roças são grandes áreas agrícolas, monocultoras e que tinham, em seu espaço, elementos de lazer, educação e religião. É importante diferenciar do conceito de roça no Brasil, relacionado às propriedades de agricultura familiar.

Tomé e Príncipe, tornam as experiências sociais do arquipélago distintas da colonização que ocorreu no restante do continente africano a partir da segunda metade do século XIX.

É consenso entre os historiadores que antes da ocupação do território são tomense pelos europeus, ele era despovoado (SEIBERT, 2015). Ou seja, não existiu um povo “autóctone” na região que enfrentou ou negociou com os europeus no início do período do comércio atlântico de escravos. A população e as culturas que se formam, portanto, são resultantes dos encontros e desencontros entre europeus e africanos, e, num segundo momento, contou com a participação de alguns brasileiros envolvidos no comércio transatlântico de escravos. O resultado desse processo convencionou-se chamar de sociedade crioula, consequência não só das relações e trocas sociais e culturais entre africanos e europeus, mas, também, do encontro entre populações de regiões distintas do continente.

Durante o século XVII, o arquipélago tem cada vez menos importância no contexto colonial português, e é só no século XIX, com a independência do Brasil, que retoma a posição de destaque e investimento no Império, por conta das exportações de cacau e café. Nesse período, a maior parte das terras de exploração agrícola eram propriedade dos ilhéus, que constituíam uma elite local, com significativo poder político-econômico (SEIBERT, 2015). Ao final do século, porém, com o crescimento da importância das roças de café e cacau na balança comercial portuguesa, são criados mecanismos de marginalização política. Essas propriedades passam, paulatinamente, para mãos portuguesas, a partir de mecanismos legais de expropriação de terra, com títulos falsos, expansão ilegal e aquiescência das autoridades locais<sup>4</sup>. Essa elite são-tomense, então, passa a ocupar o espaço urbano e assume funções burocráticas e administrativas menores.

Alguns anos depois, os antigos escravizados das roças, livres a partir de 1875, também passaram a ocupar as cidades, em um movimento relacionado a transformação nas relações de trabalho, que acarretou sua

---

<sup>4</sup> Esse é um assunto de destaque dos jornais da época. O jornal *A Liberdade*, nas primeiras décadas do século XX, critica aberta e incessantemente as políticas de expropriação de terras dos ilhéus.

recusa a trabalhar na terra, uma vez que entendiam que, permanecer nas roças era manter-se em estruturas de trabalho e poder relacionados à escravidão. A partir desse momento, a coroa portuguesa autorizou a contratação, em regimes de exploração muito semelhantes às formas prévias de escravização, de trabalhadores vindos de outros territórios portugueses no continente (NASCIMENTO, 1992 e 2013).

Os trabalhadores “contratados” estavam em situações de trabalho precárias, diretamente associadas à escravidão, e, desde o início, marcada por críticas internacionais, com jornadas exaustivas, restrição da circulação no meio urbano e castigos físicos. Seus contratos tinham tempo determinado - de cinco anos, renováveis. Depois os contratados deveriam ser repatriados, o que, pelo menos até meados do século XX não é rigorosamente aplicado, levando, Moçambique, por exemplo, a proibir a ida desses contratados à São Tomé e Príncipe<sup>5</sup>, e ao boicote ao “cacau escravo” pela comunidade internacional, nas primeiras décadas do século XX.

Essa primeira fase de minha pesquisa tinha como fonte a legislação produzida por Portugal a respeito do trabalho em suas colônias africanas. Dessa forma, era possível ver como o discurso colonial alterou-se ao longo do século XX, tendo em vista a temporalidade da documentação que me interessava: entre 1945 e 1961. Esse recorte tinha a ver com a percepção de uma mudança no discurso colonial, após 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e os processos de luta por independência que eclodiram ao longo de todo o território africano (e que só vão ser concluídos em territórios portugueses ao final do século XX - em 1975). Meu recorte acaba em 1961 pela revogação do Estatuto do Indigenato, decreto promulgado em 1926, que determinava quem, nos territórios portugueses em África, seria considerado indígena ou cidadão:

---

<sup>5</sup> Interessante observar que *A Liberdade* reage à proibição da ida de serviçais angolanos – na década de 20 do século XX - de maneira negativa, afirmando que os trabalhadores são essenciais para a economia do arquipélago. Ainda assim, em diversos momentos, o jornal critica o tratamento dispensado pelos roceiros e pelas autoridades locais aos serviçais. Cf. “A questão dos serviçais”, *A Liberdade*, n.º 23, 01/02/1921, p. 04.

Art. 2.º Consideram-se indígenas das referidas províncias [Angola, Guiné e Moçambique] os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses.

§ único. Consideram-se igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho àquelas províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocado. (p. 560)

Tendo em vista a importância que esse Estatuto exerceu, política e socialmente, sobre a vida daqueles enquadrados nessa categoria social, acreditei ser importante entender como ele impactou o discurso sobre os colonizados.

As pessoas com estatuto social de indígena deveriam pagar um imposto, podendo ser contratadas para trabalhar nas roças. Os que, por sua vez, adotassem os “hábitos europeus”, estipulados localmente o seu significado, seriam os assimilados, categoria flutuante, sobre a qual não me debruçarei aqui. É interessante destacar que a categoria indígena nem sempre teve esse significado e carga político-social. No periódico *A Liberdade*, que atualmente analiso em minha pesquisa, por exemplo, encontro autores que reivindicam a categoria de indígena como aquele que habita o lugar em que nasceu<sup>6</sup>. Dessa forma, eles seriam indígenas de São Tomé e Príncipe, assim como os portugueses do continente, seriam indígenas de Portugal. Legalmente, há decretos no período monárquico português que associam os indígenas à essa categoria de hábitos e costumes, mas ela assume muito mais importância no período pós-republicano, com a proclamação do estatuto, como supracitado.

De qualquer forma, os são tomenses<sup>7</sup>, não entraram nesse Estatuto. Tendo em vista que, teoricamente, não há um povo autóctone em São Tomé e Príncipe, não há, portanto, “costumes indígenas” que entrem em

<sup>6</sup> “Permuta, permuta é que é preciso”, *A Liberdade*, 01/01/1921, p. 03.

<sup>7</sup> E os cabo verdianos, que passaram por um processo de colonização e povoamento parecido com o de São Tomé e Príncipe.

disputa com os “costumes europeus”. É importante lembrar que isso remete diretamente à colonização inicial da região: os batismos de escravos, as alforrias constantes, o estímulo à união entre portugueses e ex-escravizadas para evitar o despovoamento da ilha são fatores que impedem a extensão do estatuto aos são-tomenses. Legalmente, e no discurso da elite<sup>8</sup> ilhéu, os nascidos no arquipélago são portugueses do ultramar (o que não significa que eles tivessem os mesmos direitos e privilégios que os portugueses do continente). Assim, no local conviviam europeus (roceiros, administradores e pobres trabalhadores), indígenas contratados, são tomenses (ricos e pobres) e cabo verdianos contratados, mas não indígenas. É exatamente essa variedade de identidades, assim como as disputas ao redor de seus significados, que pretendi debruçar-me.

Na primeira parte da pesquisa, era minha intenção resolver esse incômodo. Mas pesquisar também é lidar com frustrações e limitações das fontes e de nossas perguntas sobre elas. A partir da documentação que tinha disponível, analisei os discursos portugueses sobre São Tomé e Príncipe, tendo como fontes os documentos legislativos supracitados, o discurso de um acadêmico português, chamado Fernando Emygdio da Silva, de 1941, e um livro de Armando Castro, um militante anti salazarismo e anti colonialismo (ainda que não anti-racista, é importante deixar claro), dos anos 1960. Por essa análise, percebi que há uma ênfase no arquipélago como exemplo das vitórias lusas em relação a uma colonização de harmonia racial, e esse discurso era essencial para os interesses coloniais. Os discursos, negociações, reformas de caráter modernizadoras nas colônias, tanto na infraestrutura, quanto nos relacionamentos com as populações africanas foram muito influenciadas pelo desejo de manutenção das colônias por uma elite saudosista, que estimulava o governo ditatorial de Salazar, cujas promessas foram baseadas em manter os domínios coloniais como parte do Império Português (TRAJANO FILHO, 2004 e CASTELO, 2014).

---

<sup>8</sup> Creio ser importante destacar que uso elite no singular por estar falando de um grupo específico dessa elite ilhéu, com participação na imprensa e na política local. É imprescindível entender, porém, que não é um grupo homogêneo, com as mesmas reivindicações, ideias e incômodos.

As mudanças práticas e legais da colonização portuguesa no período analisado são resultados da percepção de que uma repressão como a realizada nas últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX, já não seria suficiente para manter as colônias sob controle português, tanto internamente, quanto internacionalmente. As resistências e negociações dos africanos, aliadas a uma mudança de ideologia na Europa, influenciaram fortemente as alterações trabalhadas. Fruto de uma simbologia que via na manutenção das colônias a honra dos portugueses, ideia alimentada pelo governo ditatorial de Salazar, os esforços para a manutenção do domínio colonial sobre os territórios africanos foram múltiplos. Ainda assim, não impediu a circulação de ideias e os movimentos anticoloniais. Essa, porém, é uma história para outro momento.

## 2.1 NOVOS CAMINHOS: IMPRENSA NATIVA SÃO-TOMENSE

Quando terminei essa parte da minha pesquisa, a respeito do discurso colonial, me restava o incômodo que as fontes legislativas não deram conta de resolver: como se estabeleciam as relações entre os diferentes grupos sociais que ocupavam o arquipélago no século XX? Quais eram suas tensões e projetos?

Em 2018, comecei a trabalhar com fontes da imprensa são-tomense disponíveis no site **Congresso Internacional Política e Cultura na Imprensa Periódica Colonial**, resultado do congresso homônimo, cujo objetivo era discutir aspectos da imprensa colonial por todo o continente africano. A partir da leitura desses jornais comecei a elencar vários problemas de pesquisa que me interessavam e atraíam. A princípio, a ideia era trabalhar com cinco jornais que cobriam o período entre 1910 e 1935, justamente o período entre a Primeira República Portuguesa e o início do Estado Novo Português. O recorte, que, a princípio, parece coincidir diretamente com marcações temporais colonizadoras, tem muito mais a ver com as relações do arquipélago do que se espera, como pude perceber no desenrolar da pesquisa.

Obviamente, existe a limitação das fontes. Com as mudanças políticas decorridas com a implementação do Estado Novo, aumentam,

paulatinamente, a censura sobre a circulação da imprensa nas colônias, dificultando o acesso a possíveis jornais clandestinos existentes no arquipélago. Para além disso, a proclamação da República, em 1910, estabelece novas relações e expectativas aos editores dos jornais analisados até o momento.

Diante do grande volume de fontes e dos diferentes caminhos de análise para onde a pesquisa me levou, acabei por escolher trabalhar, na monografia, com um jornal em específico, chamado *A Liberdade*, publicado entre 1919 e 1923. Essa escolha esteve diretamente relacionada às minhas inquietações, uma vez que seus colaboradores eram parte dos grupos negros e letrados são-tomenses. Imaginei ser possível, finalmente, por meio dos textos do periódico, ler os projetos, aflições e reivindicações desse grupo. *A Liberdade*, com dez exemplares disponíveis, é um jornal de clara oposição aos roceiros e à administração portuguesa local, por enxergar na atuação destas autoridades atitudes racistas e não condizentes com o regime republicano recém-instalado, o qual deveria prezar pela liberdade e igualdade dos cidadãos dos territórios portugueses.

Dessa forma, o jornal denunciou abusos de poder por parte de administradores, bem como as discriminações exercidas pelas populações brancas do arquipélago. É interessante e essencial ressaltar, porém, que não há intenção separatista de cunho nacionalista por parte desse jornal. Seu interesse é garantir que a colônia se adeque ao regime republicano, e que a população são tomense seja tratada como portuguesa, conforme consta na própria constituição. É importante destacar, ainda, que os autores usam o jornal como forma de reivindicação, negando reações mais “violentas”. Sempre destacam seu caráter pacífico, como forma de se mostrarem civilizados e dignos da categoria social de portugueses do além-mar.

O periódico tinha várias relações externas à ilha. Há, por exemplo, a cobertura das eleições em Angola, a partir do jornal *O Angolense*<sup>9</sup>. Além disso, cobre o Congresso Pan-africano de 1921, se posicionando contra ou a favor de suas decisões<sup>10</sup>. Há, ainda, uma preocupação

<sup>9</sup> “As eleições em Angola”, *A Liberdade*, n.º 19, 04/05/1920, p. 02.

<sup>10</sup> “O Congresso Pan-Africano”, *A Liberdade*, n.º 25, 09/09/1921, p. 02 e “O Congresso Pan-Africano”, *A Liberdade*, n.º 26, 15/10/1921, p. 01-02.

bastante grande com a condição do negro na diáspora, exaltando sua condição nos EUA, por exemplo, onde essa população, segundo *A Liberdade*, conseguiria atingir cargos públicos importantes. É essencial refletir sobre essas conexões para além da ilha e como elas influenciam na construção dos projetos que o grupo pensava para o arquipélago. A partir desses três exemplos, é possível perceber como eram percebidas as questões de raça, latentes no cotidiano do arquipélago. Desejava-se que a população negra tivesse os mesmos direitos da população branca residente na ilha, e que deveria estar integrada no Congresso Pan-Africano, ainda que nem todas as reivindicações desse congresso fizessem sentido para sua realidade. A luta deveria ser contra a colonização que não seguia o projeto colonial, de garantir acesso à educação, igualdade, liberdade e fraternidade. Não se exigia o rompimento com Portugal, mas o reconhecimento de que STP fazia parte dos territórios portugueses do ultramar. Por fim, a preocupação com a eleição angolana faz parte do diálogo entre as colônias, e a percepção de que as mudanças políticas se relacionavam entre si.

O jornal conta, ainda, com sessões para receber cartas de eleitores, e o próprio título e epígrafe (*A liberdade de imprensa é incessantemente reclamada pelos oprimidos; a sua escravidão pelos opressores*” – George<sup>11</sup>) clama pela liberdade de imprensa. Um ponto que chama atenção, porém, é que o periódico defende veementemente o trabalho dos serviçais e a ida de contratados a São Tomé e Príncipe, e a possibilidade de que eles escolhessem os patrões com os quais quisessem trabalhar antes do repatriamento. A reflexão sobre os significados e limites da liberdade é um problema importante dessa pesquisa, uma vez que havia a preocupação de que os contratados não trabalhassem em situações de escravidão (clamando, inclusive, pelo cuidado das autoridades locais com esses serviçais), mas não se falava a respeito das condições em que esses contratos eram estabelecidos.

---

<sup>11</sup> Jornal *A Liberdade*, 1919-1921, p. 01 (A epígrafe muda a partir do número 25).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, de maneira geral, o meu problema nesse ponto da pesquisa é entender qual era o lugar que os grupos letrados negros são tomenses assumiram nas relações sociais de São Tomé e Príncipe colonial: qual projeto tinham para o arquipélago? Como se viam dentro desse espaço? Em que lugar social se percebiam?

A imprensa assume aqui o papel de fonte e objeto da minha pesquisa, na medida em que ela é o espaço em que a elite se expressa e se constrói politicamente, de forma a discutir, expor e construir suas expectativas em relação ao papel do arquipélago no Império Português do início do século XX. Para analisá-la, entendo a imprensa como um discurso, que, de fato, nos diz sobre os acontecimentos da época, mas nos diz muito mais sobre a filiação política de seus autores, seus projetos e visões para o arquipélago. É importante estar atenta a imprensa como expressão de seus autores e não como verdade absoluta sobre os acontecimentos, uma vez que a visão sobre eles é alterada a partir de sua perspectiva políticas, sociais e econômicas.

Essa imprensa faz parte da construção identitária são-tomense e suas reivindicações aparecem ao longo do século XX, até o movimento de rompimento definitivo com a metrópole. Ela é essencial nessa construção. Não é esse o grupo que vai diretamente reivindicar a independência, mas é ele que se pretende reconhecido como cidadão português, ainda que perceba as discriminações raciais que estão postas no território; é, também, o grupo que se vê diferenciado dos serviços indígenas, ainda que, na prática, não fossem reconhecidos como cidadãos portugueses.

É minha preocupação nesse momento da pesquisa analisar, sob essa perspectiva, este grupo, reconhecendo os sujeitos dentro do ambiente colonial, não na perspectiva maniqueísta colonizador versus colonizado, mas em suas nuances e dinâmicas, para além de binômios como oprimidos e opressores. Obviamente, a colonização é uma prática política que possui consequências sobre a epistemologia e a psique do colonizado (FANON, 2008), mas é nossa função ética enquanto historiadores nos concentrarmos nas entrelinhas, no que não está diretamente dito, nos sujeitos que

entrelaçam e fogem do que está completamente às margens, ou no centro da história. É preciso se atentar, e respeitar os sujeitos, não esperando que eles respondam às nossas expectativas militantes contemporâneas, que tendem a racializar e, por muitas vezes, simplificar o continente africano (THOMAZ, 2006).

Olhar para as fontes coloniais, que estão intrinsecamente marcadas pelas relações com a metrópole, de forma a encontrar novas epistemologias, novas possibilidades intelectuais, exige que novas perguntas sejam feitas. É possível olhar para fontes clássicas da historiografia, sobre as quais já muito foi produzido, e, através de novos questionamentos e perspectivas, encontrar respostas ainda não encontradas. É cada vez mais urgente que a História se arme de novas perguntas, perspectivas, objetos e análises, para que, politicamente, se posicione. Estudar os “subalternos” é parte desse exercício político e ético do qual a historiografia e a produção acadêmica não pode mais se furtar.

## REFERÊNCIAS

- ALEXANDRE, Valentim. *O Império Africano* (Séculos XIX e XX). Lisboa: Edições Colibri, 2000.
- BERTHET, Marina. Emigração caboverdiana em São Tomé e Príncipe (1940-1970): uma apropriação do tempo e dos espaços. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho/2011.
- BERTHET, Marina. “Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n.º 50, (julho-dezembro/2012), p. 331-351.
- CASTELO, Cláudia. “Novos Brasis” em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio. *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 53, v. 30, mai/ago 2014, p. 507-532.

- BERTHET, Marina. O modo português de estar no mundo. O Lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). In.: *O Mundo Continuará a Girar*. Prêmio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, 2011, p. 111-116.
- CASTRO, Armando. *O Sistema Colonial Português em África*, Lisboa: Editorial Caminho, 1980.
- EYZAGUIRE, Pablo. *Small farmers and estates in São Tomé, West Africa*. Yale University: University Microfilms International. PHD. 1986.
- FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDEZ, Sérgio Leopoldo; SILVA, Hugo Machado da. A Roça de São Tomé e Príncipe: Desígnio e Projeto. In: *Actas do Colóquio Internacional de São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*. Lisboa, 2012, p. 137-156.
- FONSECA, Isadora de Ataíde. A imprensa e o império colonial em São Tomé e Príncipe (1857-1974). *Comunicação Pública* [Online], Vol.9, nº16, 2014.
- HAGEMEIJER, Tjerk. As línguas de S. Tomé e Príncipe. *Revista de Crionlos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola*, 2009, p. 1-27.
- HAVIK, Philip J. (2006). Estradas sem fim: o trabalho forçado e a ‘política indígena’ na Guiné (1915 – 1945). In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coord.), *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Porto: Campo das Letras, p. 229–247.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe: a Invenção de uma Sociedade*. Lisboa: Vega Editora, 2000.
- HENRIQUES, Joana Gorjão. *Racismo em Português: o lado esquecido do colonialismo*. Rio de Janeiro: Tinta-da-china Brasil, 2017.
- HOHLFELDT, Antonio. Imprensa das colônias de expressão portuguesa: primeira aproximação. *Comunicação & Sociedade*, Ano 30, n.º 51, jan./jun. 2009, p. 135-154.

- KEESE, Alexander. “Proteger os pretos”: Havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África Tropical (1926-1961)? *Africana Studia*, Porto, n.º 06, 2003, p. 97-125.
- KEESE, Alexander. Forced Labour in the “Gorgulho Years”: Understanding Reform and Repression in Rural São Tomé e Príncipe, 1945-1953. *Itinerario*, 2014, n.º 38, p. 103-124.
- MATOS, Patrícia Ferraz de. *As cores do Império. Representações raciais no Império Colonial Português*. Lisboa: ICS da Universidade de Lisboa, 2006.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MIGNOLO, Walter D. *The darker side of western modernity global futures, decolonial options*. Michigan: University of Michigan Press, 2003.
- NASCIMENTO, Augusto. “A crise braçal de 1875 em S. Tomé?”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.º.34, p.317-329, 1992.
- NASCIMENTO, Augusto. Conflitos raciais durante a República (1910-1926) – um campo de luta: a Imprensa dos Naturais. *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. São Paulo: n.º 16-17, 1993/1994, 165-176.
- NASCIMENTO, Augusto. Escravatura, Trabalho Forçado e Contrato em S. Tomé e Príncipe nos Séculos XIX–XX: Sujeição e Ética Laboral, *Africana Studia*, Porto, n.º 7, 2004, p. 183-217.
- NASCIMENTO, Augusto. *Entre o Mundo e as ilhas: o associativismo são-tomense nos primeiros decênios de novecentos*. São Tomé e Príncipe: UNEAS (União dos Escritores e Artistas de S. Tomé e Príncipe), 2005.
- NASCIMENTO, Augusto. “O contrato de moçambicanos para São Tomé e Príncipe: os ziguezagues da política colonial portuguesa dos Novecentos”. *Métis: história e cultura*. vol. 10, n.º 19, janeiro-junho/2011, p. 43-70.
- NASCIMENTO, Augusto. As fronteiras da nação e das raças em São Tomé e Príncipe: São-tomenses, Europeus e Angolas nos primeiros decênios de Novecentos. *Varia História*, Belo Horizonte, n.º 51, set./dez. 2013, v. 29, p. 721-743.

- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar; SANTOS, Maria Emília Madeira. Política da Sociedade das Nações para a extinção da escravatura e do trabalho forçado em colônias africanas (1922-36): o caso português, In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coordenação). *Trabalho forçado africano. O caminho da ida*. Porto: Humus, 2009, p. 337-347.
- SANTOS, Maciel. “A compra de ‘contratados’ para São Tomé – a fase do mercado livre (1880-1903)”, In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coordenação). *Trabalho forçado africano*. Porto: Humus, 2009, p. 85-157.
- SANTOS, Maciel. “Tempo de trabalho e lucro em S. Tomé e Príncipe – o caso da Sociedade de Agricultura Colonial (1899-1909)”, In: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coordenação). *Trabalho forçado africano*. Porto: Humus, 2009, p. 289-314
- SANTOS, Maciel. “Trabalho forçado na época colonial: um padrão a partir do caso português”, In: Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado, e Edna Maria Galvão, *Privação de Liberdade ou Atentado à dignidade: escravidão contemporânea*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, p. 417-431.
- SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega Editora, 2001.
- SEIBERT, Gerhard. Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social. In: *Anuário Antropológico/2014*, Brasília, UnB, 2015, v. 40, n. 2: 99-120.
- SETH, Sanjay. Sociologia histórica e teoria pós-colonial: duas estratégias para desafiar o eurocentrismo. In: *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*. v. 7, n.1, janeiro-julho de 2016.
- SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clío ou Shiva?. In: *História da historiografia*. Ouro Preto, nº 11, abril/2013, p. 173-189.

- SILVA, Cristina Nogueira da. Escravidão e direitos fundamentais no século XIX. In: *Africana Studia*. Revista Internacional de Estudos Africanos, nº 14, 2010: 231-254.
- SILVA, Fernando Emygdio da. *A Acção Colonial dos Portugueses. Separata da Revista O Mundo Português*, Lisboa, 1941.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- THOMAZ, Omar Ribeiro. “Raça”, nação e status: histórias de guerra e “relações raciais” em Moçambique. *Revista USP*, v. 68, p. 252-268, 2006.
- TRAJANO FILHO, WILSON. A Constituição de um olhar fragilizado: notas sobre o colonialismo português em África. In: CABRAL, João de Pina. CARVALHO, Clara. *A Persistência da História: passado e contemporaneidade em África*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. p. 21-59.

## O TRABALHADOR RURAL E O PARLAMENTO: DIREITOS E POLÍTICA (1945-1963)

*Julio Capelupi<sup>1</sup>*

A pesquisa “O trabalhador rural e o Parlamento: direitos e política (1945-1963)”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo n.º 2018/25965-2), dá continuidade a outra pesquisa, intitulada “Trabalhadores rurais, legislação e direitos (1930-1964)”, também financiada pela mesma instituição de fomento (Processo n.º 2018/03897-5). O início dos trabalhos com o tema decorre das atividades do pesquisador na Base de Dados “Legislação: trabalhadores e trabalho em Portugal, Brasil e África Colonial Portuguesa”, na qual inseriu diversas leis, decretos-lei, decretos, regulamentos, constituições e outras tipologias normativas por meio da bolsa de Treinamento Técnico nível 1 “A legislação trabalhista no Brasil (1930-1988)” (processo FAPESP n.º 2017/10205-0).

A lei n.º 4.214, de 2 de março de 1963, criou o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), primeiro texto legal que instituiu o regime jurídico das relações de trabalho no campo. Seus dispositivos asseguraram aos trabalhadores rurais os direitos que até então só eram garantidos aos assalariados urbanos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – com adaptações ao trabalho rural. Resultado do projeto de lei n.º 1.837, apresentado à Câmara dos Deputados em 2 de maio de 1960 pelo deputado federal Fernando Ferrari, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o ETR tramitou dentro do Congresso Nacional durante três anos. A maioria da produção acadêmica sobre o tema discutiu o impacto da lei nas relações de trabalho. Entretanto, nenhuma pesquisa se debruçou na análise de como

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva (UNICAMP). E-mail: julio.capelupi1994@gmail.com.

os políticos debateram a proposta no Parlamento, algo indispensável para se pensar como os parlamentares entenderam os direitos do trabalhador rural e como se edificou o texto, na medida em que o projeto de lei tinha 64 artigos e a lei 183. Nessa tarefa de compreender o debate que definimos como documentação precípua os anais da Câmara dos Deputados, acompanhada de diversos jornais do período, de livros de memória escritos por políticos da época, e de estudos de juristas.

Como expliquei durante minha comunicação na SEPEGH, não havia tempo hábil para tratar de todos os capítulos de minha monografia, que se iniciou em janeiro deste ano e terminará em dezembro do mesmo. De tal forma que tratei apenas de um dos capítulos, que aborda a discussão parlamentar em torno da figura do trabalhador rural ou, de maneira mais alinhada com o vocabulário da época, do “homem do campo”. No período reservado para perguntas e debates com os presentes no auditório, consegui tratar de outros tópicos da pesquisa, posto que recebi diversas questões. Contudo, o fio condutor da exposição foi planejado na tessitura do assunto descrito acima, e é sobre ele que se produziu a narrativa neste texto.

## **O TRABALHADOR RURAL SOB OS OLHOS DO PARLAMENTO**

Na incipiente estruturação dos capítulos que comporiam a monografia, esse tema seria analisado no segundo capítulo, junto às justificativas apresentadas por Fernando Ferrari no projeto de lei, dada a correlação intrínseca entre elas. Todavia, no processo de elaboração desse capítulo, ficou evidente, devido ao enorme corpo documental reunido, que seria necessário desmembrá-lo em dois, algo que facilitaria na persecução de conclusões mais precisas e na própria compreensão do leitor. Essa nova apreciação definiu que o segundo capítulo seria forjado no bojo das justificativas do projeto de lei e que o terceiro seria arquitetado ao redor das delimitações parlamentares da figura do trabalhador rural - objeto de nossa narrativa neste texto. Essa mudança no curso dos planos foi fundamental para que outros elementos aparecessem de modo mais contundente.

Como qualquer trabalho historiográfico que se leve a sério, é condição *sine qua non* que o pesquisador cruze as fontes para construir suas teses. Foi o que fizemos. A documentação que recebeu primazia no tratamento analítico foi composta pelos anais parlamentares, sempre à escolha da Casa dos deputados, considerando-se inevitável que uma delas ficasse de fora - no caso o Senado Federal - em razão da estafante quantidade de informações. Apesar da riqueza de dados coletados nesse corpo documental, era inexorável que outras fontes fossem mobilizadas. Nesse acinte escolhemos alguns jornais para investigação. Lemos periódicos de diferentes matizes político-ideológicas: comunistas, de centro-esquerda, de direita. O objetivo na variação deles foi justamente entender como o posicionamento político influenciou os editoriais na abordagem desse assunto. Cruzados com os anais parlamentares, ajudaram na percepção de como as balizas político-ideológicas interferiram na edificação de manchetes e na separação de colunas de opinião para tratar do tema. Da mesma forma que o arqueólogo, o historiador, no geral, deve tomar cuidado ao fazer os pequenos cortes estratigráficos para entender as diversas camadas de análise, sobrepostas, umas às outras, num contexto histórico. Mais ainda: deve prezar por uma cautela rigorosa para não perder de vista o que é crucial e o que é meramente auxiliar conforme a escolha de seu objeto de estudo. Nesse sentido, o debate parlamentar e os jornais constituíram um lastro imprescindível na condução da narrativa, permitindo que algumas premissas iniciais fossem relegadas ao segundo plano em detrimento de outras que se mostraram mais importantes na tratativa do capítulo.

Foi no epílogo do segundo capítulo que ficou clara a imposição de um espaço mais amplo dedicado especificamente ao debate em torno do homem do campo. Os temas dedicados ao segundo capítulo foram recortados de acordo com os tópicos inseridos nas justificativas de Ferrari, na medida em que eles apontaram para discussões efervescentes na arena política brasileira. Brasília, por exemplo, era um deles. Na parte final de sua exposição, o deputado disse que a lei seria um instrumento civilizador que levaria a consciência por direitos ao empregado rural. Em uma enumeração muito sintética, cabe afirmar que isso significava duas coisas no debate da

época: 1. O trabalhador do campo era um sujeito inconsciente de seus direitos; 2. Incapaz de se conscientizar sozinho ou mesmo com a ajuda de seus pares, precisava da tutela e da assistência do Estado para se reerguer das péssimas condições em que vivia. Isso nos alertou para a possibilidade de que o trabalhador rural fosse visto nessa ótica da anomia social, uma vez que a comparação entre ele e o Jeca Tatu era prática recorrente no plenário da Câmara. Mas em breve falamos do Jeca.

Ferrari era um homem que no espectro político pode ser colocado ao centro, e que às vezes flertava com algumas teses mais à direita, como a moralização da administração e a austeridade nos gastos públicos. Descreveu o trabalhador rural como um indivíduo que produz pouco e que evade para as cidades por falta de opções na agricultura, o que criava um cenário negativa para o desenvolvimento nacional. Afinal, o fomento do mercado interno pela produção rural seria cada vez mais opaco, dada a baixa produção, e a intensificação do êxodo rural ocasionaria espasmos em progressões geométricas nas cidades. Em resumo, Ferrari entendia o pauperismo do trabalhador rural como um empecilho ao crescimento e ao desenvolvimento econômico do Brasil. Seria essa uma opinião restrita aos políticos de centro ou também se estenderia a deputados de outras vertentes político-ideológicas? A pesquisa sistemática teria de responder a isso. E respondeu. A partir da leitura intensa e incansável dos anais parlamentares e de entrevistas fornecidas por esses mesmos atores a pesquisadores do CPDOC da FGV, descobrimos que se tratava de uma concepção generalizada no período. Políticos da direita, da esquerda, do centro, enfim, todos que discutiram o assunto faziam do trabalhador rural um sujeito incapaz de criar consciência.

Mas “criar consciência” talvez possa soar como algo genérico e sem um significado real. Explicamos. E aí vem as variações nos julgamentos dos parlamentares segundo suas opções político-ideológicas. Os deputados e demais políticos mais à esquerda - e outros poucos do centro e da centro-esquerda também - pensaram essa conscientização na chave dos direitos trabalhistas, entendendo que um trabalhador consciente é aquele que conhece os caminhos para ir ao sindicato para mobilizar sua luta nas cortes trabalhistas, enfrentando seus algozes, os latifundiários.

Não que isso necessariamente signifique uma perspectiva apologética da luta de classes. Ela aparece nos discursos de periódicos comunistas como o *Terra Livre* (SP), isso sim. Mas em geral, se fala na importância do trabalho de “doutrinação” – esse termo é usado tanto por um centrista do trabalhismo, Alberto Pasqualini, quanto por um comunista, Francisco Julião – do trabalhador rural a partir da palavra de liderança do político, alguém que cursou os cursos de bacharelado e que supostamente tem notoriedade para ensiná-los sobre o assunto.

Os deputados da direita, por outro lado – e aí podemos circunscrever todos eles, fossem eles da ala liberal, autoritária ou conservadora –, calculavam a conscientização do trabalhador rural por outro caminho, pavimentado pelo argumento modernizador da produção, estipulado por meio da racionalização do processo produtivo. A tese é que o homem do campo precisa se conscientizar dos novos métodos dessa produção, atualizando-se para abandonar os traços que lhe cunhavam o atraso. O jornal *Correio da Manhã* (RJ), sempre adepto dos discursos modernizadores e que na conjuntura que sucedeu a posse presidencial de João Goulart deu passos rumo ao conservadorismo, fez algumas matérias que destacavam essa necessidade de educar o trabalhador rural por intermédio da modernização da produção.

Apenas das diferenças metodológicas, ambos os grupos compartilhavam uma mesma opinião: o empregado do campo era socialmente anômico e precisava de assistência do Estado para largar a triste realidade que lhe acompanhava. Sob o alto do tom professoral do político, o trabalhador rural receberia as devidas instruções para, de um lado buscar seus interesses na justiça, e de outro conhecer os ensinamentos técnicos para modernizar seu trabalho na lavoura. Mas as semelhanças não param por aí. Também concordavam que esse trabalhador era tão fustigado pelo dramático cotidiano, que poderia ser classificado com um Jeca Tatu.

## **O TRABALHADOR RURAL, JECA TATU E ZÉ BRASIL**

O Jeca era aquele mesmo das fábulas do célebre Monteiro Lobato. Personagem que no primeiro momento foi identificado pelo seu criador

como um caipira que vive na penúria das lavouras por ser indolente, preguiçoso, e que logo depois foi descrito à luz das teorias higienistas como um indivíduo enfermo, que não tinha culpa de sua situação. O produto final do Jeca – essa última versão – se eternizou nos anais da literatura. E nos anais parlamentares. Ferrari caracterizou os trabalhadores rurais de Minas Gerais e de São Paulo assim. E lembre-se, estamos falando de um político da ala mais ao centro do PTB, que em grande parte dissidia do núcleo nacional dominado por Goulart e Brizola. José Humberto, da União Democrática Nacional (UDN), ou seja, de um partido da direita, também chamou o empregado rural de Jeca Tatu, alegando que Rui Barbosa fora cirúrgico em sua campanha para a Presidência da República em 1919, quando postulou o Jeca Tatu como um sintoma nacional da realidade brasileira.

Outros deputados também aquiesceram essa mesma arguição, sustentando a ideia de que o trabalhador rural é um sujeito que anda na contramão do desenvolvimento nacional. Aliás, essa ideia requer uma breve explicação por aqui. O Brasil vivia um período de estupendo crescimento econômico, com taxa média de 7% ao ano durante o quinquênio presidencial de Juscelino Kubitschek (JK). No setor industrial, a projeção foi astronômica: 80% de crescimento em cinco anos. Era, afinal, o país do Plano de Metas, dos “50 anos em 5”. E ainda veio Brasília, inaugurada a 21 de abril de 1960, com sua pujante infraestrutura. Era o símbolo do progresso nacional. Em um período marcado pelo otimismo, principalmente por um presidente da República que esbanjava confiança no crescimento nacional, o debate público era instituído nas bases do desenvolvimento econômico. O prélio parlamentar foi preenchido com projetos de Brasil que variavam nos tons e nos ingredientes, mas que se assemelhavam do ponto de vista do que propunham: o desenvolvimento do país. Buscava-se à toda forma a tão sonhada independência econômica, o descolamento da alcunha de país de Terceiro Mundo, o abandono do domínio das potências ocidentais. Almejava-se, enfim, a autossuficiência.

Mas alimenta-se, talvez, um paradoxo. Como o Brasil pode ser o país do desenvolvimento, do otimismo nacional, e ao mesmo tempo conviver com trabalhadores rurais “atrasados”, socialmente anômicos?

Os parlamentares olharam esse cenário e não tiveram dúvidas: haviam dois brasis. Um deles era o que detalhamos acima, candidato à autossuficiência econômica. O outro, porém, era o símbolo da remanescente de um Brasil atrasado, arcaico e, na palavra dos deputados, colonial e feudal. É a partir dessa impressão que se apregoa a necessidade do desenvolvimento não apenas do campo, mas fundamentalmente do trabalhador rural. Qual é o trabalhador que representa, no meio rural, o Brasil que peita o Fundo Monetário Internacional (FMI) e que postula taxas de crescimento inéditas? Certamente, para os deputados, não era o Jeca Tatu que permanecia enfermo, ora “fugindo” para as cidades, ora inerte na lavoura, produzindo pouco e em má qualidade. O campo só caminharia para o progresso que a cidade vivenciava através da construção de um novo trabalhador rural. Ele teria os atributos expostos algumas páginas atrás, conscientizado de sua realidade.

Quase 30 anos depois de criar o Jeca Tatu, Lobato construiu o Zé Brasil, outro personagem do campo que também foi mobilizado na Câmara dos Deputados e na imprensa como uma representação do trabalhador rural. Foi incorporado às colunas da *Tribuna Popular* (RJ), na segunda metade da década de 1940, e do *Terra Livre* (SP), nos anos 1962 e 1963, ambos jornais comunistas. Integrado como parte do processo militante do PCB, o Zé Brasil tinha como seu adversário o Tatuíra, o coronel dono de terras. Provável resultado de seu tempo de convivência com membros do “Partidão” na cadeia, durante os anos 1940, Lobato escreveu que o trabalhador do campo carecia do auxílio dos comunistas, especialmente de seu grande líder, o “Cavaleiro da Esperança” Luís Carlos Prestes. Para ele, unidos em torno de Prestes os trabalhadores trilharam um caminho muito mais cimentado para a vitória. Não por acaso, os jornais comunistas transformaram *Zé Brasil* em folhetim nas suas páginas. O *Terra Livre*, por exemplo, tecia comentários das partes reveladas a cada edição sua, dialogando com o leitor que o Zé Brasil era um exemplo a ser seguido, porque ali estava uma história de conscientização que poderia mudar o panorama do campo. O deputado Padre Nobre, do PTB, um político de agenda mais à esquerda, fez referência ao Zé, classificando a obra de Lobato como um retrato perfeito do trabalhador rural.

Jeca Tatu ou Zé Brasil, o empregado rural era motivo de frequentes debates no Parlamento e na imprensa. Todos entendiam como crucial a transformação desse trabalhador. Ele era o atraso que marcava a dualidade brasileira moderno/arcaico. Esses mesmos indivíduos também viam seus julgamentos harmonizados em outra face do trabalhador rural. Para os parlamentares, as condições de trabalho e de vida dele eram tão trágicas que seriam iguais ou piores às encontradas pelos escravos no século XIX. O paralelo entre os dois contextos virou figura comum no plenário.

## **O TRABALHADOR RURAL É O ESCRAVO DA REPÚBLICA**

De modo distinto do que dispunha a legislação do período escravista, quando o escravo era assim denominado porque era tido como propriedade privada do senhor, cativo cuja liberdade jurídica não lhe era outorgada, na década de 1960 os deputados federais consideravam o trabalhador rural um “escravo da república”, como diz Geraldo Guedes, porque os seus direitos básicos de dignidade humana eram diariamente solapados pelos empregadores e pelas autoridades públicas. Legalmente a escravidão foi abolida em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea, mas, para os deputados, as condições de trabalho e de vida, impostas ao escravo, seguiam em vigência na realidade das relações de trabalho do campo, nas quais o trabalhador vivia a mais triste miséria. Entretanto, esse “escravo da república”, forjado já no século XX, não é o mesmo da casa grande e da senzala. Não tem mais cor ou raça, ele é apenas o “escravo” dos campos. Aquele que relembra os brasileiros da dura realidade escravocrata que norteou o desenvolvimento econômico e o ordenamento social do país, escravizado pela cor de sua pele, não existe mais. Essas são percepções compartilhadas pelos deputados, todavia, existem idiosincrasias que são manifestadas na forma de abordagem do tema. Políticos mais ao centro, da esquerda – moderada ou comunista – e da direita liberal cravam a condição de escravo, no empregado do campo, porque consideram o descumprimento da lei e a falta de uma legislação mais ampla e protetora, como alicerces da precariedade de vida e de trabalho.

O jornal *Última Hora* (RJ) caminhou nessa mesma rota, fazendo matérias de cobertura das péssimas condições encontradas no campo, expondo aquilo que seus textos consideravam a remanescente do trabalho escravo. Já os políticos de uma direita extremamente conservadora e retrógrada, combatida inclusive por outros deputados de direita e até mesmo por outros conservadores, compararam os dois períodos para defender que, tal qual na época da abolição, a elaboração de uma reforma agrária ou a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural poderiam representar uma perigosa desorganização produtiva e social dos campos, capaz de minar a tranquilidade do meio rural. Ou seja, criar qualquer mecanismo legal que promova a libertação do homem do campo, como ocorreu em 1888, poderia gerar distúrbios incontornáveis dos pontos de vista econômico e social, na medida em que mexer na estrutura agrária é tocar naquilo em que traduz-se a paz e o centro de geração de riquezas do país. Eles defendiam, também, a necessidade de se libertar o trabalhador rural da escravidão, que vive na penúria, mas pensavam esse processo num planejamento mais longo, gradual, que levasse em consideração as possíveis rupturas no *status quo* das lavouras.

## O NOVO ESCRAVO NÃO TEM COR

É impossível pensar numa escravidão desracializada no contexto brasileiro. Irrevogavelmente é o primeiro aspecto que se destaca em qualquer discussão sobre trabalho escravo no Brasil, afinal, foram os negros que enfrentaram o cativeiro até 13 de maio de 1888. No entanto, em todos os discursos que analisamos, somente num momento o elemento racial aparece, como mostraremos em instantes. O trabalhador do qual se fala não tem cor, não tem raça, não tem nenhuma identidade que não seja a de representante da produção agrária brasileira, um *homo economicus*. No decorrer de toda a narrativa discorremos sobre a ideia de parlamentares no sentido de construir um novo trabalhador rural associado à modernidade, porque o Brasil crescia economicamente e lutava para alcançar a tão almejada independência frente aos poderosos do Ocidente, vistos como colonizadores seculares.

Mais do que sem raça ou cor, esse trabalhador não tem religião ou qualidades morais e éticas desejáveis. Ele deve receber a lei – civilizadora – e ficar consciente de seus direitos trabalhistas porque assim combate dignamente o seu empregador na Justiça do Trabalho e dessa forma pode conseguir melhores salários e condições para trabalhar. O objetivo final? Aumentar a produção e alavancar sua qualidade, elementos decisivos para que fique no campo, para que não “fuja” para a cidade. Segundo outro ângulo de análise, o trabalhador deve ficar consciente dos métodos mais hodiernos da produção capitalista para produzir de modo mais racional e eficaz, visando incrementar a produtividade agrícola. A conclusão é a mesma para os dois grupos: o Estado tinha que se mobilizar para cimentar o curso do desenvolvimento econômico brasileiro e isso só seria possível com um trabalhador mais capacitado que o triste Jeca Tatu que habitava as lavouras brasileiras. O empregado rural compor-se-ia da característica que deveria marcar a identidade do Brasil desenvolvimentista que crescia 7% ao ano: produtividade em escalas compatíveis com a realidade de um país ocidental desenvolvido.

Mesmo os comunistas, que abraçavam o argumento classista de conscientização do trabalhador pela palavra de conhecimento de suas lideranças, incentivando o confronto com seu empregador na luta de classes, visava como uma das finalidades precípua o desenvolvimento da economia nacional. Perfilavam a ideia de superação do caráter feudal do campo e de suas formas de produção ainda pré-capitalistas, como fica claro no discurso de encerramento do 1º Congresso Camponês do Brasil, em novembro de 1961, feito por Nestor Vera, secretário da ULTAB. Naquela oportunidade, ele disse que o congresso representou “um considerável avanço e sólida demonstração do grau de consciência já adquirida pelo homem do campo sobre seus direitos e justas reivindicações”, destacando o seu papel fundamental na lutas “pelas conquistas necessárias à superação da atual situação de atraso do campo, através de uma reforma agrária que efetivamente elimine o monopólio da terra pelo latifúndio e as relações de produção do tipo pré-capitalista ainda imperantes em nosso país”.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> “Nestor Vera: ‘mobilizar, esclarecer e organizar as massas camponesas’”, *Terra Livre* (SP), nov. 1961.

Ou seja, a consciência pelos direitos e da organização coletiva de seus interesses eram os requisitos essenciais para suplantar o Brasil rural, atrasado. De acordo com a doutrina comunista, o trabalhador deve ficar consciente para libertar-se da escravidão do campo – como indicaram as várias matérias do periódico *Terra Livre* – e assim ajudar o Brasil a libertar-se das amarras ainda feudais que lhe prendem às formas arcaicas de produção do meio rural. Mais uma vez, apregoa-se um trabalhador capaz de impulsionar a independência econômica do país, atrelando sua imagem e sua identidade às de um Brasil autossuficiente e soberano no cenário econômico global.

Variam os planejamentos e os métodos defendidos, mas a constante no discurso desses diferentes grupos do jogo político-ideológico é construção da identidade do trabalhador rural conforme as balizas identitárias desejáveis para um país que busca o desenvolvimento nacional e o protagonismo econômico na esfera mundial. Nessa chave de apreciações, não há espaço para considerações que imbricam o desenvolvimento das forças produtivas com as questões de raça. O trabalhador rural é um homem, branco ou negro - isso é indiferente aos olhos do prélio parlamentar -, que produz: para satisfazer suas necessidades básicas através de uma lavoura de subsistência ou ganhando dinheiro suficiente para comprar comida no armazém da fazenda; para atender às demandas da população em geral, que carece de gêneros alimentícios que vêm do campo; e para gerar excedentes que sejam vendidos no mercado internacional e retornem em valorosas divisas para o câmbio brasileiro. Independentemente de sua cor, ele produz e isso que importa, ao final das contas, para a classe política brasileira.

Compara-se em diversos momentos o trabalhador rural com o escravo do século XIX e, mesmo assim, a questão racial não aparece. Contudo, há uma exceção e a partir dela poderemos estabelecer uma análise sobre o silêncio dessas fontes, ou seja, sobre o que elas não estão nos contando. Em 5 de junho de 1961, discutia-se no plenário da Câmara o Estatuto do Trabalhador Rural. Debate cujo comunicador inicial foi

Rui Ramos, que fez um longo discurso.<sup>3</sup> Incomodado com o descaso de seus colegas, reclamou que o Congresso Nacional não se movimentava para aprovar o regime jurídico do trabalhador rural. Não tardou a compará-lo com o escravo do século XIX, alegando que acontecia em 1961 o que ocorreu na década de 1880, quando todos se uniam em torno do consenso de que a escravidão tinha de acabar, mas nada faziam efetivamente para aboli-la. Os tempos eram outros, mas a realidade era a mesma: todos querem a regulamentação das relações do trabalho rural e o fim da disparidade de direitos entre assalariados urbanos e empregados do campo, mas pouco se faz para que esses “anseios” sejam concretizados. Até aí, como vimos até agora, diversos deputados se utilizaram dessa comparação. A diferença, porém, vem na sequência. Ao traçar um paralelo histórico da escravidão entre Brasil e Estados Unidos, foi categórico ao dizer que há uma nítida superioridade brasileira. Ele explica o porquê. Segundo Ramos, enquanto que os estadunidenses “apenas” libertaram os escravos, no Brasil houve algo maior do que a libertação das amarras da escravidão, o fim da discriminação racial. Os EUA acabaram com a escravidão, libertando os negros do opróbrio do sistema escravocrata, mas ainda conviviam com as diferenças raciais, marcadas num conflito em que os brancos ainda detêm os maiores privilégios. Provável leitor da obra do renomado Gilberto Freyre, Rui Ramos compartilhava da tese da democracia racial ao entender que o Brasil, por outro lado, havia vencido seus problemas raciais e portanto não convivia mais com essa desigualdade.

Ramos compreendeu que o Brasil não sofria mais com o racismo. Isso fica expresso em suas afirmações seguintes. Disse que após a libertação do negro e conseqüente fim do racismo, achou que o Brasil jamais teria de ver, outra vez, seus filhos vendidos como mercadorias para trabalhar para outrem. Enganou-se. São centenas de “trabalhadores rurais, pretos ou brancos [...] que vêm em caminhões e são ofertados nas portas das fazendas, no Brasil Central, como qualquer outra mercadoria. E os agricultores, os fazendeiros, escolhem-nos, como animais”. Esse trecho é crucial para entender a forma de pensar do deputado. Antes

---

<sup>3</sup> Rui Ramos, Plenário da Câmara dos Deputados, Brasília, 05 jun. 1961.

eram só os negros que passavam de mãos em mãos como mercadorias, “como animais”. Agora não é mais a questão racial que determina o domínio do fazendeiro sobre o trabalhador rural. Brancos e negros, em pé de igualdade, “são ofertados nas portas das fazendas”. Escancara-se uma visão uníssona do trabalhador rural que vive em condições de trabalho escravo no pós-abolição: ele é apenas o escravo (sem cor), e não mais o escravo negro. Para Ramos, a época em que o negro sofria por conta de sua cor, estava concluída. Agora até sofria com os mesmos problemas, mas por conta das péssimas condições impostas pela ganância dos fazendeiros e não mais pela sua cor de pele. A maior prova, segundo Ramos, é o fato dele sofrer as mesmas dificuldades que o branco, que também é tratado como mercadoria, vendido para o proprietário de terras.

Ao dar continuidade em seu discurso, usa de termos que são reveladores de sua compreensão a respeito da escravidão que, em tese, vigorava no campo. “Como patrão, como patrão rural, sinto a necessidade, para tranquilizar a minha consciência, de que se vote no Brasil uma lei que extinga esta *escravatura branca*, esta miséria em que vivem no campo multidões de irmãos nossos, brasileiros todos nós”.<sup>4</sup> Antes havia uma retórica de que o escravo não tem cor porque, independentemente dela, seja ele branco ou negro, acaba vendido como mercadoria. Até porque, na lógica do deputado Rui Ramos não há mais racismo no Brasil, ou seja, não existe qualquer motivação que diferencie o trato ao trabalhador rural. Mas, ao dizer que se pretende erradicar a escravização do trabalhador branco, Ramos estabelece um argumento que retira qualquer peso de possíveis reminiscências da escravidão do passado, cujas bases se davam em torno da exploração do negro pelo fazendeiro branco. Ao inverter a cor dos escravizados, busca explicar que aquela escravidão do século anterior, baseada no domínio jurídico, reconhecida legalmente, do branco sobre o negro, não existe mais. Seria algo como uma triste memória na história brasileira que felizmente teve seu fim.

Precisamos tomar muito cuidado nas delimitações que faremos agora para não confundirmos o leitor. A indagação, imaginamos, seja imediata:

---

<sup>4</sup> Idem [grifos meus].

ora, se Ramos traça o paralelo entre o contexto abolicionista e seu presente e, mais ainda, diz que o trabalhador rural de seu tempo também é escravo, não significa isso a defesa de que a escravidão continuou em vigência no Brasil, apesar da lei da abolição? Então, não exatamente. Pode surgir outra pergunta: vários outros deputados fizeram as mesmas aproximações; não pensavam eles também nesse mote da continuidade da escravidão no Brasil? A resposta é a mesma. É a partir dessas questões que queremos analisar aquilo que dissemos algumas linhas atrás sobre o silêncio das fontes. De fato, os parlamentares compararam os dois cenários alicerçados na ideia de que o empregado rural de seu tempo atua em regime de trabalho escravo tal qual o escravo legal do século XIX. Outrossim, para muitos deputados ele vive em condições até mais precárias que as encontradas na senzala. A distinção sutil, contudo, aparece em outro elemento desse discurso. Dizer que as condições de trabalho e de vida do homem do campo, equiparáveis às do escravo dos oitocentos pelo ataque que representavam à dignidade humana do trabalhador, constituem aspectos de um regime de trabalho escravo, não significa advogar o continuísmo ininterrupto da escravidão. São coisas distintas, em nossa concepção.

Aí entramos na leitura das entrelinhas dos documentos. Com exceção de Rui Ramos, não encontramos nenhum discurso que compare estes cenários e ao mesmo tempo aborde a questão racial. Nossa hipótese é que isso ocorre de maneira alinhada com o que Ramos prega na “escravatura branca”. Os deputados não usam o termo, mas, ao se referirem ao trabalhador rural escravizado como um indivíduo genérico que não tem cor ou qualquer identidade racial, de certa forma pretendem tirar o peso histórico das disparidades raciais que marcam as relações de trabalho no Brasil. Isso é curioso porque alguns deputados criticam a suposta “precipitação” da abolição em 1888, usando como justificativas a precariedade e as dificuldades enfrentadas pelos libertos ao fim do cativeiro, mas ignoram os impactos dessas desigualdades raciais a longo prazo, julgando que não há mais conflito étnico-racial a ser discutido. Essa omissão se dá, ao nosso ver, na tentativa de colocar a escravidão, baseada na raça, no passado, como algo já superado pela sociedade brasileira. É a mesma argumentação de Ramos: se hoje ainda

existem trabalhadores rurais negros que atuam em regimes de trabalho escravo, não é por motivos de cor/raça, porque os brancos também estão imersos nesse quadro; mas por problemas da própria estrutura agrária brasileira que condiciona a desigualdade nos poderes político e financeiro, elementos que determinam a exploração do empregado pelo empregador. Concluindo nossa interpretação, vemos a omissão como uma tentativa de delegar os problemas étnico-raciais nas relações de trabalho rural ao passado, ignorando – voluntariamente – os longevos impactos de uma tradição secular de exploração do braço negro nos campos.

## **PRÓXIMOS PASSOS DA PESQUISA**

Esses dois anos de pesquisas nos deram resultados extremamente profícuos na reconstrução do quadro de debates políticos e da arena pública em geral sobre os direitos dos trabalhadores rurais. Os primeiros passos já foram dados. O primeiro capítulo, que não foi exposto aqui, explora as conflituosas relações político-partidárias internas ao PTB, vasculhando nos jornais *Última Hora* (RJ), *Tribuna da Imprensa* (RJ), *O Estado de São Paulo*, e *Correio Rio-Grandense* (RS) os percalços na trajetória política de Fernando Ferrari, algo que comprovadamente, como confirmamos no contato com a documentação, influenciou no debate parlamentar do Estatuto do Trabalhador Rural. No atual estágio da pesquisa, analiso especificamente o debate sobre o Estatuto, perscrutando como foram discutidos os aspectos técnicos da lei, as emendas que mudaram o texto, os processos de distribuição da relatoria das comissões especializadas da Câmara, a participação do Bloco Ruralista e de líderes sindicais nas negociações dentro do Congresso etc. Está análise comporá a quarta e última parte da monografia, que tem previsão de término em dezembro deste ano.

## FONTES

### Anais da Câmara dos Deputados

Anos lidos: 1960, 1961, 1962 e 1963.

## JORNAIS

*Correio da Manhã* (RJ), edições dos anos 1960, 1961, 1962 e 1963.

*Jornal do Brasil* (RJ), idem.

*O Estado de São Paulo*, idem.

*Terra Livre* (SP), idem.

*Última Hora* (RJ), idem.

## ENTREVISTAS

Marcia Camargos, entrevista ao BBC Brasil, <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45254398> Acessado em 09 nov. 2018.

JULIÃO, Francisco. *Entrevista para Aspásia Camargo*. Ixcatepec, México, 1977.

LIMA FILHO, Osvaldo. *Osvaldo Lima Filho (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC.

## LIVROS DE MEMÓRIAS

FERRARI, Fernando. *Escravos da terra*. Porto Alegre: Globo, 1963.

**OBRAS LITERÁRIAS**

LOBATO, Monteiro. *Zé Brasil*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

LOBATO, Monteiro. *Urupês: contos*. 2ª ed. São Paulo: Revista do Brasil, 1918.

# QUESTÕES INICIAIS SOBRE A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS NO *TRATADO SOBRE LAS LEYES DE RODRIGO DE ARRIAGA*<sup>1</sup>

*Julio Cesar Aquino Teles Ferreira*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Este texto é resultado das questões primárias sobre a interpretação das leis no século XVII, que me levaram a atual pesquisa em desenvolvimento<sup>3</sup>. Aqui, apresento as indagações e problematizações que estou analisando. Este escrito é resultado da comunicação oral, feita no II Seminário de Pesquisa e Ensino da Graduação em História do IFCH-UNICAMP, na mesa Religiosidade e Poder<sup>4</sup>. O trabalho é composto em três partes, após apresentar brevemente o autor e sua obra, em uma primeira parte falamos sobre o contexto histórico em que Rodrigo de Arriaga se insere, depois apresentamos as questões sobre a interpretação das leis e como foram lidas e, por fim, fazemos uma pequena consideração final.

O projeto busca analisar a interpretação das leis no século XVII, com base no *Tratado sobre las leyes* de Rodrigo de Arriaga (1592-1667). O *Tratado sobre las leyes* faz parte do IV tomo dos 8 volumes da obra *Disputationes theologicae*, publicada entre 1643 e 1655.

Para isso faz-se necessário um recorte na própria obra. Arriaga possui uma vasta obra teológica e filosófica, *Cursus philosophicus* (1632)

---

<sup>1</sup> Agradeço à agência financiadora FAPESP sem a qual esta pesquisa não seria possível, assim como ao meu orientador Prof. Dr. Rafael Ruiz.

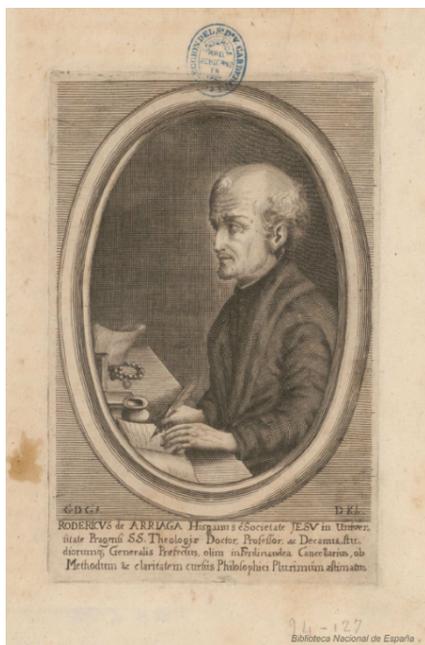
<sup>2</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP). E-mail: jcesar.teles@gmail.com.

<sup>3</sup> Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A interpretação das leis no Tratado sobre las leyes de Rodrigo de Arriaga na Espanha do século XVII”, orientada pelo Prof. Dr. Rafael Ruiz, desenvolvida na Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

<sup>4</sup> Agradeço ao mediador da mesa Rafael Bosch e a toda organização do evento.

e *Disputationes theologicae* (8 vol., 1643-55) são suas duas grandes obras. Comentando a *Summa Theologiae* de São Tomás de Aquino, na *Disputationes theologicae*, tomo IV<sup>5</sup>, se insere o *Tratado sobre las leyes* com 34 *disputaciones*. Para o recorte deste projeto o que interessa é a matéria que toca a interpretação da lei, sendo assim, utilizaremos a tradução dos textos para castelhano de Lorenzo Velázquez Campo (2012), das *Disputationes* 5, 6, 7, 8, 26, 27 e 28 do *Tratado*.

**Figura 1** - Retrato de Rodrigo de Arriaga por G. D. G. f.;  
D. K. de. Retirado de Biblioteca Digital Hispânica



<sup>5</sup> ARRIAGA, Rodrigo de. *Disputationes Theologicae. Tomo IV*. Disponível em: [https://biblioteca.unirioja.es/digibur/obras/224327\\_4.shtml](https://biblioteca.unirioja.es/digibur/obras/224327_4.shtml). Acesso em: 27 set. 2018.

## CONTEXTO HISTÓRICO

O século XVII, conhecido entre outras coisas pela “grande crise”<sup>6</sup>, é marcado pela emergência do homem moderno. Segundo José Antonio Maravall, o

*homem moderno* - cheio de conquistas sobre a natureza e de novidades em relação à sociedade -, desenvolve a capacidade de compreender que as coisas não andam bem, principalmente no âmbito da economia, mas também em outros setores da vida coletiva, e, o que é mais importante, começa a imaginar que poderiam ser melhores (MARAVALL, 2009, p. 66).

Nessa “grande crise” com o homem moderno, duas visões de mundo contrastaram: a herdeira de um mundo clássico e humanista, e a racionalista e iluminista que foi difundida após a Revolução Francesa no fim do século XVIII. Talvez a categoria que melhor explique o século XVII seja a de “tensão”, pois ao mesmo tempo em que essa visão humanista era desenvolvida, outros pensamentos mais racionalistas, como o hobbesiano, apareceram.

A Primeira Modernidade (séc. XV-XVII) a partir do ponto de vista clássico, nas palavras de António Manuel Hespanha é herdeira de “[...] uma ordem universal (cosmo) abrangente os homens e as coisas, e fixando uns e outras a um curso quase tão forçoso e inevitável como a sequência das estações do ano [...]” (HESPANHA, 2001, p. 118).

Ao estudar a crítica e a crise que gerou a patogênese do mundo burguês, em contraposição a essa abordagem clássica, Reinhart Koselleck, expõe a visão hobbesiana do século XVII. Thomas Hobbes (1588-1679) elaborou a ideia de separação da moral e da política, do âmbito público e do privado. Nesse sentido, para Hobbes, a interpretação da lei seria uma violação, “Posto que certas ações em uma comunidade são consideradas

<sup>6</sup> Ver: VILLAR, Pierre. El tiempo del “Quijote”. In: *Crecimiento e Desarrollo: economía e história reflexões sobre el caso español*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993. HOBSBAWM, Eric. “The general Crisis of European Economy in 17th century. In: *Past and Future*, n. 5 and 6, 1954.

justas e em outras, injustas, a justiça está em não violar as leis em parte alguma, onde ela é e será a mesma.” (*De Cive* pref.; *De Homine*, 13, 9 *Apud*: KOSELLECK, 1999, p. 173). Na leitura koselleckiana isso se deu devido à preocupação de Hobbes, que era voltada para entender o motivo da existência das leis e não suas especificidades (KOSELLECK, 1999, p. 35). Para a pesquisa proposta, o importante não é o fato de a lei prescrita ser a mesma em todas as partes, mas sim os fatores que asseguravam a justiça, e que a nosso ver não possuíam relação com a aplicação igual da lei em todos os lugares onde ela vigorava. Pelo contrário, era a possibilidade de interpretação do juiz sobre ela, segundo as circunstâncias daquele local, seguindo sua própria consciência: “Portanto, o juiz deveria seguir a sua própria consciência ‘opinativa’ e, se agisse contra ela, [...] estaria cometendo pecado, como disse acima, e colocando-se em risco de perder a sua alma” (RUIZ, 2014, p. 334).

Partindo da chave analítica da “tensão”, ao mesmo tempo em que havia uma proposta racionalista e de separação da moral no mundo anglo-saxão, no mundo ibérico uma lógica diferente predominava. Enquanto a Inglaterra do século XVII foi caracterizada pelo desenvolvimento da consciência autônoma com autores como Hobbes e Locke, a Península Ibérica, sobretudo com as ordens religiosas, foi responsável por desenvolver a consciência individual dos fiéis, principalmente a Companhia de Jesus com o Probabilismo Moral (RUIZ, 2018, p. 44). De acordo com Richard Morse, “[...] os ingleses compraram o pacote ‘moderno’, convertendo-se talvez nos mais ‘modernos’ dos europeus [...]. Os ibéricos foram mais cautelosos. Acompanharam as questões-chaves, [...] mantiveram suas posições.” (1988, p. 28-29). Isso fez com que a praxe jurídica ibérica também fosse por outra via, no caso teológica.

Segundo Koselleck, no século XVII, apenas os teólogos eram favoráveis ainda a essa “[...] moral religiosa com pretensão política” (1999, p. 25). Cabe questionarmos se de fato era esse o cenário que se apresentava, sobretudo considerando a questão teológico-política, ou seja, como a esfera jurídica estava relacionada ao teológico e ao político. Como na teologia política de Carl Schmitt, “todos os conceitos concisos da teoria do Estado moderno são conceitos teológicos secularizados” (SCHMITT,

2006, p. 35). Além disso, o número de tratados teológicos abordando questões políticas pode ser significativo, pois possibilita ver ambas as esferas se relacionando.

Existem diversas posições sobre o que foi o século XVII. Para Paolo Prodi (2005) foi um período caracterizado pelo embate entre a Igreja e o Estado, entre a conquista da consciência do fiel e do súdito. Já na visão de Maravall (2009) foi a união entre o trono e o altar para um controle mais efetivo. De acordo com Morse (1988) o mundo anglo-saxão fez uma opção que levou ao predomínio do Estado sobre a igreja, e o mundo ibérico fez outra opção que o levou a resultados totalmente diferentes. De todas as complexidades do século XVII, o que mais nos interessa é a visão prudencialista, também conhecida por jurisprudente, que caracteriza o juiz da Primeira Modernidade:

Uma das ideias centrais desta Primeira Modernidade era que o justo era algo que se encontrava nas próprias relações e nas circunstâncias e fatos. Não era algo deduzido da lei; pelo contrário, era encontrado na mesma realidade e, depois, era reduzido aos termos da lei. (RUIZ, 2011, p. 127).

Essa concepção jurídica vinha de uma longa tradição medieval. Essa tradição conhecida por direito comum (*ius commune*), foi caracterizada por um direito que não se fundamentava apenas nas normas, mas nas opiniões, glosas e comentários dos juristas. Desse modo, se tratava de um direito dos juristas e não das leis e por isso não era a interpretação da lei no sentido de aplicá-la tal como estava escrita aos diferentes casos, mas o inverso disso, o da interpretação no sentido de liberdade do juiz para interpretar a lei segundo as circunstâncias e até mesmo para ignorá-la. Nesse mundo tensionado da Primeira Modernidade, dois modos de entender o direito e a justiça fizeram-se possíveis: o *mos italicus*, em que era permitido o exercício do arbítrio pelo modo dialético, e o *mos gallicus*, surgido no período, permitindo a redução dos comentários e glosas a um único princípio ou regra, em que se poderia chegar a sentença adequada pelo mero uso da razão (RUIZ, 2010, p. 3).

De acordo com Paolo Grossi a função de julgar própria do juiz era conhecida como *iurisdictio*, em que o juiz poderia dizer o direito. Dizer o direito não significava “criá-lo”, pois ao dizê-lo já se tem por pressuposto de que está criado. Assim, dizer o direito tratava-se de “[...] explicá-lo, torná-lo manifesto, aplicá-lo [...]” (GROSSI, 2014, p. 162). Considera-se essa ideia central e essencial no poder político medieval, já que estando o *ius* criado, nenhum poder poderia criá-lo, mas apenas declará-lo. Nessa cultura medieval não importava quem produzia a *lex*, o que importava era a noção relativa por sua substancialidade. Mesmo que seus redatores fossem plurais, eles não podiam agir a bel-prazer, sendo necessário que se baseassem na ordem jurídica<sup>7</sup> (GROSSI, 2014, p. 168).

Durante o século XVI e XVII encontramos autores que se inserem no debate entre a lei interpretada e a lei meramente aplicada. Victor Tau Anzoátegui diz que, na Espanha, houve uma tentativa de reduzir “o direito a um conjunto de princípios e institutos intimamente entrelaçados” (ANZOÁTEGUI, 1992, p. 192). Pedro Simon de Abril<sup>8</sup>, que foi professor de Gramática, Lógica e Filosofia durante o século XVI, defendeu a reforma dos cursos das Universidades espanholas. Ao referir-se sobre a reforma do Direito, o autor sugeriu uma ordem e sistematização da lei, deixando de lado o direito romano e ensinando o direito dos reis hispânicos. Segundo Rafael Ruiz, em termos práticos, a proposta de Simón Abril não passou de um projeto, já que ainda não era o momento de deixar o entendimento do direito como arte<sup>9</sup> (2010, p. 6). Francisco Bermúdez de Pedraza, em sua

---

<sup>7</sup> “[...] um conjunto de regras racionais e, por essa razão, conformes e adequadas à natureza e, portanto, à vontade de Deus único e verdadeiro criador do direito, único autêntico legislador.” (GROSSI, 2014, p. 169).

<sup>8</sup> ABRIL, Pedro Simon de. *Apuntamientos de como se devem reformar las doctrinas y la manera de enseñallas para reducillas a su antigua entereza y perficion, de que con la malicia del tiempo y con el demasiado deseo de llegar los bombres presto a tomar las insignias dellas, han caydo y ahora nuevamente publicados y añadidos con algunas observaciones y notas por don José Clemente Carnicero, oficial del archivo de la Secretaría de Gracia y Justicia de Indias*. Segunda Edición. Madrid: Imprenta de D.M. de Burgos, 1817.

<sup>9</sup> Arte no sentido aristotélico “[...] não se enquadrava no âmbito da ciência, mas da arte, sendo algo muito mais incerto do que certo, um saber sobre o prático, e não sobre o teórico, feito a partir do que ‘acontece frequentemente’ ou daquilo que ‘poderia ser de uma outra forma’”. (RUIZ, 2015, p. 37).

obra do início do século XVII<sup>10</sup>, tratou do debate entre os que defendiam a sistematização e os que eram contra, mostrando que embora desejada, qualquer tentativa de sistematização se fazia problemática, considerando que o direito era uma disciplina vinculada aos fatos. De acordo com Tau Antoátegui, diferente de Simón Abril, Pedraza admitia o caráter casuístico do direito e a necessidade de manter a tensão entre as leis e as diferentes opiniões, comentários e glosas (RUIZ, 2010, p. 7).

Neste contexto, a consciência ganha um papel central para as sentenças dos juízes. Mesmo com o desejo de codificação, que entre outras coisas, buscava definir as relações de poder da coroa espanhola e dos diferentes poderes locais, “o arbítrio delegava no juiz ou no ministro a faculdade de decidir determinada situação de acordo com a apreciação [que o juiz] realizasse das circunstâncias, das coisas e das pessoas” (ANZOÁTEGUI, 1992, p. 534). Dada a arbitrariedade do juiz, ele “[...] poderia julgar, não propriamente conforme às provas alegadas ou de acordo com o texto legal, mas seguindo a sua própria consciência” (RUIZ, 2010, p. 10).

## A INTERPRETAÇÃO DA LEI

Nesse contexto da Primeira Modernidade em que estava posta a questão humana da subjetividade e da parcialidade, em oposição a Segunda Modernidade na qual a neutralidade seria buscada a todo custo, entraremos agora na questão central deste projeto: a interpretação da lei. Na visão clássica, que acreditamos estar presente no século XVII, interpretar é como traduzir: não basta simplesmente ater-se ao texto de maneira literal, mas é preciso compreender seu sentido, entendendo o que está nas entrelinhas, ou seja, o que não está escrito. “Ler uma lei já é interpretá-la; interpretá-la é continuar interpretando” (OLLERO, 1996, p. 220). Colocando nesses termos, há um espaço muito grande para arbitrariedade. Todavia não se pode deixar de lado que toda essa antecipação deve estar embasada em raciocínios e argumentos, que buscam explicar a subjetividade. Partindo

<sup>10</sup> BERMÚDEZ DE PEDRAZA, F. *Arte legal para estudiar la Jurisprudencia*. Salamanca: en la Imprenta de Antonia Ramírez, viúda, 1612.

desses pressupostos, qualquer interpretação é parcial e indigente e não há uma única interpretação para o mesmo texto (RUIZ, 2011, p. 132).

Esse contexto permite situar o pensamento de Rodrigo de Arriaga. De acordo com Lorenzo Velázquez Campo, Arriaga foi muito influenciado por Francisco Suárez<sup>11</sup> (1548-1617). Contudo, mesmo sendo um grande admirador de Suárez em suas *Disputationes*, Arriaga não se priva a objeções e críticas ao mesmo. Campo fez um louvável trabalho comparativo entre o pensamento de Suárez e Arriaga (CAMPO, 2012, pp. 36-57).

Mesmo que o estudo de Campo seja intitulado *El principio de interpretación de la ley según Tratado sobre las leyes de Rodrigo de Arriaga*, o foco do autor se detém em questões que vão além da interpretação das leis, apenas citando brevemente os pontos que nos interessam para esse estudo. Por isso seu trabalho não anula este mas, ao contrário, permite e fortalece a necessidade dessa pesquisa. O ponto central do estudo de Campo é o contexto histórico que desperta novas questões e como a lei interpretada tratou-se de um maquiavelismo regrado - o que nos parece equivocado.

Sendo o século XVII marcado por acontecimentos como A Guerra dos Trinta Anos, regimes “absolutistas” e a Revolução Liberal Inglesa, para citar alguns, a Espanha levou um século para se converter em uma potência de segunda ordem (CAMPO, 2012, p. 14). O próprio Concílio de Trento foi um dos acontecimentos mais marcantes do século e, segundo Campo, uma das suas consequências mais evidentes foi a sujeição da política e da filosofia à moral e ao dogma que se impôs (2012, p. 15), tendo de fato inúmeros desdobramentos. Essa concepção teológica e filosófica permitiu a igreja prolongar sua visão, ou seja, permitiu que a tradição teológica continuasse, e, por conseguinte a tradição jurídica imbricada de Teologia.

Esta sociedad tiene unas profundas raíces religiosas y la Iglesia cumple un papel pedagógico no sólo en el orden espiritual, sino que es también la que ofrece los cuadros de referencia de cuanto debe hacerse o evitarse tanto en el ámbito individual, como en social y en el político (CAMPO, 2012, p. 15).

---

<sup>11</sup> Jesuíta, filósofo e jurista espanhol foi um dos grandes nomes da Escola de Salamanca.

Logo, a religião possuiu um papel diferente nessa sociedade, papel esse que está atrelado à justiça e as concepções morais da mesma, significando que as virtudes que o juiz deveria possuir também estavam relacionadas ao papel pedagógico da Igreja. Como demonstra Jesús Vallejo ao estudar uma fonte do período, a *Arbor Iudicum* de Juan de Matienzo (1558), o temor a Deus fez parte das raízes e sem ele a árvore do juiz não frutificaria e por isso não seria justa. “El juez pecador es inicuo, y peca el juez que, no temiendo a Dios, no evita el pecado [...]. La raíz do temor de Dios es imprescindible pues su defecto no es subsanable por ninguna vía.” (VALLEJO, 1998, p. 28-29).

Outro ponto central do período que reverbera na discussão foi a Descoberta da América e as referências da Escolástica nos séculos XVI e XVII, sobretudo no âmbito político e jurídico. Como foi possível observar anteriormente através de uma pesquisa de Iniciação Científica financiado pelo CNPq<sup>12</sup>, de acordo com o pensamento do Frei Juan Silva que esteve na Nova Espanha durante a segunda metade do século XVI e voltou para Madri no século XVII, a pregação deveria ser pacífica e os *repartimientos* deveriam findar, porque era o que a Teologia e o direito natural previam. Posteriormente a Juan Silva, Arriaga defende a imutabilidade da lei natural, no entanto existem exceções, sendo que tais exceções estão previstas na mesma desde o princípio e desse modo não se tratam de mutações - como na lei positiva -, mas mantém o princípio da imutabilidade. “La ley natural es la que obliga por la misma naturaleza de la cosa, independientemente de toda voluntad libre del legislador, como es la ley que dicta que hay que evitar el hurto, la mentira” (ARRIAGA, vol. IV, disp. 6, sec. 1, n. 1 /2012, p. 97).

Segundo Lorenzo Campo, a questão do tratado é justamente de que maneira agir em tais e quais situações existenciais (2012, p. 16). A questão principal do autor está relacionada a “razão de Estado” maquiavelista, contra a qual gerou-se toda uma produção antimachiavelista no século estudado. “Sería antijurídico y es lo que para muchos antimachiavelistas constituye la ‘malo razón de Estado’. Consistiría en apoyar todo el sistema

<sup>12</sup> Projeto: 800682/2016-5 - *A pregação pacífica e os repartimientos na Nova Espanha a partir da Teologia Moral nas memórias do Padre Silva*. Processo: 124378/2017-0

social e político en la imoralidade” (CAMPO, 2012, p. 17). Segundo o autor, a teoria de Arriaga acerca da lei defende a exceção com cobertura jurídica e legítima. Desse modo, nota-se que frente à “má razão de Estado” em que se faz presente a imoralidade, poderia existir a “boa razão de Estado” na qual está a moralidade, existindo exceções para os casos em decorrência das diferentes possibilidades (em nossos termos probabilismo<sup>13</sup>). Quando se cessa a razão da lei pode-se seguir a opinião provável, ainda que não seja a mais segura, não sendo necessário buscar a opinião do príncipe, porque se o homem é capaz de interpretar a lei natural, com maior razão é capaz de interpretar as circunstâncias que permitiram dizer se acaba ou não a obrigação.

Retornemos a ideia de “tensão”. Considerando os maquiavelistas e os antimachiavelistas, havia uma “tensão” entre moral e imoral. Nessa “tensão” e com a possibilidade de interpretação, Rodrigo de Arriaga na *Disputación* 26 afirma que ao falar que a lei necessita ser interpretada significa que ela deve ser explicada, às vezes interpretando-a pela opinião quando há acordo. Se não há acordo, faz-se necessários três sentidos de interpretação: as palavras da lei, a mente do legislador (arbítrio), e a razão da lei (ARRIAGA, Disp. 26, sec. 1, n. 1-2/ 2012, p. 191-192). Segundo Arriaga, não existe razão para que um desses princípios seja melhor que o outro, se não a vontade do legislador.

Outro ponto importante de Arriaga se faz presente na *Disputación* seguinte (27), em que se aborda a interpretação da lei por restrição e *epiqueya*. De acordo com o autor, devido às circunstâncias a razão universal da lei cessa, fazendo com que a lei outrora justa, em determinado caso, sob determinadas circunstâncias, fosse injusta. Ou ainda, porque o legislador derroga a lei. Nesses casos a lei deve ser restringida. A *epiqueya* permite ao homem libertar-se da “letra” da lei pelo “espírito” (equidade). Quando

---

<sup>13</sup> Segundo Rafael Ruiz, “Tanto para Martel Paredes quanto Théodore Pinckaers afirmam que o Probabilismo surgiu na teologia como um comentário de Bartolomé de Medina, escrito por volta de 1580, feito sobre uma passagem da *Summa Theologiae*, de Tomás de Aquino, na qual dizia que lhe parecia permitido seguir uma opinião provável mesmo que houvesse outra mais provável. Esse comentário irrompeu de tal forma que dividiu a Igreja católica e ocasionou uma crise moral no seio da mesma durante os séculos XVII e XVIII.” (2012, p. 15).

Arriaga se pergunta se acabar a razão da lei universal é suficiente para a *epiqueya*, ele defende que se falta a razão da lei, falta a lei e sua obrigação (ARRIAGA, Vol. IV, Disp. 27, sec. 5, n. 27/2012, pp. 231-236).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão de Campo é que o *Tratado sobre las leyes* de Rodrigo de Arriaga trata-se de um maquiavelismo regrado, no qual é maquiavélico, porém com suficiente cobertura jurídica. Segundo o autor, devido os valores da modernidade, havia a necessidade da virtude política, todavia com possibilidade de exceção, ou seja, tratava-se de fazer o que interessava com cobertura jurídica e liberdade de consciência. Uma das hipóteses estabelecidas para a pesquisa é contrária justamente à ideia de Campo, já que pretende revelar como isso fazia parte da cultura jurídica do período muito mais do que de um interesse do Estado com cobertura jurídica. Por fazer parte dessa cultura jurídica advinda de uma longa tradição é que a lei poderia mudar, ser interpretada, ou nem ser seguida. Nessa linha de argumento, a Teologia católica possuía esses valores, que por sua vez estavam na sociedade da Primeira Modernidade e influenciavam diretamente na justiça e na concepção de justo.

Existe todo um debate historiográfico para discutir se a justiça desse período se tratava de uma justiça dos juízes ou de uma justiça de leis. Esse debate dialoga diretamente com a questão da interpretação, afinal, dizer que a lei era interpretada em relação à justiça dos juízes é diferente de dizer que ela era interpretada em decorrência das normas. Segundo Rafael D. García Pérez, ao estudar a interpretação e determinação do direito em Armendáriz (1614), contemporâneo de Arriaga, afirma que o correto é falar sobre justiça de leis, pois ainda que não seja o que entendemos por lei hoje, “El arbitrio reconocido al juez en aquel orden jurídico era una pieza más al servicio del reinado efectivo del derecho y de la ley en la administración de justicia” (PÉREZ, 2011, p. 93). Entretanto, parece-nos que a ideia de Carlos Garriga e Marta Lorente de que era uma justiça de homens e não de leis, na qual a pessoa do juiz, sua capacidade de interpretação e não a lei em si mesma era considerada (GARRIGA; LORENTE, 2007, p. 276), faz

mais sentido. Assim, a ideia de centralização pelas leis reais, juntas e conselhos pode ser criticada, já que não leva em consideração o arbítrio do juiz.

Ao que tudo indica a noção de equidade (*epikeia*) é fundamental para a questão jurídica, pois está presente em Arriaga e em Armendáriz, assim como em Francisco Suárez. A equidade foi uma noção fundamental para a “hermenêutica jurídica” retomada com a Escolástica. Segundo Alejandro G. Vigo, essa noção configura um campo de competência próprio do juiz, necessária para a aplicação da lei. “La teoría suareciana de la equidad, [...] debería ser una concepción de conjunto relativa a las tareas propias de la hermenéutica jurídica” (2011, p. 50).

Portanto, a partir do que até aqui apresentamos, ficam as seguintes questões:

- Para efetuar a justiça, nesse contexto histórico do mundo ibérico, o juiz seguia a própria consciência e, devido a isso, poderia inclusive não aplicar a lei, até que ponto isso faz parte da interpretação proposta pelo teólogo estudado?

- Considerando o probabilismo jurídico moral como uma categoria de juízes e teólogos da Primeira Modernidade que, na diversidade dos prováveis poderiam optar por aquele que em consciência fosse mais justo, Arriaga compõe essa categoria?

- A partir do que Rodrigo de Arriaga propõe para que as leis sejam interpretadas, podemos considera-lo prudencialista, enquanto aquele que propõe seguir a prudência para encontrar o justo na realidade e não no que é meramente deduzido da lei?

- No contexto histórico apresentado, como se deu a tensão entre as leis e as diferentes opiniões?

- A lei natural estaria em uma hierarquia superior e limitadora, já que Arriaga diz que independente da vontade livre do legislador a lei natural obriga a seguir os princípios da ordem estabelecida?

- O teólogo fala sobre a vontade do legislador, tal vontade pode ser entendida no que a bibliografia da história da justiça denomina de arbítrio judicial?

- Ao que nos parece até o presente momento, a *epiqueya* é uma das chaves para a interpretação proposta pelo jesuíta, que de acordo com ele

liberta o homem da letra da lei pelo espírito. Com isso, fica-nos a questão das virtudes e da justiça, virtudes essas providas da cultura moral católica.

Essas são as questões primárias que pretendemos responder, junto às que surgirão ao decorrer da pesquisa. Tais questões são de grande potencial, pois nos permitem continuar construindo, junto a uma historiografia mais recente, a história da justiça na Primeira Modernidade no mundo ibero-americano.

## REFERÊNCIAS

- ALCOBA, Manuel Luna. *El problema del continuo en la Escolástica española: Rodrigo de Arriaga (1592-1667)*. Fragmentos de Filosofía, 4, 1994, pp. 137-149.
- ANZOÁTEGUI, Victor Tau. *Casuismo y sistema. Indagación histórica sobre el espíritu del Derecho indiano*. Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, Buenos Aires, 1992.
- BACIERO, Carlos. *Rodrigo de Arriaga, filósofo metafísico*. Berceo, 132, Logroño, 1997, pp. 169-183.
- CAMPO, Lorenzo Velázquez. *El principio de interpretación de la ley según el tratado sobre las leyes de Rodrigo de Arriaga*. Navarra: EUNSA, 2012.
- CELIS, Leticia Mayer. *Rutas de incertidumbre. Ideas alternativas sobre la génesis de la probabilidad, siglos XVI y XVII*. México, FCE, 2015.
- CERL. *Arriaga, Rodrigo*. Disponível em: <http://thesaurus.cerl.org/record/cnp00965265>. Acesso em 20 de set. de 2018.
- CORONADO, Ángeles Díez. *Elocuencia ciceroniana en la Praga barroca: El De Oratore de Rodrigo de Arriaga (1637)* Anuario de Estudios Filológicos, ISSN 0210-8178, vol. XXXII, pp. 75-89.
- GARRIGA, Carlos; LORENTE, Marta. *Cádiz 1812. La Constitución Jurisdiccional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

- GROSSI, Paolo. *A ordem jurídica medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HESPANHA, António Manuel. “As estruturas políticas em Portugal na época moderna”. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.
- KOSELLECK, Reinhard. *Uma história dos conceitos: problema teóricos e práticos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão Wilma Patricia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César Benjamin. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEZAUN, Ángel Olmos. *Apuntes sobre un filósofo riojano. Rodrigo de Arriaga, S. J.* Berceo, ISSN 0210-8550, Nº 106-107, 1984, pp. 129-141.
- MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*. Silvana Garcia (trad.). 1. Ed. 2. reimp. São Paulo: Edusp, 2009.
- MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia, Tomo I (A-D)*. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- MORSE, Richard. *O espelho de Próspero: cultura e idéias nas Américas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- OLLERO, A. *Tiene razón el derecho?* Madrid: Publicaciones del Congreso de los Diputados, 1996.
- PÉREZ, Rafael D. García. *¿Justicia de jueces? Interpretación y determinación del derecho según las adiciones de Armendáriz*. In: CRUZ, Juan Cruz (Ed.). *La justicia y los juicios en el pensamiento del siglo de oro*. Navarra: EUNSA, 2011, pp. 81-93.
- POCOCK, John. “O Estado da Arte”. In: Sérgio Miceli (Org.). *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PRODI, Paolo. *Uma história da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- RUIZ, Rafael. *Alienação e Intolerância: um diagnóstico sobre os tempos modernos*. São Paulo: cultor de livros, 2018.
- RUIZ, Rafael. *Entre a norma e a praxe: o papel da consciência do juiz na América espanhola do século XVII*. Comunicação: colóquio tradição e modernidade, 2010.
- RUIZ, Rafael. *Formação da consciência do juiz no Vice-Reinado do Peru*. rev. hist. (São Paulo), n. 171, jul-dez., 2014, pp. 317-350. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89016>.
- RUIZ, Rafael. *Hermenêutica e justiça na América do século XVII*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.
- RUIZ, Rafael. *O espelho da América: de Thomas More a Jorge Luis Borges*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- RUIZ, Rafael. *O sal da consciência: probabilismo e justiça no mundo ibérico*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúcio” (Ramon Llull), 2015.
- RUIZ, Rafael. *Probabilismo e Teologia moral na prática judiciária na América espanhola do século XVII*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, Vol. 4, n. 8, dez. 2012.
- SCHMITI, Carl. *Teologia Política*. Belo Horizonte: DelRey, 2006.
- VALLEJO, Jesús. *Acerca del fruto del árbol de los jueces. Escenarios de la justicia en la cultura del ius commune*. AFDUAM 2, 1998, pp. 19-46.
- VIGO, Alejandro G. *Interpretación y aplicación de la ley según Francisco Suárez*. In: CRUZ, Juan Cruz (Ed.). *La justicia y los juicios en el pensamiento del siglo de oro*. Navarra: EUNSA, 2011, pp. 33-50.

## FONTE

- ARRIAGA, Rodrigo de. *Tratado sobre las leyes*. In: CAMPO, Lorenzo Velázquez. *El principio de interpretación de la ley según el tratado sobre las leyes de Rodrigo de Arriaga*. Navarra: EUNSA, 2012, pp. 63-268.

# INDO ALÉM DAS EVIDÊNCIAS: DOIS CASOS DE INFERÊNCIA HISTÓRICA INJUSTIFICADA

*Júlio Matzenbacher Zampietro<sup>1</sup>*

**RESUMO:** É recorrente a ideia de que o estudo da Antiguidade Tardia é atrapalhado pela ausência de evidências. Entretanto, esta ideia via de regra não é aprofundada ou ilustrada. O presente trabalho tem como objetivo demonstrá-la a partir de dois casos específicos, em que a ausência de evidências levou a generalizações indevidas em obras historiográficas. O primeiro se relaciona à Praga de Justiniano (541 – 750 EC), e o segundo a instituições cristãs de caridade, tema da iniciação científica do autor. Um segundo objetivo é a sugestão de metodologias que vão na direção de remediar o problema, e que podem ser aplicadas ao estudo de outros momentos históricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Metodologia. Teoria. Antiguidade.

## I. INTRODUÇÃO

É lugar-comum que o estudo de Antiguidade é atravancado pela escassez de evidências, em particular em períodos que não os séculos I e II da Era Comum. No entanto, é raro que obras historiográficas mais acessíveis, e mesmo obras de divulgação, sejam capazes de demonstrar até que ponto historiadores destes períodos chegam a se utilizar de poucas evidências para realizar suas generalizações. O objetivo do presente trabalho é ilustrar esta questão a partir de dois casos relativo ao estudo de Antiguidade Tardia. O primeiro se relaciona à Praga de Justiniano, que atingiu os territórios do antigo Império Romano de 541 a 750 da Era Comum; o segundo se relaciona a instituições filantrópicas cristãs, tema de minha Iniciação Científica.

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari (FAPESP). E-mail: juliomzampietro@hotmail.com

## II. PRAGA DE JUSTINIANO

A Praga de Justiniano foi a primeira aparição histórica da bactéria *Y. pestis*, mesmo agente causador da Peste Negra do século XIV, e ocorreu entre 541 e 750 da Era Comum. Ela se originou no Oriente, provavelmente chegando ao Império Bizantino por rotas comerciais no Mar Vermelho, (WAGNER, et al, 2014, p. 323; SUSSMAN, 2015, pp. 326, 346) e se espalhou por todo o Império em poucos anos, ressurgindo de forma recorrente em suas cidades. No presente trabalho serão abordados evidências e argumentos quanto à mortalidade desta praga, em particular os contidos na obra de Kyle Harper que possui seções dedicadas ao tema (HARPER, 2017).

De acordo com Harper, a Praga de Justiniano teria causado uma mortalidade semelhante à da Peste Negra, de algo em torno de 50-60% da população atingida (HARPER, 2017, p. 234). Para defender seu ponto, o autor utiliza três linhas argumentativas. A primeira composta de duas fontes escritas em particular; a segunda com relatórios arqueológicos; e a terceira relacionada à biologia da bactéria *Y. pestis*, causadora da Praga de Justiniano e também da posterior Peste Negra. Trataremos de modo breve de cada uma na mesma ordem que Harper.

Há duas principais fontes escritas para a mortalidade da Praga de Justiniano, em particular quanto à sua primeira aparição na década de 540 da Era Comum. São elas as *Guerras* de Procópio de Cesareia e escritos de João do Éfeso preservados em um documento do século VIII, a *Zuqnin Chronicle*. Na obra de Procópio, o autor afirma que a Praga teria chegado a matar 10.000 pessoas por dia em Constantinopla, e não fornece um número total quanto à mortalidade (PROCÓPIO, 2.22-23). Já João do Éfeso fala algo semelhante quanto à mortalidade diária e afirma que parou-se de contar os mortos quando atingiu-se a soma de 230.000 pessoas, estimando ao final que algo em torno de 300.000 teriam morrido (*Zuqnin Chronicle*, p. 104). Aliados a uma estimativa populacional para Constantinopla de 500.000 pessoas, estes números fazem Harper concluir que algo em torno de 50-60% da população da cidade teria perecido da primeira onda da Praga. (HARPER, 2017, p. 226)

A segunda linha argumentativa parte principalmente de dois relatórios arqueológicos e de uma varredura geral de enterros em massa, publicados por Michael McCormick em 2015. A varredura geral encontra resultados significativos, com um grande aumento no número de sepultamentos em massa nos séculos VI e VII (McCORMICK, 2015, p. 356). Já os dois relatórios estudam dois destes casos, um na vila de Aschheim e outro na vila de Altenerding, na atual Alemanha. Sobre a segunda pouco pode ser dito, e seu ponto mais importante é que foram encontradas amostras de DNA de *Y. pestis* em alguns dos corpos (WIECHMANN & GRUPE, 2005; HARBECK, et al, 2013). Sobre a primeira, além de amostras da bactéria, calculou-se que no período algo como 35%-53% da população teria perecido, (McCORMICK, 2015, pp. 354-355) número que Harper toma como verossímil para a mortalidade da Praga.

A terceira linha parte de estudos genéticos da bactéria, e é menos aprofundada que as demais. Harper toca em alguns pontos específicos sobre o código genético da bactéria, mas em geral presume que por se tratar da mesma espécie causadora da Peste Negra do século XIV seus efeitos no século VI teriam sido semelhantes (HARPER, 2017, pp. 221-224). A partir disso, Harper conclui que “fundamentalmente tudo que sabemos sobre a Praga de Justiniano é consistente com a conclusão de que sua mortalidade levou metade da população [atingida]” (HARPER, 2017, p. 234). Passaremos agora às críticas possíveis a estes argumentos.

Quanto às fontes escritas, o caso de Harper é bastante frágil. Procópio não nos fornece nenhum número total quanto à mortalidade da Praga, mas é notável que fornece estes números em outros eventos de grande mortalidade. Quando um terremoto atinge Antioquia, por exemplo, ele afirma que 300.000 de seus habitantes morreram, (PROCÓPIO, 2.14) um número absurdo se considerarmos as estimativas para a população da cidade e o fato de que ela já havia sido atingida por diversas outras calamidades em décadas anteriores (CAMERON, 2012, p. 157). Além disso, fala que as conquistas militares de Justiniano deixaram a Líbia e a Itália quase desprovidas de habitantes (PROCÓPIO, 18.5-13). Neste sentido, o texto de Procópio se encaixa perfeitamente numa tradição literária que tende a exagerar seus números.

Algo semelhante pode ser visto com João do Éfeso. Apesar de nos fornecer a estimativa de 300.000 mortos na primeira aparição da Praga, não fica claro como este número foi atingido: João fala em pessoas contando corpos em encruzilhadas, portos, e portões, mas não fica claro se foi aplicado algum mecanismo para que grupos de corpos não fossem contados mais de uma vez. Além disso, é notável que Harper não nos fornece referências para sua estimativa populacional de Constantinopla, colocada em 500.000 pessoas no século VI. Se considerarmos uma população de 400.000 pessoas em Constantinopla nesta época, uma estimativa mais recorrente na literatura especializada, (WHITTOW, 1996, p. 56) algo em torno de 75% das pessoas teria perecido nesta primeira onda da Praga. O fato de Harper preferir uma estimativa maior, sem justificativa aparente, se torna suspeito quando levamos em conta que este número, aliado à estimativa de João do Éfeso, se encaixa perfeitamente em estimativas para a mortalidade da Peste Negra.

Por fim, é notável que Harper acredita que 300.000 mortos é um número plausível para a primeira aparição da Praga, e acredita também em uma fonte que fala que em outra aparição da praga no século VI 380.000 pessoas teriam morrido (HARPER, 2017, p. 238). Mas quando uma terceira fonte fala de 400.000 mortos em outra aparição ainda no século VI, Harper se torna cético (HARPER, 2017, p. 237). Não fica claro qual o critério escolhido para a plausibilidade destas cifras, que não um paralelo com a Peste Negra do século XIV.

Quanto às evidências arqueológicas, o caso de Harper também é obscuro. Ele desconsidera, por exemplo, que os séculos VI e VII são marcados respectivamente pelos esforços de reconquista de Justiniano e pelas invasões Árabes em regiões do antigo Império Romano, que certamente fizeram aumentar o número de sepultamentos em massa da época. Além disso, é notável como nesta lista de sepultamentos em massa nenhum é encontrado na região de Constantinopla, onde se concentram as evidências escritas sobre a Praga (McCORMICK, 2015).

Quanto aos relatórios das vilas alemãs, o de Altenerding pouco nos permite concluir, que não o fato de que a Praga chegou a esta região no século VI. O de Aschheim é mais promissor, e a partir dele foi possível

chegar a uma estimativa razoável de mortalidade. No momento, parece que não há críticas possíveis quanto aos relatórios, e esta nos parece ser a mais concreta evidência para se afirmar que a Praga de Justiniano teve uma mortalidade semelhante à da Peste Negra.

Isto porque o paralelo traçado por Harper entre ambas em diversos momentos pode ser enganoso, o que pode ser demonstrado por três pontos. O primeiro é que a bactéria em questão, *Y. pestis*, pode receber a mesma nomenclatura em ambos os casos, mas nota-se que tanto a cepa causadora da Praga de Justiniano quanto a causadora da Peste Negra chegaram à Europa vindas da Ásia. Deste modo, fica claro que a doença medieval não surgiu de mutações do agente da doença antiga. Na verdade, a cepa causadora da Praga de Justiniano se extinguiu de populações humanas no século VIII, quando esta Praga se mostrou ativa uma última vez (WAGNER, et al, 2014, pp. 322-323).

O segundo ponto é que esta cepa medieval eventualmente retornou ao seu continente de origem, e é a mesma que causou a Terceira Pandemia na China e na Índia ao final do século XIX. Isto nos dá informações valiosas, visto que a Terceira Pandemia possuiu uma velocidade de propagação muito menor do que aquela encontrada na cepa medieval, mesmo se considerarmos meios modernos de propagação como estradas de ferro (SALLARES, 2007, p. 281). Um terceiro ponto é que o próprio Harper aponta para o fato de que não há sinal de transmissão da peste pneumônica, o tipo mais mortal e de maior velocidade de propagação, nas evidências escritas sobre a Praga de Justiniano, o que também indica possíveis mudanças quando à ação da bactéria (HARPER, 2017, p. 224).

Concluimos que se mudanças tão drásticas podem ser observadas em epidemias causadas pela mesma cepa, como é o caso daquela causadora da Peste Negra e da Terceira Pandemia, e se podemos observar comportamentos diferentes entre a cepa medieval e a cepa antiga, o paralelo traçado por Harper entre ambas é, no mínimo, inadequado como base para sua defesa de uma grande mortalidade. Simplesmente não há evidências o suficiente para se chegar a qualquer conclusão neste sentido, o que demonstra nosso ponto inicial: Harper é um exemplo de historiador que, por conta da falta de evidências, teve de confiar em um paralelo fraco

para estabelecer seu argumento. Isto fez com que sua tese quanto ao tema se tornasse fraca, mesmo insustentável. Passaremos agora ao segundo estudo de caso, que trata de instituições de caridade cristãs a partir de dois autores.

### III. INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS CRISTÃS

As instituições de caridade cristãs surgiram e já se tornaram comuns no imaginário de nossas fontes ao longo do século IV da Era Comum, e estavam relacionadas a práticas filantrópicas de monges, bispos, e mesmo de imperadores (CONSTANTELOS, 1968; MILLER, 1997; FERNGREN, 2009). Elas serviam diversas funções, como casas para o abrigo de pobres e viajantes, casas para cuidado de doentes, casas para órfãos, viúvas, e idosos, mas aqui serão enfatizadas instituições dos séculos IV a VI que tinham como principal objetivo o cuidado de doentes, e em particular as que podiam contar com a presença de médicos, sob o ponto de vista de suas práticas tanto de caridade quanto de cura. A instituição mais importante do período em questão é um complexo de instituições criado por Basílio de Cesareia na segunda metade do século IV, e que serve de baliza para os argumentos abaixo. Sobre o tema, dois autores serão abordados, sendo que o ponto que os une é o argumento de que estas instituições de caridade tinham acesso ao melhor tipo de medicina disponível à época. Argumentaremos no sentido de demonstrar a insustentabilidade deste ponto.

Timothy Miller publicou sua obra *The Birth of the Hospital in the Byzantine Empire* originalmente em 1985, com uma segunda edição sendo publicada posteriormente em 1997, e que inclui uma introdução de 30 páginas rebatendo críticas à obra original. Em ambas as versões, no entanto, se mantém o argumento de que a melhor medicina disponível à época era praticada em hospitais cristãos (MILLER, 1997, pp. xxv-xxvi). Além disso, a partir do fato de que quando o complexo de Basílio é descrito não é mencionado um pioneirismo na presença de médicos, Miller presume que este tipo de instituição com presença de médicos era comum à época (MILLER, 1997, pp. 85-86). Miller baseia seu ponto principalmente em

um hospital do século XI, conscientemente buscando precursores deste hospital em períodos anteriores, de modo a usar fontes escritas que voltam até o século IV. Não é usada qualquer evidência arqueológica neste estudo.

O segundo autor a ser abordado aqui é Andrew Crislip, que possui uma obra publicado em 2005 sobre monastérios e as origens dos hospitais cristãos. Seu principal argumento é de que o complexo de instituições de caridade criado por Basílio de Cesareia no século IV teria originado a organização de hospitais cristãos como vista posteriormente (CRISLIP, 2005, p. 35). Para isso, se baseia principalmente em evidências escritas que afirmam que médicos trabalhavam neste complexo, além de outras evidências escritas que deixam claro que Basílio conhecia a teoria dos humores de Hipócrates como adaptada por Galeno, a ponta de lança da medicina da época. Arqueologia é pouco usada, e Crislip se apoia principalmente em dois relatos de monges sendo tratados por médicos, sendo que ambos passaram por cirurgias, uma se referindo ao século V (PALÁDIO, 24.2-3) e outra ao VII (CASSIODORO, 31.1-2).

Ambas as análises possuem problemas sérios. Miller, por exemplo, trabalha explicitamente de maneira teleológica quando busca no passado características do hospital cristão do século XI, mais bem documentado que os demais (MILLER, 1997, p. 13). Além disso, seu argumento de que a melhor medicina da época se encontrava disponível a todas as instituições de caridade é baseado em apenas um documento, referente a um monastério na Gália, (CASSIODORO, 31.1-2) e Miller ainda presume diretamente que quando uma fonte deixa de mencionar o tratamento de doentes em instituições cristãs é porque seu autor esqueceu de mencionar este tratamento (MILLER, 1997, p. 76). Miller presume também que hospitais cristãos seriam uma adição às tradições de medicina que vinham desde a Grécia Clássica, vendo linearidade no processo (MILLER, 1997, p. 37).

Já a análise de Crislip também possui problemas. Em primeiro lugar, quanto às duas evidências escritas que mencionam cirurgias sendo aplicadas em monges, não fica claro que estas cirurgias foram feitas por pessoas que trabalhavam em instituições de caridade, e parece igualmente, se não mais, plausível que tenham sido médicos externos chamados em

um momento de emergência. Além disso, nota-se que em ambos os casos a pessoa tratada era um monge, o que não serve para apoiar a ideia de que este tipo de medicina se encontrava disponível para pessoas de fora dos mosteiros, algo central para a definição do autor de hospital no contexto da Antiguidade Tardia (CRISLIP, 2005, pp. 101-102).

Um segundo ponto é que o caso para a melhor medicina estar disponível no complexo de Basílio é fraco, pois não há evidência direta que comprove esta afirmação. Há apenas uma evidência de tratamento médico na instituição de Basílio, (GREGÓRIO DE NAZIANZO, §63, 81) outra que afirma que ele conhecia medicina hipocrática, (BASÍLIO DE CESAREIA, 55) e a presunção de que conhecendo esta medicina ele não escolheria médicos que não a seguissem para trabalhar em seu complexo (CRISLIP, 2005, p. 35). O autor ainda presume que instituições com intuito de cuidar de doentes necessariamente possuiriam médicos trabalhando nelas após este período, inspirando-se no complexo de Basílio (CRISLIP, 2005, pp. 102-103). Esta ideia não encontra sustentação nas fontes disponíveis.

A partir de um levantamento de fontes escritas e arqueológicas sobre o tema, foi possível chegar a resultados mais concretos, ou ao menos mais defensáveis, do que aqueles apresentados até o momento. Quanto às evidências arqueológicas, estas são poucas: na verdade, só tivemos acesso a um relatório arqueológico que falasse explicitamente de mosteiros que poderiam ter ligação com instituições de caridade. Esta escavação se refere ao mosteiro de Apa Jeremias, de aproximadamente 470 da Era Comum, em cujas paredes pode-se encontrar inscrições relacionadas ao tratamento de doentes (QUIBELL, 1909). No entanto, um estudo rápido destas inscrições logo deixa claro que a medicina praticada neste mosteiro era totalmente pragmática, com o uso de ervas e remédios específicos para enfermidades específicas, sem que qualquer teoria mais elaborada de humores seja mencionada. Além disso, são mencionados apenas remédios a serem aplicados em feridas, e nenhum tipo de cirurgia (QUIBELL, 1909, p. 57).

Já com relação às fontes escritas, o levantamento feito nos permitiu chegar a um estudo quantitativo um pouco mais sério, de modo a

basearmos nossas afirmações em proporções reais encontradas nas fontes. A partir deste levantamento, chegamos à tabela abaixo.

**Tabela 1.** Dados quantitativos obtidos a partir das evidências escritas

|              | <b>Menções a hospitais</b> | <b>Menções a médicos</b> | <b>Total (%)</b> |
|--------------|----------------------------|--------------------------|------------------|
| Século IV    | 11                         | 2                        | 18,2%            |
| Século V     | 6                          | 2                        | 33,3%            |
| Século VI    | 33                         | 1                        | 3,0%             |
| <b>Total</b> | <b>50</b>                  | <b>5</b>                 | <b>10%</b>       |

Como pode-se observar, há poucas evidências que mencionem hospitais, em particular do século V, e logo fica claro que a proporção de instituições sobre as quais afirma-se serem medicalizadas é muito pequena em comparação ao total. Pouco menos de 10% de todas as instituições parece poder ter contado com a presença de médicos. Isto, aliado ao fato de que nenhuma fonte nos dá certeza quanto ao tipo de medicina praticada nestas instituições, nos faz concluir que as generalizações de Miller e Crislip não se sustentam.

#### IV. CONCLUSÃO

A conclusão obtida, como dissemos de início, é que generalizações indevidas são muito comuns quando se estuda o período da Antiguidade Tardia. Enfatizamos que as obras abordadas aqui não cometem estes erros em toda a sua extensão: estes foram exemplos escolhidos de forma proposital para ilustrar nosso ponto inicial. Além disso, estes exemplos não são representativos da maioria da historiografia de qualidade da área, e não

tivemos por objetivo descreditar todo o estudo da Antiguidade Tardia. Por outro lado, é importante ressaltar que estas são interpretações influentes em seus respectivos debates, e foram publicadas por editoras de qualidade. Conclui-se que não é impossível escrever a história da Antiguidade, mas que a falta de evidências nos exige uma cautela que alguns historiadores, mesmo os mais renomados, têm ocasionalmente deixado de lado.

Dois pontos finais devem ser ressaltados, lições a serem retiradas dos exemplos analisados. O primeiro é que a quantificação simples ajuda a demonstrar o quão fraca é uma generalização, pois mesmo sendo o número de evidências pequeno ainda é possível cometer erros como os descritos acima. Isto pôde ser observado em ambos os casos tratados, e em particular nos de Harper e Crislip. Harper generaliza a partir de uma única fonte realmente confiável, o relatório de Aschheim, e Crislip generaliza a partir do complexo de Basílio.

Um segundo ponto é que o estudo de Antiguidade, assim como o de qualquer período, requer o uso de metodologias rigorosas, para que os erros abordados aqui não sejam cometidos. Isto inclui não apenas metodologias para que o historiador possa presumir coisas com segurança, mas também uso calculado de interdisciplinaridade, no sentido de que é necessário um aprofundamento maior na área disciplinar de apoio antes que ela possa ser usada de modo efetivo.

## REFERÊNCIAS

### A) FONTES PRIMÁRIAS

BASÍLIO DE CESAREIA. 'The Long Rules', in: *The Fathers of the Church*. A new translation. Volume 9. Trans. Monica Wagner. Washington: The Catholic University of America Press, 1962, pp. 223-338.

CASSIODORUS. *Institutiones*. Translated by James W. and Barbara Halporn. Encontrado em <http://faculty.georgetown.edu/jod/inst-trans.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

*The Chronicle of Zuqnin*, parts III and IV, A.D. 488-775. Trad. Amir Harrak. Toronto: Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 1999.

GREGÓRIO DE NAZIANZO. ‘Funeral Oration on the Great S. Basil, Bishop of Caesarea in Cappadocia’, in: *Nicene and Post-Nicene Fathers of the Christian Church*. Volume VII. Transl. by Edwin Hamilton Gifford. Edinburgh: T & T Clark, 1893, pp. 395-422.

PALÁDIO. *The Lausiac History*. Transl. by W. K. Lowther Clarke. London: The Macmillan Company, 1918.

PROCÓPIO DE CESAREIA. *History of the Wars*. Trad. H. B. Dewing. London: William Heinemann, 1914. (The Loeb Classical Library)

## B) FONTES SECUNDÁRIAS

CAMERON, Averil. *The Mediterranean World in Late Antiquity*. Second Edition. London and New York: Routledge, 2012 [1993].

CONSTANTELOS, Demetrios J. *Byzantine Philanthropy and Social Welfare*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1968.

CRISLIP, Andrew. *From Monastery to Hospital*. Christian Monasticism & the Transformation of Health Care in Late Antiquity. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005.

FERNGREN, Gary. *Medicine & Health Care in Early Christianity*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

HARBECK, et al. ‘*Yersinia pestis* DNA from Skeletal Remains from the 6th Century AD Reveals Insights into Justinianic Plague’, in: *PLoS Pathog* 9: e1003349, 2013.

HARPER, Kyle. *The Fate of Rome*. Princeton: Princeton University Press, 2017.

MCCORMICK, Michael. ‘Tracking mass death during the fall of Rome’s empire (I)’, in: *Journal of Roman Archaeology*, vol. 28, 2015, pp. 325-357.

- MILLER, Timothy S. *The Birth of the Hospital in the Byzantine Empire*. London: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- QUIBELL, J. E. *Excavations at Saqqara, 1907-1908*. Cairo: Imprimerie de L'Institut Français d'Archéologie Orientale, 1909.
- SALLARES, Robert. 'Ecology, Evolution, and Epidemiology of Plague', in: LITTLE, Lester (ed.) *Plague and the End of Antiquity*. The Pandemic of 541-750. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, pp. 231-289.
- SUSSMAN, George D. 'Scientists Doing History: Central Africa and the Origins of the First Plague Pandemic,' in: *Journal of World History*, vol. 26, no. 2. University of Hawaii Press, 2015, pp. 325-354.
- WAGNER et al. 'Yersinia pestis and the Plague of Justinian 541-543 AD: a genomic analysis', in: *Lancet Infectious Diseases*, 2014, pp. 319-26.
- WHITTOW, Mark. *The Making of Byzantium, 600-1025*. Berkeley, CA: University of California Press, 1996.
- WIECHMANN, I.; GRUPE, G. 'Detection of Yersinia pestis DNA in Two Early Medieval Skeletal Finds From Aschheim (Upper Bavaria, 6th Century AD)', in: *American Journal of Physical Anthropology*, vol. 126. Wiley-Liss, 2005, pp. 48-55.

# SOBERANIAS NEGOCIADAS: PAZ INQUIETA E PROTETORADO FRANCÊS NOS “ESTADOS DE SAMORY” (1885-1891)

*Rafael Antônio Nascimento Cruz<sup>1</sup>*

A presente comunicação é parte da pesquisa de iniciação científica intitulada “Samory Touré e a resistência à dominação francesa na África do Oeste (1882-1898)”, desenvolvida com financiamento da FAPESP. Nela, o objetivo principal era o de contribuir para aprofundar o entendimento da natureza e dos sentidos da resistência promovida pelo dirigente Samory Touré. Este soberano não deixou registros de próprio punho, de modo que um recurso importante para perscrutar suas ações é uma análise a contrapelo dos registros elaborados por pessoas que com ele interagiram. Assim, nesta breve comunicação iremos discutir um momento dentro do período de negociação e paz que vai de 1885 a 1891: as negociações e a assinatura do tratado de Kéniéba-Koura, em 1886.

A estrutura política dirigida por Samory Touré se insere em um amplo processo de transformações pelo qual passava a África do Oeste ao longo do século XIX. A região era fortemente perpassada, neste momento, por movimentos de reordenação política e econômica (COQUERY-VIDROVITCH, 2009, p. 67). No caso particular aqui tratado, a referida estrutura política era um elemento novo no cenário político, tendo se originado do que o historiador Yves Person (1970) denominou “revolução diúla”: processo de centralização promovido pela ação de grupos comerciantes diúlas<sup>2</sup> e marcado pela ascensão de grupos muçulmanos ao poder e pelo consequente alijamento das velhas chefias linhageiras

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. E-mail: rafael.antonio.cruz@usp.br.

<sup>2</sup> Grupo mandinga do sul da África do Oeste e que dinamizavam as rotas comerciais, transportando produtos entre as florestas tropicais dos rios do sul, a faixa saheliana até ao norte do deserto do Saara (MOREAU, 2015, p. 37).

animistas em suas pequenas estruturas políticas, que predominavam até então em um ambiente político marcado pela fragmentariedade. Samory passou a liderar esse processo de centralização na década de 1860, período a partir do qual teve início uma expansão territorial com forte caráter militarista e chegou a alcançar a extensão territorial de 400.000 km<sup>2</sup> — o que motivou a qualificação desta estrutura como um Império por Thierno Bah (M'BOKOLO, 2011, p. 87-90). A expansão era promovida rumo ao norte e avançou conquistando as sociedades que viviam às margens do rio Níger. E é justamente o controle dos territórios banhados pelo Níger, bem como o de suas gentes, que ocasionou o início do conflito com os interesses do expansionismo imperialista francês.

Os franceses penetraram nos interiores da África do Oeste com o objetivo de assegurar o acesso e o controle dos grandes rios da região: o Senegal e o Níger. Por isso, o grande problema que se colocou para os colonialistas foi a oposição dos dirigentes políticos locais, dentre os quais se encontra Samory, que controlava então importantes porções das nascentes do rio Níger (D'ANDURAIN, 2012, p. 86). Desse modo, entre os anos de 1882 e 1885, os colonialistas franceses e as forças samorianas entabularam um conflito armado aberto, o que era motivado sobretudo pela concorrência pelo Níger e que se concretizou na disputa pela cidade de Bamako — que foi conquistada pelos franceses em 1883, após batalhas travadas com samorianos às portas da cidade (D'ANDURAIN, 2012, p. 81-82). Em 1886, observamos um ponto de inflexão nas relações franco-samorianas e passa-se de um conflito armado aberto para um processo de negociação de paz. Esse movimento foi, em grande medida, impulsionado pelos impactos das relações de ambas as partes com outros atores políticos locais: os franceses foram abalados pela revolta liderada pelo marabu<sup>3</sup> Mamadou Lamine, nas margens do rio Senegal, enquanto que Samory se preparava para uma guerra com o reino do KénéDougou, com o qual divisava a leste. Desse modo, era um ponto de confluência o fim das batalhas nas margens do Níger.

---

<sup>3</sup> Sábio religioso muçulmano e, muitas vezes, também uma liderança da comunidade muçulmana local. É uma figura bastante comum nas regiões oeste e norte africanas.

O fruto dessas negociações foi a assinatura do *Tratado de 5 de fevereiro e 28 de março*, conhecido como tratado de Kéniéba-Koura, cidade onde foi firmado. O texto inicialmente acordado em fevereiro pelos representantes franceses e os delegados samorianos, chefiados pelo griô Oumar Diali Kouyaté, não agradou ao soberano, de modo que a solução proposta foi a adição de Cláusulas executórias anexas ao tratado, estabelecidas em março. Os pontos centrais do Tratado foram o estabelecimento da paz, a delimitação de fronteiras e uma regulamentação das relações comerciais.

O desacordo do soberano com as disposições do tratado encontrava-se logo no primeiro artigo: nele, o Níger era definido como fronteira natural entre as possessões francesas, do lado esquerdo do rio, e as possessões de Samory na margem direita. A margem esquerda tinha relações com Samory e, além disso, eram importantes zonas de produção aurífera. Por isso, Samory assinou o tratado somente após firmar um acordo oral com o emissário francês, o então tenente Étienne Péroz: a realização de um outro documento, complementar, que reordenaria os pontos contenciosos (e daí surgiram as Cláusulas executórias supramencionadas). Desse modo, é evidente que Samory não entendia a assinatura como uma cessão territorial, sobretudo ao se observar que as disposições das Cláusulas executórias estipulam o oposto a respeito das terras da margem esquerda do Níger. Para compreender isso é importante ter em mente que se tratava de modos de pensar as relações políticas e de repertórios distintos em que se oporiam duas mentalidades, tal como pontuou Yves Person (1970, p. 689) quando refletia especificamente sobre os motivos de Samory ter aceitado o tratado como um todo apesar de favorecer os franceses:

(...) uma modelada pelo direito escrito e a outra que, a despeito de um espírito bastante jurídico, permanecia determinada pela oralidade e o empirismo. É certo que a redação minuciosa dos artigos não possuía sentido algum para Samory e que as cláusulas determinadas deveriam, em sua mente, inspirar os atos das partes e não servir como uma lei exata (tradução nossa).

O arranjo final a respeito dos territórios em disputa foi que eles ficariam sob protetorado de Samory, mas com a condição de que ele não os ocupasse militarmente e de que fosse permitido às tropas francesas que se abastecessem na região. As demais disposições não entram em contradições profundas e versam sobre questões políticas envolvendo as fronteiras, a liberdade de relações com entidades políticas terceiras, proibição de tráfego de tropas entre as partes, liberdade de navegação do Níger sem fins hostis e condicionamento da circulação de pessoas entre as margens.

Passado em revista o tratado de Kéniéba-Koura, observa-se que a soberania é algo que permeia o documento. Estes aspectos são corriqueiros nas tratativas entre duas entidades políticas. Contudo, alguns elementos poderiam ser vistos como incongruentes com a soberania, como o arranjo final das Cláusulas executórias em que ambas as partes dispõem de prerrogativas e condições sobre um mesmo território. Por certo a sobreposição de diferentes prerrogativas é incompatível com aquilo que Jane Burbank e Frederick Cooper (2010, p. 183, tradução nossa) definiram como “soberania westfaliana”: “um mundo de estados bem definidos e unitários interagindo com outros estados equivalentes.” A ideia da soberania como correspondente ao controle de um Estado pautado pela dimensão territorial e monolítica é muito limitadora, como alertam os autores, ao se buscar compreender formas de soberanias outras. Isso é importante para se afastar a ideia de soberania como um aspecto exclusivamente europeu. De todo modo, é a partir do estudo empírico das particularidades das situações históricas que a noção de soberania “partilhada, estratificada e sobreposta” pode nos auxiliar (BURBANK; COOPER, 2010, p. 17).

Isabelle Surun entende que o conceito de soberania estratificada (*layered sovereignties*) em muito contribui para a compreensão dos diferentes registros de soberania encontrados no cenário político oeste-africano oitocentista, pois as entidades políticas dessa região eram familiarizadas com formações políticas de configurações diversas, em que os atributos eram partilhados ou divididos, a depender do jogo das associações envolvidas (SURUN, 2012, p. 115). Tomando a noção de soberania

estratificada, a historiadora francesa propõe uma interpretação que ponha ênfase na dimensão interativa dos tratados assinados entre autoridades africanas e as potências europeias no século XIX. Assim, os tratados teriam uma dupla finalidade:

(...) fixar os direitos e os deveres que regravam as relações entre as partes contratantes e estabelecer direitos provisórios no quadro da corrida aos territórios que colocava os europeus uns contra os outros (SURUN, 2012, p. 65, tradução nossa).

O problema apontado por Surun é o de negligenciar o aspecto contratual dos tratados e subordinar a primeira função à segunda (SURUN, 2012, p. 66). Junto ao conceito de “soberania estratificada”, a historiadora explora a ideia de “soberania negociada” para a compreensão dos arranjos que resultaram das negociações e tratativas entre os dirigentes oeste-africanos e os franceses. Não se trata de apagar as assimetrias e o caráter violento do imperialismo europeu no continente africano, mas sim de recuperar a ação da contraparte das autoridades africanas mesmo em situação de poderes desiguais.

Esta breve digressão teórica permite compreender o arranjo final do tratado de Kéniéba-Koura. Nele, os territórios de Samory não são identificados com um nome, demonstrando as dificuldades em nomear uma estrutura política intimamente ligada ao seu dirigente (PERSON, 1968, p. 235). Samory é nomeado com dois títulos: o de *almamy*, antes do nome, e o de “émir *el-mouménin*”, depois do nome. Quando se referem ao seu território, formulam como “os territórios submetidos à autoridade do Almamy Samory.” *A posteriori*, a formulação adotada foi a de “Estados de Samory”, o que foi consagrado pelo oficial Étienne Péroz. Com “Estados” Péroz se referia aos territórios que eram incorporados por Samory à sua estrutura política, uma antiga instituição político-organizacional entre os mandingas: o *kafu*. Conforme nos informa Person (1968, 64, tradução nossa), o *kafu* significa na língua malinquê, literalmente, assembleia e

(...) se define, com efeito, por um território bem delimitado sobre o qual uma linhagem máxima dispõe de prerrogativas políticas. É a submissão de uma pirâmide que cobre um número determinado de aldeias, compostas elas mesmas de famílias estendidas.

Estas entidades eram chefiadas pelo *mansa*, que encimava o conjunto de linhagens ou clãs com origens demarcadas. As reuniões entre as chefias linhageiras e os notáveis das aldeias ocorriam todo ano, no momento das colheitas (entre outubro e novembro), para reger suas disputas na presença do *mansa*. O título de *mansa*, reservado a chefias linhageiras, remonta historicamente ao antigo Império do Mali e, por este motivo, Samory nunca o adotou: apesar de ter se tornado um soberano, era filho de campônio e adotou na juventude o ofício de comerciante de longa distância, momento no qual se aliou a grupos guerreiros e alçou-se na liderança da “revolução diúla”. Ele utilizou os títulos de *faama*, que remete a uma autoridade guerreira, e, depois de 1884, o título de *almamy*, de caráter religioso islâmico aliado ao poder temporal. O outro título que acompanhava o nome de Samory, *émir-el-mouménin*, era uma transliteração francesa do título de “comandante dos crentes” (em língua árabe, *‘amir almu’mynin*) e foi a expressão que deu origem ao título *almamy* na África do Oeste. Dentro de seu território, Samory incorporava os *kafu*, organizando uma entidade política original que costurava elementos novos de sua centralização com antigas instituições, o que se torna possível por meio de poderes de mando que sobrepujam os diferentes estratos.

Desse modo, ao longo do território, o exercício do poder nos “Estados de Samory” era partilhado com diferentes atores e assumia diferentes formas. Por isso, a solução conjunta encontrada durante a negociação entre Péroz e Samory foi a que ficou cristalizada no artigo primeiro das Cláusulas executórias (1886): os territórios sob o protetorado de Samory e sem ocupação militar. Independentemente do percurso que tiveram mais tarde, foi com base nos termos deste Tratado e das revisões de suas Cláusulas executórias que a relação franco-samoriana foi regradada durante o ano de 1887, na fronteira das margens do rio Níger.

Porém, o tratado Kéniéba-Koura não foi ratificado pelo governo francês. Seu conteúdo, sobretudo o que se refere às *Cláusulas executórias*, foi visto como escandaloso pelos grupos de pressão ligados à expansão colonialista (muitas vezes referido na literatura como “partido colonial”) em um momento no qual os resultados da Conferência de Berlim (1884-5) aumentaram o interesse nas atividades militares no continente africano, dissipando a imagem negativa que acompanhava expansão para o interior da África do Oeste pelos militares franceses na primeira metade da década de 1880. E com isso a relação com os “Estados de Samory” adquiriram grande destaque, pois seus territórios estavam localizados entre as possessões francesas e britânicas. Quando o governo britânico soube da assinatura de um tratado envolvendo Samory e os franceses, enviou representações ao governo francês exigindo explicações a respeito da natureza destes acordos. A resposta francesa foi vaga e apenas admitia o entendimento entre as partes. O objetivo era inibir a ação britânica, ao mesmo tempo em que era organizada outra missão com o objetivo de assinar um tratado que favorecia os franceses e que submetesse os “Estados de Samory” ao protetorado francês: tratava-se da Missão do Ouassoulou, chefiada por Étienne Péroz, agora um capitão, que teve lugar entre 1886 e 1887 e culminou com a assinatura de novo tratado, a Conferência de Bissandougou.

Esperamos que a análise destes episódios de negociação possa oferecer um caminho possível para a compreensão da natureza da soberania no caso de Samory: quais seus atributos, em que medida e condições ela pode ser negociada. Em que pesem as assimetrias de poder, a atuação de Samory orientou-se em torno da cessão ou não de parcelas de sua soberania com os franceses, procurando mobilizar os acordos estabelecidos, seguindo suas expectativas. Porém, consideramos que ainda é prematuro afirmar que esta foi a forma preponderante nas ações deste soberano durante todo o período com o qual trabalhamos até agora. Acontece que na disputa por territórios e gentes por parte do expansionismo europeu, o poder não pode ser entendido como uma instância absoluta que restringe o outro apenas a respostas de mera passividade. Ao contrário, o exercício do poder na conjuntura que estudamos apresenta como parte constitutiva

a resistência. Portanto, a transfiguração do espaço e a conformação da situação colonial só podem ser entendidas em toda sua complexidade se levada em conta as ações dos diferentes atores ou grupos nas sociedades africanas — como as do dirigente Samory Touré.

## **FONTES**

CLÁUSULAS EXECUTÓRIAS ANEXAS AO TRATADO DE 5 DE FEVEREIRO-28 DE MARÇO DE 1886 = CLAUSES EXÉCUTOIRES ANNEXES, AU TRAITÉ DU 5 FÉVRIER-28 MARS 1886. In: Recueil de traités de la France publié sous les auspices du Ministère des affaires étrangères par M. Jules de Clerq: 1886-1887, t. 17, Paris, 1891. p. 160-162.

TRATADO DE 5 DE FEVEREIRO-28 DE MARÇO DE 1886 = TRAITÉ DU 5 FÉVRIER-28 MARS 1886. In: Recueil de traités de la France publié sous les auspices du Ministère des affaires étrangères par M. Jules de Clerq: 1886-1887, t. 17, Paris, 1891. p. 340-341.

PÉROZ, Étienne. *Au Soudan français*. Souvenirs de guerre et de mission. Paris: C. Lévy, 1889.

## **REFERÊNCIAS**

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial. In: Cadernos de Campo, No. 3, 1993. SP: FFLCH/USP, p. 103-131.

BURBANK, Jane; COOPER, Frederick. *Empires in world history: power and politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 2010.

COOPER, Frederick. *Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África*. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n.27, p. 21-73, jul. 2008.

COQUERY-VIDROVITCH, Catherine. *Africa and the Africans in the Nineteenth Century: a turbulent history*. Trad.: Mary Baker. Nova York: M. E. Sharpe, 2009.

- D'ANDURAIN, Julie. *La capture de Samory (1898) – L'achèvement de la conquête de l'Afrique de l'Ouest*. Paris: Soteca, 2012.
- FOFANA, Ibrahima Khalil. *L'Almami Samori Touré: Empereur*. Récit historique. Dakar: Présence Africaine, 1998.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilizações*. Tomo II. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011.
- MOREAU, Daniela. *Edmond Fortier*. Viagem a Timbuktu. São Paulo: Literart, 2015.
- PERSON, Yves. *Samori: une révolution dyula*. 3 vol.. Dakar: IFAN, 1968, 1970, 1975.
- OLORUNTIMEHIN, B. Olatunji. The treaty of Niagassola, 1886: an episode in Franco-Samori relations in the era of the scramble. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, v. 4, n. 4, jun. 1969, p. 601-613.
- OLORUNTIMEHIN, B. Franco-Samori relations 1886-1889 : diplomacy as war. *Journal of the Historical Society of Nigeria*, v. 6, n. 1, dez. 1971, p. 67-92.
- SURUN, Isabelle. *Sénégal et dépendances: Le territoire de la transition impériale (1855-1895)*. (Mémoire inédit d'habilitation à diriger des recherches) Paris: Institut d'Études politiques de Paris, 2012.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

# RELAÇÕES ENTRE A PROSTITUIÇÃO MASCULINA E O MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO NO SÉCULO XX

*Rodrigo Gomes Pinto<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

Em tempos coloniais, as práticas sexuais já eram de interesse da sociedade, sobretudo pelo viés da moral cristã. Ainda no século XVI, a Inquisição vem ao Brasil analisar crimes religiosos, inclusive aqueles praticados pelos chamados sodomitas, ou seja, homens que de alguma maneira se relacionavam com outras pessoas do mesmo sexo. A esse respeito, Mott (1988, p. 10) aponta que “[...] além dos crimes religiosos de heresia, feitiçaria e blasfêmia, os Inquisidores também perseguiram alguns desvios sexuais, entre eles a sodomia, a bigamia e a solitação a atos luxuriosos feita pelos sacerdotes no confessionário.”

Diferentemente de outrora, no século XIX a homossexualidade passa a ser vista também pelo discurso jurídico e pelo médico. Com a vinda da coroa e, posteriormente com o Império, a ciência passa a ter mais influência no disciplinamento dos corpos no Brasil. A esse respeito, Pretes (2007, p. 350) afirma que “as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, anteriormente tidas como pecado-delito, ao adentrarem no campo de projeção da ciência, foram vistas como um desvio biológico da sexualidade humana, e não mais, como [...] um desvio ou erro moral.”

O primeiro Código Penal brasileiro, de 1830, já previa a pena de indecência pública com até quarenta dias de reclusão e multa, determinada pela autoridade policial (GREEN, 2000, p.57-58 apud PRETRES, 2007, p.357). Ou seja, cabia ao responsável legal definir se o homossexual se

---

<sup>1</sup> Pesquisa orientada pela professora Luana Saturnino Tvardovskas (IFCH-Unicamp). E-mail: rodrigo.gomes95@gmail.com

encaixava ou não nesse artigo caso fosse flagrado praticando algum ato sexual.

Já o Código Penal promulgado na República, em 1890, “[...] punia implicitamente as práticas homossexuais entre homens. Através de alguns artigos de lei, que permitiam ampla interpretação em decorrência dos termos genéricos com que eram escritos [...]” (GREEN; POLITO, 2006, p.77).

Nota-se que ser um homossexual no Império não constituía em si crime como era outrora na Colônia. Porém, como aponta Pretes (2007) “[...] a descriminalização destas práticas sexuais não significou que os aparelhos punitivos do Estado brasileiro deixariam de exercer poder sobre esta sexualidade” (p.356). Além disso, como finaliza Pretes, aprisionar homossexuais não seria eficiente,

[...] visto que o homossexual, sendo o portador de uma hipotética patologia do instinto sexual, não teria sua anormalidade sanada pela mera intimidação da pena, ou, a sua carcerização, onde o anormal seria apenas suspenso do convívio social, e ao retornar do cárcere, continuaria a ser uma anomalia no sistema. A intervenção positiva, ao contrário da criminalização, devolveria o sujeito heteronormalizado ao convívio social. (PRETES, 2007, p.388).

Por outro lado, a medicina oitocentista debruçava-se em conter epidemias, compreender degenerações e deformidades físicas. Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, os estudos começam a tentar compreender como se dava a sexualidade naqueles que apresentavam desvios sexuais. A esse respeito, Vainfas (1986, p. 170) afirma que:

Estreitamente vinculada às idéias de prazer excessivo e não reprodução, a prostituição é inserida pelo médico no espaço da sexualidade pervertida. Deste modo, a prostituta é classificada - ao lado do libertino, do pederasta, do onanista, do sodomita, da lésbica e da ninfomaníaca - dentre os tipos que apresentam um comportamento sexual desviante, segundo os critérios médicos para a avaliação.

No caso dos desvios sexuais, o médico Francisco Ferraz de Macedo, em sua tese de 1872 intitulada *Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: profilaxia da sífilis*, relaciona o homossexualismo com a prostituição masculina na cidade do Rio de Janeiro, define que “a prostituição é o uso da cópula natural por depravação de costumes, o da cópula antifísica e o do seu arremedo por quaisquer práticas imorais” (MACEDO, 1972 apud VAINFAS, 1986, p.180). A própria noção de prostituição era ampla e não bem definida, dando margem à interpretações diversas.

O médico estabelece ainda padrões comportamentais e físicos que seriam comuns aos sodomitas imperiais. Um deles é a idade, segundo Macedo (1872 apud GREEN; POLITO, 2006, p.34) “[...] em todas as idades vemos devotos dessa facção, quer por passividade, quer por atividade, quer em condições mistas. Entretanto, o seu maior número oscila entre 10 a 45 anos.. Posteriormente, o doutor infere que há diferenças nas profissões dos homossexuais, apontando distinções nos ofícios dos passivos e dos ativos. Em relação ao primeiro grupo, Macedo (1872) alega que “o ideal de muitos é levar uma vida idêntica à das mulheres casadas. Arrumação da casa, cozinha, costuras, enquanto o ‘marido’ vai trabalhar, provendo a subsistência de ambos.” (apud GREEN; POLITO, 2006, p. 42). Já ao abordar o segundo grupo de homossexuais, os ativos, o médico alega que

Quanto aos sodomitas ativos, são fornecidos especialmente da classe militar, do comércio e dos artistas. Na classe militar, ou seja por falta de tempo, ou por falta de meios, a sodomia tem tomado tal desenvolvimento que raros são aqueles militares que dela não façam uso. (MACEDO, 1872 apud GREEN; POLITO, 2006, p.76).

A dualidade entre o homossexual ativo e o passivo continua em voga no século XX. O historiador James Green (2000, p. 278) afirma que entre as décadas de 1950 e 1960 a binaridade do “bofe” e do “bicha” era marcante e, além disso, era comum que os homossexuais fossem em direção às capitais em busca de anonimato. Green (2000, p. 278) também

demonstra que os espaços de sociabilização eram escassos, contando apenas com praças, parques e cinemas.

A década seguinte inicia-se, segundo James Green (2000, p. 279) com a repercussão da Revolta de Stonewall na América Latina, com exceção do Brasil que, por sua vez, vivia o endurecimento da repressão ditatorial. Os espaços homossexuais passam a ser bares e shows de travestis, além de artistas que colocavam a sexualidade em cheque, como Ney Matogrosso e Maria Bethânia (GREEN, 2000, p. 280). Ainda na década de 1970, a resistência à opressão estatal é composta majoritariamente por estudantes, por operários, por feministas e pelo Movimento negro (GREEN, 2000, p. 282).

## **MOVIMENTO HOMOSSEXUAL BRASILEIRO**

É no contexto da Ditadura militar que, em 1978, nasce o Movimento Homossexual Brasileiro ligado à criação do Somos: Grupo de Afirmção Homossexual, em 1978. Em menos de 10 anos, organizações como o Grupo Outra Coisa de Ação Homossexualista e o Grupo Lésbico-Feminista e o GGB (Grupo Gay da Bahia) surgem com maior ou menor intensidade no cenário nacional. James Green, aponta a existência de 20 organizações já em 1980. Contudo, muitos deles se dissolveram por questões financeiras e estruturais, permanecendo apenas 7 em 1984. (GREEN, 2000, p. 283).

O Somos: Grupo de Afirmção Homossexual é considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa dos homossexuais. Após dissoluções, o grupo encerrou suas atividades em 1983 e tem como um de seus principais nomes, o próprio James Green. O GALF: Grupo de Ação Lésbica-Feminista, fundado em 1980, teve papel fundamental na luta pelos direitos das mulheres lésbicas. Enquanto o GGB, fundado em 1980 pelo antropólogo Luiz Mott, foi o primeiro grupo a ter reconhecimento jurídico e lutou, também, para que o Conselho Nacional de Saúde abolisse a classificação que categorizava a homossexualidade como uma forma tratável de desvio sexual. Um dos primeiros grupos a divulgar informações sobre a AIDS, foi o Grupo Outra Coisa: Ação Homossexualista, fundado

em 1980 e que contou com a participação de Antonio Carlos Tosta. Fundado em 1985, o Triângulo Rosa, de João Antonio Mascarenhas, reivindicou a proibição da discriminação baseada na orientação sexual durante a constituinte de 1988. Também é necessário apontar a importância da Turma Ok que, por sua vez, aponta sua fundação em outro momento histórico, no início da década de 1960 (ZANATTA, 2011; GREEN, 2000).

Essas organizações, embora tivessem os direitos dos homossexuais como ponto em comum, diferenciavam-se quanto ao foco de suas lutas. Green (2000, p. 284) aponta que o GGB foi o responsável por ser um dos primeiros grupos a ter reconhecimento jurídico e por mobilizar a campanha que conseguiu retirar a homossexualidade da categoria de desvios sexuais passíveis de tratamento. Já o Triângulo Rosa tentou proibir a discriminação sexual na Constituição de 1988.

## PROSTITUIÇÃO MASCULINA

No que diz respeito à prostituição masculina, assim como Ferraz de Macedo, é o antropólogo argentino Néstor Perlongher que volta a tê-la como tema central de sua pesquisa. Perlongher publica no ano de 1987 a obra *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo* em que o autor trata dos homens que ofereciam e contratavam serviços sexuais de outros homens. A excelente pesquisa etnográfica realizada nos anos finais da Ditadura brasileira reverbera atualmente como “[...] um trabalho de pesquisa sólido, de escrita eloqüente, que enfrentou questões de agência, perigo, dissenso e desigualdade [...] numa temática ainda não plenamente legitimada nas nossas ciências sociais.” (SIMÕES, 2008, p. 545).

Pode-se dizer que ainda hoje essa é a obra de referência nos estudos que debruçam-se a respeito da prostituição masculina. É válido ressaltar aqui que são escassos os trabalhos que abordam tal tema e, dentre os que tratam, a maioria vem da Antropologia. Ou seja, a historiografia não vem debatendo a prostituição masculina no Brasil do século XX.

## OBJETIVOS

O objetivo específico é relacionar a forma com que grupos homossexuais abordaram a temática da prostituição masculina no Brasil a partir de 1978. Uma vez que entende-se a importância dessas organizações públicas enquanto formadoras de opinião e enquanto espaços de discussão e debates acerca de temas que se relacionem com pessoas homossexuais. Além disso, de forma geral, pretende-se contribuir com a escassa produção historiográfica a respeito da prostituição masculina no Brasil, aprofundando, assim, os estudos históricos relativos a este tema.

## REFERÊNCIAS

- FACHINI, Regina. *Sopa de Letrinbas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990*. Garamond, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz & Terra, 2015.
- FRANÇA, Isadora Lins. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- GREEN, James Naylor. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, n. 15, p. 271-295, 2000.
- GREEN, J. N; QUINALHA, R; CAETANO, M; FERNANDES, Marisa. (Orgs.) *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- GREEN, James Naylor; QUINALHA, Renan Honório (Ed.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. EdUFScar, 2014.

- GREEN, James Naylor; POLITO, Ronald. *Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil, 1870-1980*. Editora José Olympio, 2004.
- MACEDO, Francisco F. de. Da prostituição em geral e em particular em relação à cidade do Rio de Janeiro: profilaxia da sífilis. Rio de Janeiro: Tip. Acadêmica, 1872.
- MOTI, Luiz R. B. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição*. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- PERLONGHER, Nestor Osvaldo. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2008.
- PRETES, E. A. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: *15º Seminário de iniciação científica*, 2007, Belo Horizonte. 15º Seminário de iniciação científica. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2007.
- RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. Resgate: *Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 6, n. 1, p. 59-74, 1997.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.
- SIMÕES, Júlio Assis. O negócio do desejo. *Cadernos Pagu*, n. 31, p. 535-546, 2008.
- VAINFAS, Ronaldo (Ed.). *História e sexualidade no Brasil*. Graal, 1986.
- ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: o movimento homossexual no Brasil na década de 80. *Cadernos AEL*, v. 3, n. 5/6, 2011.

# O RECURSO À VIOLÊNCIA E SEUS SIGNIFICADOS NA SOCIEDADE SENHORIAL DO SÉCULO X: O CASO DA VIDA DE SÃO GERALDO DE AURILLAC

*Vitor Boldrini<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O objetivo do presente texto é compreender de quais modos a violência constituiu um discurso retórico importante na hagiografia “Vida de São Geraldo de Aurillac”, escrita no contexto de decomposição do Império Carolíngio em meados do século X. Buscaremos compreender como o seu autor, um proeminente monge e abade, empregou estratégias discursivas tendo em vista definir as condutas dos poderosos laicos, reivindicando um modelo de sociedade em harmonia com os valores da Igreja.

**PALAVRAS-CHAVE:** Hagiografia. Laicos. Violência.

## AS INTERPRETAÇÕES DA VIOLÊNCIA NOS DEBATES HISTORIOGRÁFICOS SOBRE A SOCIEDADE PÓS-CAROLÍNGIA

Antes do surgimento da História enquanto disciplina científica no século XIX, a definição de “feudalidade” remetia ao sentido jurídico de um regime aristocrático fundado na gestão hereditária do domínio público pela nobreza. Para Montesquieu, os bens atribuídos como feudos não podem ser explicados pela noção moderna de “propriedade inalienável”. Eles eram concessões feitas entre famílias nobres que poderiam aproveitá-los na ampliação dos seus poderes político e fundiário<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof<sup>a</sup> Néri de Barros Almeida (IFCH/Unicamp). E-mail: vmboldrini@gmail.com.

<sup>2</sup> MAGNOU-NORTIER, Elisabeth. “Les « Lois féodales » et la Société d’après Montesquieu et Marc Bloch ou la Seigneurie banale reconsidérée”. *Revue Historique*, T. 289, Fasc. 2 (586) (abril-junho 1993), p. 321-360.

Em 1939, a clássica tese de Marc Bloch buscou ultrapassar essa noção estritamente jurídica da feudalidade, ampliando sua definição para um sistema social<sup>3</sup>. Segundo ele, a dotação feita por um homem a outro, em troca de um serviço ou de sua fidelidade, engendraria ligações complexas entre um senhor e seu vassalo. Esse modelo de relações seria, de acordo com Bloch, aplicado ao conjunto da sociedade entre os séculos IX e XIII. Nesse sentido, a “sociedade feudal” é definida como um sistema que engloba relações de produção, ligações de parentesco, instituições sociais e políticas. Partindo dessa concepção mais sociológica, o período compreendido entre o fim da dinastia carolíngia e o início da afirmação dos capetíngios com Filipe Augusto é definido por esse historiador pela fraqueza do poder real e pela generalização das relações de dependência pessoal entre os homens segundo suas respectivas posições sociais.

Nas décadas seguintes ao trágico falecimento do grande mestre em 1944, a historiografia medieval francesa ampliou estudos dedicados à explicação do surgimento da sociedade feudal. O grande nome dessa tendência foi Georges Duby, autor que publicou uma tese sobre a região de Mâcon originalmente em 1953<sup>4</sup> e diversos outros livros ao longo da carreira. Grande parte de suas obras podem ser lidas como revisões e reorientações dos trabalhos de Bloch. Nas palavras do próprio Duby<sup>5</sup>, “Este livro [A Sociedade Feudal] suscitou uma quantidade de pesquisas tão fecundas, que a maior parte daquilo que sugeria há quase 40 anos deve ser retificado” (DUBY, 1978, p. 186, tradução e grifos nossos.).

Essa influência é perceptível, dado que muitos historiadores da segunda metade do século XX procuraram interpretar a gênese da sociedade feudal anteriormente definida por Bloch. O argumento central de Duby e de muitas outras monografias regionais que seguiram suas concepções<sup>6</sup> se baseou na ideia de que uma verdadeira ruptura social teria ocorrido entre o fim do século X e início do XI. Após essa crise geral,

<sup>3</sup> BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1949.

<sup>4</sup> DUBY, Georges. *La société aux XIe et XIIe siècles dans la région mâconnaise*. Paris: EHESS, 1988.

<sup>5</sup> Idem. *Les trois ordres ou L'imaginaire du féodalisme*. Paris: Gallimard, 1978.

<sup>6</sup> Para um balanço desses trabalhos, ver ARRIGNON, Jean-Pierre. *Pouvoirs, Église et société dans les royaumes de France, Bourgogne et Germanie: aux Xe et XIe siècles (888-vers 1110)*. Coautoria de Jean Heuclin. Nantes: Temps, 2008, p. 265-269.

que solapou as instituições públicas carolíngias de justiça, guerra e fiscalidade, uma nova sociedade feudal teria emergido. Nela, as antigas prerrogativas reais foram apropriadas ou mesmo usurpadas por senhores laicos, que passaram a exercer o poder político num quadro privado, ou seja, movidos por fins pessoais.

Essas teses utilizaram os registros de violência presentes na documentação como um dos elementos da argumentação. Os cronistas monásticos, responsáveis pela escrita da grande maioria das fontes do período, denunciaram as violências cometidas pelos senhores locais como ilegítimas, feitas em detrimento dos camponeses e da Igreja. Segundo Duby, esses relatos seriam sintomas de uma crise social, que, aos poucos teria ruído a estrutura administrativa centralizada e uniformizadora dos carolíngios em proveito dos poderes locais privados.

O modelo de explicação da “mutação feudal” recebeu críticas que confrontaram seus principais argumentos<sup>7</sup>. Nosso foco, contudo, serão especificamente as reinterpretações feitas nas últimas décadas a respeito das formas pelas quais os conflitos foram descritos na documentação do século X.

A antropologia desenvolveu importantes estudos sobre as modalidades de conflitos em sociedades caracterizadas como “primitivas”, isto é, desprovidas de um sistema jurídico público e centralizado. Nelas, os indivíduos não viviam em um estado de anarquia: o conflito, na realidade, significaria um momento essencial na reprodução social, favorecendo a formação e cristalização de novos grupos. Partindo dessas perspectivas antropológicas, os historiadores norte-americanos e britânicos apresentaram no final da década de 1970 novas visões sobre a violência nas sociedades da Alta Idade Média<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> Para uma boa síntese do balanço historiográfico, ver: MAZEL, Florian. “Pouvoir aristocratique et Église aux Xe-XIe siècles. Retour sur la « révolution féodale » dans l’œuvre de Georges Duby”. *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre*. Hors-série n° 1, 2008.

<sup>8</sup> Podemos mencionar três artigos clássicos que marcaram o início dessas reinterpretações. CHAYETTE, Frederic. “Suum cuique tribuere,” *French historical Studies* 6, p. 287–299, 1970. GEARY, P. J. “Vivre em conflit dans une France sans État: Typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200)”. In: *Annales ESC*, p. 1107-1133, 1986. WHITE, S. D. “Pactum... Legem Vincit et Amor Judicium. The Settleman of Disputes by Compromise in

Se a perspectiva “mutacionista” identificou sinais de uma crise com o aumento do registro dos conflitos na documentação a partir do século X, as releituras inspiradas pela antropologia passaram a entendê-los enquanto componente na estruturação das relações sociais. Concretamente, isso significa que o recurso à violência pode ser interpretado como uma ferramenta de preservação e demonstração da honra de grupos numa sociedade profundamente hierarquizada, na qual o lugar ocupado deve ser constantemente reafirmado para assegurar sua legitimação.

Se inspirando nesses novos paradigmas metodológicos, Dominique Barthélemy afirmou que as violências cavaleirescas dos séculos X e XI registradas nas fontes não podem ser consideradas episódios representativos de profundas perturbações na sociedade. Na realidade, elas constituem um modo de estruturação própria dos grupos dominantes e de suas éticas fundadas na honra e no dever de vingança<sup>9</sup>.

As releituras antropológicas deslocaram o significado social dos conflitos: ao invés de serem a manifestação de uma suposta crise por volta do Ano Mil, eles expressam, na verdade, os valores mais substanciais da sociedade do período. Houve também reavaliações nas formas de se lidar com a documentação: nas últimas décadas, os historiadores buscam analisar criticamente os discursos vinculados pelos documentos enquanto vetores das ideologias dos responsáveis por sua produção.

Nas fontes que dispomos sobre os séculos X e XI, as denúncias de violência consistem em retóricas desenvolvidas pelos autores eclesásticos que visavam deslegitimar os comportamentos aristocráticos e promover novas normas de conduta aos poderosos laicos<sup>10</sup>. Portanto, ao ser conferida maior atenção ao contexto de produção do documento, os registros da violência não são mais interpretados como dados plenamente representativos da realidade social. Eles são, antes disso, discursos desenvolvidos

---

Eleventh-Century Western-France”. In: *American Journal of Legal History*, 22, 1978, p. 281-308.

<sup>9</sup> BARTHÉLEMY, Dominique. *Chevaliers et miracles: la violence et le sacre dans la société féodale*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 3-72.

<sup>10</sup> MAZEL, Florian. “Amitié et rupture de l’amitié. Moines et grands laïcs provençaux au temps de la crise grégorienne (milieu XIe - milieu XIIe siècle)”. *Revue historique*, vol. 633, no. 1, 2005, pp. 53-95.

por eclesiásticos, que reivindicaram estrategicamente o pleno usufruto de seus bens e direitos, diante da possível interferência dos laicos de maior prestígio.

Perante essa nova maneira de se trabalhar com as fontes, que pressupõe a compreensão do teor político e ideológico dos conteúdos representados, os pesquisadores reconsideraram o papel da Igreja na sociedade senhorial, reavaliando-a como uma instituição essencial para a compreensão histórica<sup>11</sup>. A reconsideração das relações entre “*Ecclesia*” e sociedade nos conduz a novas interpretações dos escritos dos séculos X e XI. Como as fontes produzidas por laicos são extremamente raras até pelo menos o século XII, os documentos provêm, em grande medida, de clérigos e monges engajados na sociedade de seu tempo. Nesse sentido, os discursos eclesiásticos presentes na documentação estão estreitamente conectados com as práticas sociais de seus respectivos autores.

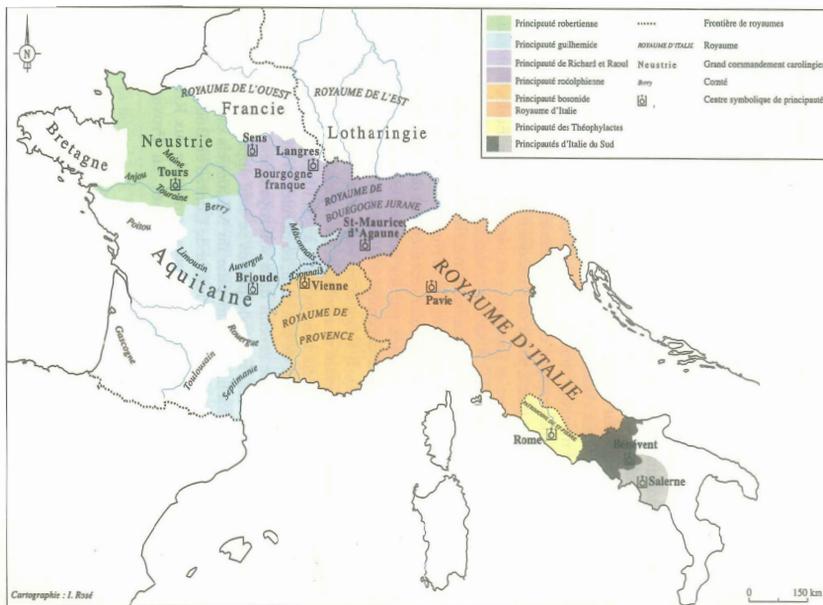
## O EXEMPLO DE GERALDO DE AURILLAC

Especialmente após a concretização do Tratado de Verdun em 843, a unidade política e territorial carolíngia cristalizada em torno da figura de Carlos Magno foi desestruturada com a redistribuição e consolidação de poderes das grandes famílias principescas, ducais e condaís. Proveniente de uma poderosa linhagem do ducado da Aquitânia na região da *Auvergne* (Auvérnia), Geraldo nasceu em 855 e foi contemporâneo desse contexto de desagregação do Império Carolíngio<sup>12</sup>. Conforme indicado no mapa abaixo (figura 1), era a família dos “guilhermides” que exercia autoridade onde esse homem passou grande parte de sua vida.

---

<sup>11</sup> LAUWERS, Michel. “L’Église dans l’Occident médiéval: histoire religieuse ou histoire de la société? Quelques jalons pour un panorama de la recherche en France et en Italie au XXe siècle”. In: *Mélanges de l’École française de Rome. Moyen-Age*, tomo 121, n<sup>o</sup>2. 2009, p. 267-290.

<sup>12</sup> BRUAND, Olivier. “Géraud d’Aurillac, chevalier modèle, chevalier réel”. In: CARRAZ, D.(éd.). *Géraud d’Aurillac, Aristocrate et le saint dans l’Auvergne post-carolingienne. Revue de la Haute-Auvergne*, t. 72, 2010, p. 3-21.

**Figura 1:** Os principados territoriais no começo do século X

Fonte: ROSE, 2008, p. 39

A trajetória de Geraldo nos sugere que foi um influente senhor laico: além de deter amplos usos e possessões de terras, ele podia expor sua autoridade por meio do exercício da justiça. Cabe destacar que Geraldo mobilizou a dispersão de suas riquezas no controle dos lugares em que exercia o seu poder, o que constituía uma forma de atuação própria da aristocracia na sociedade do período<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Sobre as formas de afirmação do poder político da aristocracia na Alta Idade Média: DEPREUX, Philippe; BOUGARD, François; LE JAN, Régine. *Les elites et leurs espaces: mobilité, rayonnement, domination (du VIe au XIe siècle)*. Brepols: Turnholt, 2007. Esse exemplo específico de Geraldo foi demonstrado por: BAYARD, Adrien. "Accumuler, consommer et exhiber les ressources. Les lieux de pouvoir dans l'Auvergne des IX et X siècles." In: LORÉ, V.; BUHRER-THIERRY, G.; LE JAN, R. (dir.). *Acquérir, prèveler, contrôler: les ressources en compétition (400-1100)*. Turnhout: Brepols, 2017.

Até sua morte em 909, ele se destacou como conde do *pagus* de Quercy e esteve inserido em redes de parentesco ou de aliança com figuras proeminentes de sua época, como o duque da Aquitânia Guilherme, o Piedoso. Geraldo também é uma figura bem conhecida por fundar o monastério de Aurillac em 885, visando garantir a perpetuação de seu poder particular e de sua linhagem familiar<sup>14</sup>.

A *Vita Sancti Geraldi Aurelianensis* é a fonte com maior riqueza de informações sobre ele e foi escrita aproximadamente 20 anos após sua morte, segundo alguns dos principais comentadores de sua tradição manuscrita<sup>15</sup>. Nosso foco é identificar de quais formas o fenômeno da violência foi representado no texto. Para tanto, as considerações metodológicas expostas anteriormente são fundamentais: o exercício cuidadoso de contextualização da produção desse documento nos permite analisá-lo criticamente.

Com atenção particular às ideias que o documento buscava veicular, podemos verificar por quais razões o tema da violência foi representado, tendo em vista a sua importância estratégica para o autor, Odon, o segundo abade de Cluny. Já é possível supor no prefácio as principais razões que motivaram a produção do texto:

É dele [Geraldo] que Deus propõe um testemunho àqueles que contemplan seu exemplo, de forma que, vendo que ele viveu com justiça e piedade, o olhar penetrante de seu coração se desperta e os incita a imitá-lo como se ele resplandecesse; e também de modo que as ordens de Deus não sejam consideradas pesadas ou impossíveis de serem seguidas, já que elas o foram por um homem laico e poderoso. [...] Nós acreditamos verdadeiramente que este homem de Deus fornece um exemplo aos poderosos. (BULTOT-VERLEYSEN, 2009, p. 133. Tradução nossa.)

<sup>14</sup> FRAY, Sébastien. *L'aristocratie laïque au miroir des récits hagiographiques des pays d'Olt et de Dordogne (Xe-XIe siècles)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Paris-Sorbonne, Paris, 2011.

<sup>15</sup> BULTOT-VERLEYSEN, Anne-Marie. *Odon de Cluny. Vita Sancti Geraldi Auriliacensis*. Bruxelles. Société des Bollandistes, 2009. A introdução da obra sintetiza muito bem os debates sobre a determinação da data de escrita do documento.

Odon indica que fará uma descrição da vida de Geraldo, destacando suas atitudes nos momentos em que exercia atividades características de “um homem laico e poderoso”. Não é nosso propósito discutir em que medida o autor realizou no documento uma representação de Geraldo condizente com o personagem histórico. Nos importa muito mais estudar como sua figura foi trabalhada por Odon, com o objetivo de propor um modelo de conduta aos grupos laicos de maior destaque na sociedade senhorial. Ao evocar o tema dos conflitos no capítulo 8 do primeiro volume, encontramos o retrato que é feito de Geraldo no momento de combate:

Ele se dispunha, então, a reprimir a insolência dos violentos, mas ele buscava, acima de tudo, oferecer aos inimigos a paz e prometê-los uma fácil reconciliação. [...] Ele não era, como a maioria, estimulado pelo desejo da vingança ou desorientado pelo gosto do louvor popular, mas ele se inflamava de amor pelos carentes que não podiam defender a si próprios (BULTOT-VERLEYSSEN, 2009, p. 145. Tradução nossa).

Nesse trecho, seguindo a lógica demonstrada no prefácio, Odon propôs uma verdadeira ética de combate aos seus interlocutores laicos. O documento buscou visivelmente cumprir uma função, digamos, “pedagógica”, representando um personagem dotado de comportamentos adequados diante de situações conflituosas, que deveria servir como modelo de inspiração aos demais.

Na sequência do mesmo capítulo, fica claro que Odon não mostrava aversão à guerra. Pelo contrário, ele legitimou essa atividade, desde que estivesse em conformidade com os princípios cristãos:

Foi então permitido a um laico classificado na ordem dos combatentes de portar a espada, a fim de defender o povo sem armas, conforme afirma a Bíblia, com o objetivo de reprimir pelo direito da guerra ou pela coerção da justiça aqueles que a sentença da Igreja não pode submeter (BULTOT-VERLEYSSEN, 2009, p. 147. Tradução nossa).

Difícilmente podemos inferir que o autor nos traz uma descrição fiel dos conflitos em seu momento de escrita. Contudo, é possível elaborar hipóteses mais proveitosas sobre o que seria, para Odon, o uso legítimo da violência. As circunstâncias de conflitos representadas no documento, então, devem ser interpretadas como um elemento retórico fundamental nas ideias que o autor tentava transmitir. Para investigá-las, é necessário levar em consideração as relações que o abade de Cluny visava definir entre os poderosos laicos e a Igreja.

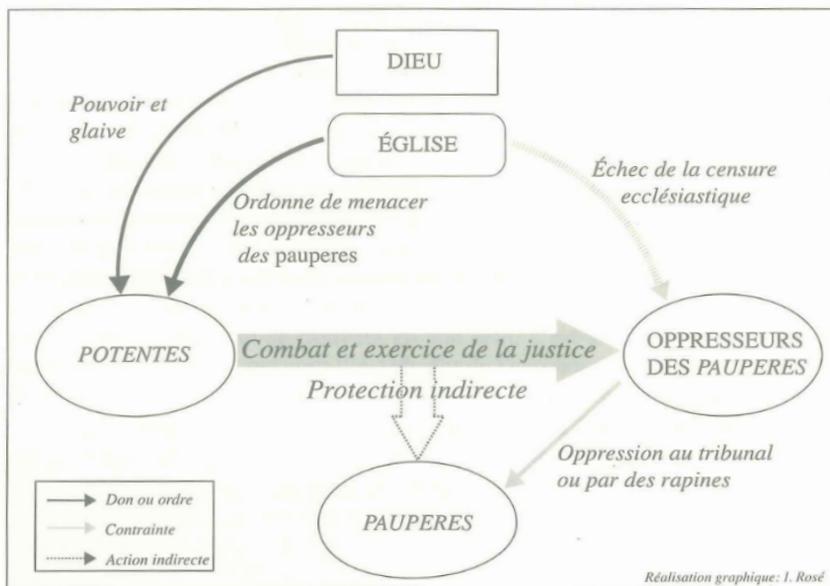
O estudo de Isabelle Rosé sobre a relação entre o conjunto das obras de Odon e seu “itinerário biográfico”<sup>16</sup> propôs a analisar como ele desenvolveu uma visão eclesiástica da sociedade de seu tempo, isto é, de quais maneiras expôs o que seria uma forma de organização social ideal, hierarquizando os indivíduos conforme as funções que deveriam desempenhar na sociedade.

Ao adotar essa perspectiva, compreendemos melhor os significados da construção da figura de Geraldo de Aurillac feita pelo abade. Se enquadrarmos os textos de Odon como uma forma de teorizar um modelo de sociedade, é possível notar que ele almejou conferir à Igreja uma posição dominante, reivindicando aos monges um papel de protagonismo nas relações sociais. Para edificar sua própria visão de mundo, Odon demonstrou também quais seriam os papéis ideais dos poderosos laicos.

Para o bom funcionamento da sociedade, os *potentes*, tendo recebido de Deus o direito de portar a espada, devem cumprir com as obrigações ditadas pela instituição eclesiástica que subordina seus poderes. Portanto, a aristocracia, segundo o modelo proposto por Odon (ver figura 2), tem como função social elementar o exercício da justiça através das armas, estando submetida aos imperativos monásticos que pressupunham a proteção dos mais pobres e humildes (*pauperes*):

---

<sup>16</sup> ROSÉ, Isabelle. *Construire une société seigneuriale: itinéraire et ecclésiologie de l'abbé Odon de Cluny (fin du IXe-milieu du Xe siècle)*. Turnhout: Brepols, 2008.

**Figura 2:** Função social dos potentes

Fonte: ROSÉ, 2008, p. 499

Tendo em mente essa definição do que seria o recurso lícito à violência que podemos assinalar a importância estratégica da produção da *Vita Sancti Geraldi Aurelianensis*. No trecho que selecionamos do prefácio, o documento exprime claramente que seus interlocutores são os homens laicos mais poderosos. Desse modo, Odon enfatizou os comportamentos ideais a serem seguidos pela aristocracia a partir da representação que fez de Geraldo, em plena correspondência com a visão de mundo monástica que buscou idealizar.

As hipóteses suscitadas pelos historiadores que defendiam o fenômeno da mutação feudal entre os séculos X e XI foram formuladas a partir de transformações documentais que evidenciariam, supostamente, amplas mudanças sociais. Neste texto, empreendemos uma interpretação da fonte que implica na consideração das ideologias nela presentes. Desse modo, quando Odon buscou em alguns momentos apresentar o

século X como um momento de acentuada violência, ele não forneceu uma descrição imparcial do seu contexto. Na realidade, esses registros constituem um recurso retórico empregado pelo abade para cumprir com a intencionalidade de seu discurso: sensibilizar a aristocracia da necessidade de adotar novas formas de condutas, em conformidade com sua interpretação monástica do modelo ideal da sociedade cristã.

## CONCLUSÃO

Nesta análise da *Vita Sancti Geraldi Aurelianensis*, o tema da violência não é considerado do ponto de vista das práticas, ou seja, não é nosso propósito discutir se o documento expressa as formas dos conflitos terem se desenrolado no século X. O foco é avaliar as abordagens de Odon sobre essa problemática, tendo em vista a afirmação de hierarquias sociais.

O fato de relacionar cuidadosamente o contexto de produção do documento com o itinerário biográfico de seu autor apresenta como principal vantagem, do ponto de vista historiográfico, a possibilidade de se avaliar criticamente o conteúdo das representações em si. Isso significa que o discurso de Odon, tal como expresso na *Vita Sancti Geraldi Aurelianensis*, só pode ser interpretado se traçarmos um paralelo com suas práticas sociais.

Nesse sentido, é imprescindível ponderar que o abade de Cluny não escreveu se restringindo ao claustro. Pelo contrário, ele estava inserido politicamente na sociedade senhorial do século X enquanto um membro importante da aristocracia, participando de redes nobiliárquicas tecidas através de ligações de parentesco ou de alianças de diversas naturezas. Como um representante da “elite eclesiástica”<sup>17</sup>, Odon organizou importantes espaços de poderes, como sugere sua iniciativa nas reformas de vários monastérios e a posterior influência política exercida sobre eles<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Para um balanço do uso do conceito de “elite” para explicar a predominância de grupos sociais na Alta Idade Média, ver: BOUGARD, François; GENEVIÈVE, Bühler-Thierry; LE JAN, Régine. “Les élites du haut Moyen Âge. Identités, stratégies, mobilité”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 68e année, no. 4, 2013, pp. 1079-1112.

<sup>18</sup> Sobre o papel “multi-abacial” de Odon: ROSÉ, Isabelle. “Un cas problématique de succession

A escrita constituiu uma estratégia primordial na manutenção dessa posição privilegiada na hierarquia social<sup>19</sup>. Ao descrever Geraldo de Aurillac, Odon o representou como um modelo a ser reproduzido pelos demais poderosos laicos, propondo normas de condutas e usos legítimos da violência em concordância com um modelo social que garantisse a posição dominante dos monges na sociedade, e, simultaneamente, o triunfo das virtudes cristãs.

## FONTES

BULTOT-VERLEYSSEN, Anne-Marie. *Odon de Cluny. Vita Sancti Geraldi Auriliacensis*. Bruxelles. Société des Bollandistes, 2009.

FRAY, Sébastien. “Le testament de Géraud d’Aurillac. Édition et commentaire”. *Le Moyen Âge*, 2016/2, tomo 72, p. 261-274.

LAUER, Phillipe. *Recueil des actes de Charles III le Simple, roi de France. Chartes et diplômes relatifs à l’Histoire de France*. Paris: Imprimerie Nationale, 1940, n° XXI.

## REFERÊNCIAS

ARRIGNON, Jean-Pierre. *Pouvoirs, Église et société dans les royaumes de France, Bourgogne et Germanie: aux Xe et XIe siècles (888-vers 1110)*. Coautoria de Jean Heuclin. Nantes: Temps, 2008

BARTHÉLEMY, Dominique. *Chevaliers et miracles: la violence et le sacre dans la société féodale*. Paris: Armand Colin, 2004, p. 3-72.

---

au Xe siècle. Le multi-abbatiai d’Odon de Cluny (vers 879-942)”. In: *Making and breaking the rules. Succession in medieval Europe*, p. 201-220, 2008.

<sup>19</sup> Sobre essa função do texto escrito para os monges: CHASTANG, Pierre. *Lire, écrire, transcrire: le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe-XIIIe siècles)*. Paris: Comité des travaux historiques et scientifiques (CTHS), 2002. GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSE, Michel. *Pratiques de l’écrit documentaire au XIe siècle*. Bibliothèque de l’école des chartes, 1997.

- BAYARD, Adrien. “Accumuler, consommer et exhiber les ressources. Les lieux de pouvoir dans l’Auvergne des IX et X siècles.”. In: LORÉ, V.; BUHRER-THIERRY, G.; LE JAN, R. (dir.). *Acquérir, prélever, contrôler: les ressources en compétition (400-1100)*. Turnhout: Brepols, 2017.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *La société féodale*. Paris: Albin Michel, 1949.
- BOUGARD, François; GENEVIÈVE, Bühler-Thierry; LE JAN, Régine. “Les élites du haut Moyen Âge. Identités, stratégies, mobilité”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, vol. 68e année, no. 4, 2013, pp. 1079-1112.
- BRUAND, Olivier. “Géraud d’Aurillac, chevalier modèle, chevalier réel”. In: CARRAZ, D.(éd.). *Géraud d’Aurillac, l’aristocrate et le saint dans l’Auvergne post-carolingienne*. *Revue de la Haute-Auvergne*, t. 72, 2010, p. 3-21.
- CHASTANG, Pierre. *Lire, écrire, transcrire: le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XIe-XIIIe siècles)*. Paris: Comite des travaux historiques et scientifiques (CTHS), 2002.
- CHAYETTE, Frederic. “Suum cuique tribuere,” *French historical Studies* 6, p. 287–299, 1970.
- DEPREUX, Philippe; BOUGARD, François; LE JAN, Régine. *Les élites et leurs espaces: mobilité, rayonnement, domination (du VIe au XIe siècle)*. Brepols: Turnholt, 2007.
- DUBY, Georges. *Les trois ordres ou L’imaginaire du féodalisme*. Paris: Gallimard, 1978.
- DUBY, Georges. *La société aux XIe et XIIe siècle dans la région maconnaise*. Paris: EHESS, 1988.
- FRAY, Sébastien. *L’aristocratie laïque au miroir des récits hagiographiques des pays d’Olt et de Dordogne (Xe-XIe siècles)*. Tese (Doutorado em História), Universidade Paris-Sorbonne, Paris, 2011.

- GEARY, P. J. “Vivre em conflit dans une France sans État: Typologie des mécanismes de règlement des conflits (1050-1200)”. In: *Annales ESC*, p. 1107-1133, 1986.
- GUYOTJEANNIN, Olivier; MORELLE, Laurent; PARISSÉ, Michel. *Pratiques de l'écrit documentaire au XIe siècle*. Bibliothèque de l'école des chartes, 1997.
- LAUWERS, Michel. “L'Église dans l'Occident médiéval: histoire religieuse ou histoire de la société? Quelques jalons pour un panorama de la recherche en France et en Italie au XXe siècle”. In: *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen-Age*, tomo 121, n°2. 2009, p. 267-290.
- MAGNOU-NORTIER, Elisabeth. “Les « Lois féodales » et la Société d'après Montesquieu et Marc Bloch ou la Seigneurie banale reconsidérée”. *Revue Historique*, T. 289, Fasc. 2 (586) (avril-juin 1993), p. 321-360.
- MAZEL, Florian. “Amitié et rupture de l'amitié. Moines et grands laïcs provençaux au temps de la crise grégorienne (milieu XIe - milieu XIIe siècle)”. *Revue historique*, vol. 633, no. 1, 2005, pp. 53-95.
- MAZEL, Florian. “Pouvoir aristocratique et Église aux Xe-XIe siècles. Retour sur la « révolution féodale » dans l'œuvre de Georges Duby”. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*. Hors-série n° 1, 2008.
- ROSÉ, Isabelle. *Construire une société seigneuriale: itinéraire et ecclésiologie de l'abbé Odon de Cluny (fin du IXe-milieu du Xe siècle)*. Turnhout: Brepols, 2008.
- ROSÉ, Isabelle. “Un cas problématique de succession au Xe siècle. Le multi-abbatiai d'Odon de Cluny (vers 879-942)”. In: *Making and breaking the rules. Succession in medieval Europe*, p. 201-220, 2008.
- WHITE, S. D. “Pactum... Legem Vincit et Amor Judicium. The Settleman of Disputes by Compromise in Eleventh-Century Western-France”. In: *American Journal of Legal History*, 22, 1978, p. 281-308.

# A MORTE DE ATALA DE RODOLPHO AMOÊDO E OS DIÁLOGOS ENTRE OS ROMANTISMOS FRANCÊS E BRASILEIRO

*Vitoria Amadio de Oliveira*<sup>1</sup>

No ano de 1883, o artista brasileiro Rodolpho Amoêdo pintou o quadro intitulado *A morte de Atala*, que representa uma cena de um romance do escritor francês François René de Chateaubriand publicado 82 anos antes. Este curioso fato é o ponto de partida desta pesquisa. Para investigá-lo, analisaremos o quadro a partir de seus aspectos iconográficos e contextuais.

O quadro foi pintado durante o período em que Amoêdo estivera morando em Paris por decorrência de uma bolsa de estudos, cidade onde estudou nos ateliês de Alexandre Cabanel e Pierre Puvis de Chavannes. Ele retrata uma cena do livro *Atala*, escrito por Chateaubriand em 1801, mas muito popular tanto no Brasil quanto na França durante todo o século. Em decorrência desta popularidade, o livro inspirou obras de artistas em diversos países. Em âmbito nacional, as representações visuais mais conhecidas do livro foram pinturas feitas por Rodolpho Amoêdo e Augusto Rodrigues Duarte, sendo que a primeira pertence hoje a uma coleção privada e a segunda ao Museu Nacional de Belas Artes.

*A morte de Atala* apresenta três personagens. Atala, uma mulher de cabelos ruivos que aparece deitada coberta por uma manta, Chactas, um índio que apoia a almofada na qual ela está encostada e Padre Aubry, um homem com trajes religiosos que está colocando nos lábios de Atala uma hóstia. O momento retratado é quando a heroína recebe sua última comunhão, a beira de sua morte. A protagonista, uma mestiça filha de

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Arte na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisa desenvolvida sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine Dias. E-mail: amadio.vitoria@gmail.com.

uma índia e de um europeu convertida ao catolicismo, suicida-se para cumprir o voto religioso que sua mãe havia feito, uma promessa de que a filha permaneceria virgem até sua morte. Atala, porém, apaixona-se por Chactas e ingere veneno quando pensa que será impossível que eles não consumem esse amor. O casal conhece Padre Aubry pouco depois, e o homem os leva para uma caverna no vilarejo repleto de índios convertidos onde ele habita. É nesta caverna que Rodolpho Amoêdo os retrata, num momento emblemático de simbolismo da fé cristã. É importante ressaltar que, apesar de ser fundamental, a cena da última comunhão de Atala não é o tema mais comum para as obras inspiradas no romance.

Um dos pontos examinados pela pesquisa é a hipótese do uso deste quadro para contribuir com ideais do projeto nacionalista em cunho no país. O livro é considerado um dos marcos iniciais do romantismo francês, uma corrente que sofreria transformações durante todo o século XIX. Nesta pesquisa, a noção de romantismo que defendemos é ampla, mais relacionada a um sentimento mútuo invés de um conjunto de padrões estéticos. E, como um sentimento, ele é capaz de ser ressignificado para outros contextos. O livro de Chateaubriand, não por acaso, trata de personagens indígenas: uma temática perfeitamente adequada ao Brasil. Ainda, índios convertidos, tidos como “civilizados”, e sobre a questão da mestiçagem.

Ao adentrarmos a questão do nacionalismo brasileiro, não podemos deixar de resgatar a figura do índio e seus usos com implicações políticas. Rodolpho Amoêdo pinta quadros como *Marabá* (1882) e *O último tamoio* (1883), que também abarcam a temática indígena e são fruto de inspirações literárias. Assim como ele, outros pintores como Victor Meirelles e José Maria Medeiros trataram sobre o tema, para construção de uma ideia que revelasse como essa figura se encaixava nos esforços referentes à desvinculação de Portugal.

Mas, apesar da possibilidade de Atala servir a propósitos nacionalistas, o livro originalmente trata de algo muito distinto. Além disso, sua canonização na França faz com que ele dê origem a muitas manifestações visuais, que variam entre estampas de tecidos, estátuas e gravuras em

livros. Para esta pesquisa, consideraremos muitas destas, mas trataremos especificamente de outras pinturas que foram inspirados pelo romance.

O artista francês Anne-Louis Girodet de Roussy-Trioson realizou um quadro em 1808 no qual ele pinta a cena que seria a mais comumente representada do romance. Sua obra, *Atala au tombeau*, ficaria sendo a representação mais famosa do livro e sua composição daria origem a outras semelhantes. Esta cena, na história, ocorre pouco depois da escolhida por Amoêdo: é o momento em que Chactas e Padre Aubry carregam o corpo de Atala para seu túmulo. Ao mencionar essa composição, Walter Friedlaender indica que “na pintura, porém, o casto e inocente espírito do romance, que respirava o ar fresco e puro, foi substituído por uma atmosfera sombria, católica e romântica.” (FRIEDLAENDER, 2001, p. 72). É importante traçar aqui o paralelo entre os dois quadros, já que essa atmosfera se perpetua. Em *A morte de Atala*, a personagem principal ainda não está morta, mas esse é claramente um fato iminente e vemos isso através de sua pele pálida e seus olhos semicerrados. Já em *Atala au tombeau*, a figura de Chactas merece uma consideração maior do que na outra, já que seu rosto é mais enfaticamente afetado pelo luto.

Além de Girodet, artistas como Pierre-Jérôme Lordon, Riva Giovanni Battista, Cesare Mussini e Luís Monroy também representaram estes três personagens. Cada qual, usou o tema de maneira distinta para abordar questões que lhe interessaram. Battista, por exemplo, representa Atala com uma flor branca no cabelo, adereço que Chactas colocara nela anteriormente, um detalhe do livro que aparece momentos antes da cena de sua morte. Já Monroy, opta por pintar Chactas com os braços ao alto em gesto de devoção religiosa, sendo que este personagem não havia se convertido ao catolicismo naquele ponto da narrativa.

A maneira que os personagens são construídos indubitavelmente varia de acordo com os propósitos dos artistas, e sofre até mesmo variações das descrições do livro. Chateaubriand é econômico em suas descrições do cenário, por exemplo, então muitos dos acessórios que Rodolpho Amoêdo pinta são de sua criação. Podemos, inclusive, destacar a presença da almofada – que parece contemporânea ao artista –, um elemento que não aparece da maioria dos outros quadros com essa temática. A própria

atmosfera do quadro, escura, também é um diferencial de outros quadros relacionados a estes mesmos personagens.

Uma breve análise da iconografia destes personagens pode nos proporcionar elementos interessantes para compreender mais sobre as escolhas de Amoêdo. A heroína, Atala, aparece em sua pintura caracterizada por cabelos ruivos compridos divididos ao meio. Para o historiador da arte Luciano Migliaccio, ela foi pintada em um diálogo com figuras religiosas: “A pose de Atala é aquela de uma santa: quase em êxtase, de mãos juntas. A esteira no chão, os longos cabelos que cobrem os ombros emprestam-lhe o aspecto de uma asceta dos desertos como Maria Madalena ou Maria Egípcia.” (MIGLIACCIO, 2007). Ao compararmos sua postura e aparência, podemos de fato nos remeter a outras personagens que, assim como Atala, são mártires cristãs. Porém, é imprescindível levar em conta que, como a personagens não tem descrições muito precisas no livro, sua caracterização deve-se especialmente a pintores anteriores a Amoêdo.

A forma com que Chactas é representado também merece atenção porque se trata do único personagem do romance a ganhar conhecidas representações individuais. Obras como *Chactas Meditating on Atala's Tomb* (1835) de Francisque-Joseph Duret ou *L'Indien Chactas sur la tombe d'Atala* (1878) de Auguste Raynaud apontam que sua figura é usualmente representada em luto pela amada. Sendo ele o narrador da história assim como tendo uma relação com outro personagem, Rene, protagonista do livro homônimo de Chateaubriand, sua imagem é usada para tratar da lamentação, um gesto caro aos românticos.

Para examinarmos a iconografia de Padre Aubry, uma associação aos jesuítas é fundamental. Esses personagens povoaram o imaginário do século XIX, através de obras como *Primeira Missa no Brasil* (1860) de Victor Meirelles. O aspecto civilizatório é central em Atala, assim como no quadro, começando pela escolha da cena. Padre Aubry é caracterizado de maneira semelhante ao Padre Anchieta representado na obra *O último tamoio*, feita por Amoêdo no mesmo ano. O uso do caráter religioso apareceria mais vezes na produção de Amoêdo, inclusive nos anos seguintes, quando ele fez obras como *A partida de Jacó* (1884) e *Jesus em Kafarnaum* (1885). É importante ressaltar também que a escolha por essa abordagem não estava

deslocada do contexto histórico: diversos pintores exaltados pela crítica, como Pedro Américo e Zeferino da Costa, pintaram temas religiosos neste período.

Além do panorama nacional, é importante para a constituição desta pesquisa entender as linhas paralelas que percorrem as artes brasileira e francesa. A estadia de Amoêdo em Paris, a existência de uma valorização de casais cujas histórias findam em suicídios ou homicídios no século XIX e, no geral, o estilo de trabalho no qual o pintor se apoia são alguns fatores que tem relação com o ambiente artístico francês.

Em suma, esta pesquisa tem buscado investigar o quadro *A morte de Atala* em instâncias ainda não percorridas. Talvez por pertencer a uma coleção privada, ele ainda não foi amplamente explorado como elemento fundamental do *corpus* da arte brasileira. Mesmo a produção de Rodolpho Amoêdo precisa de um resgate mais significativo que o resalte como um pintor complexo que traz à tona uma série de desdobramentos modernos, e não meramente academicistas. A relação entre a literatura e a pintura romântica também é um tema presente na pesquisa que deve ser enfatizado, capaz de revelar sobre as minúcias das individualidades dos artistas e sobre uma troca de referências entre dois campos intimamente conectados durante o século XIX.

## REFERÊNCIAS

- BAXANDALL, Michael. *Padrões de Intenção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CAVALCANTI, Ana Maria Tavares. O último tamoio e o último romântico. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, Ano 3, n.º 26, nov. 2007, pp. 64-69.
- COLI, Jorge. *Como Estudar a Arte Brasileira do Século XIX?* Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

- COSTA, Richard Santiago. O corpo indígena ressignificado: Marabá e O último Tamoio de Rodolfo Amoedo, e a retórica nacionalista do final do Segundo Império. Dissertação (Mestrado em História), IFCH, Unicamp, Campinas, 2013.
- CHATEAUBRIAND, François René. *Atala*. Traduzido por K. d'Avellar. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.
- DUQUE, Gonzaga. *A Arte Brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- FRIEDLAENDER, Walter. *De David a Delaroix*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.
- JORGE, Marcelo Gonczarowska. As pinturas indianistas de Rodolfo Amoedo. *Revista DezenoveVinte*, Rio de Janeiro, v.V, n. 2, abr. 2010.
- MIGLIACCIO, Luciano. A arte no Brasil entre o Segundo Reinado e a Belle Époque. In: BARCINSKI, Fabiana Werneck (org). *Sobre a arte brasileira da pré-história aos anos 1960*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.
- MIGLIACCIO, Luciano. Rodolfo Amoedo. O mestre, deveríamos acrescentar. *Revista DezenoveVinte*, Rio de Janeiro, v. II, n. 2, abr. 2007.
- MIYOSHI, Alexander Gaiotto. *Moema é morta*. Tese (Doutorado em História), IFCH, Unicamp, 2010.
- PRAZ, Mário. *A carne, a morte e o diabo na literatura romântica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- SALIBA, Elias Thome. *As utopias românticas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

O conteúdo é de total responsabilidade dos(as) autores(as)